

IHU EN-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 433 - Ano XIII - 02/12/2013 - ISSN 1981-8769



Áreas úmidas. Biodiversidade e equilíbrio ambiental

Foto: Ronaldo-Caílo - Creative Commons - Flickr



Wolfgang Junk:

O equilíbrio ambiental
oriundo das áreas úmidas

Michèle Sato:

Envolver em vez de
se “des-envolver”

Cristina Stenert:

Proteção da biodiversidade.
Novos cenários

EMAIS

Adriano Pilatti:

“O regime militar não
acabou nas periferias”

Elenita Malta Pereira:

Roessler e o pioneirismo
ambiental no RS

Colby Dickinson:

A estrutura da fé no
pensamento continental

Áreas úmidas. Biodiversidade e equilíbrio ambiental

Áreas úmidas. Biodiversidade e equilíbrio ambiental é o tema de capa da **IHU On-Line** desta semana.

A edição reúne um conjunto de pesquisadores para pensar a necessidade de preservação de zonas alagadas, desde o ponto de vista de preservação da fauna e da flora até a perspectiva e prevenção das mudanças climáticas em âmbito mundial.

Wolfgang Junk, coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Áreas Úmidas – INAU, traça um panorama geral sobre as áreas úmidas e sustenta que a preservação de tais biomas deve ser prioridade para os países comprometidos com o equilíbrio ambiental.

Michèle Sato, docente associada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e líder do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte – GPEA, aborda a importância da educação ambiental junto às populações das áreas úmidas.

O professor do Departamento de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, **Demétrio Luis Guadagnin**, aposta na prevalência da gestão para a conservação ambiental e argumenta que esta última está diretamente associada à sustentabilidade.

Sidinei Magela Thomaz, professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá – UEM, foca sua abordagem nas planícies de inundação do Rio Paraná, considerando que a conservação destas áreas não depende apenas dos cientistas, mas também da responsabilidade dos políticos e do setor hidrelétrico.

A questão do zoneamento ecológico econômico no Rio Grande do Sul é o tema abordado pelo biólogo **Luis Fernando Perello**, professor no curso de Especialização em Gestão da Qualidade para o Meio Ambiente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais da PUCRS, que elenca os avanços e desafios da questão ambiental no Estado.

Cristina Stener, pesquisadora e professora da Unisinos, recupera a discussão sobre os novos cenários das áreas úmidas e da proteção da biodiversidade.

O aspecto legal da proteção das áreas úmidas, sobretudo relacionado à Convenção de Ramsar, é discutido por **Paulo Rogério Gonçalves**, diretor de Biodiversidade Aquática, Mar e Antártica no Ministério do Meio Ambiente.

Enfim, **Ana Silvia Rolon**, bióloga e pesquisadora da Unisinos, analisa as áreas úmidas artificiais, ou seja, as lavouras de arroz no Rio Grande do Sul.

Complementam esta edição **Adriano Pillati**, pós-doutor em Direito Públi-

co Romano pela Universidade de Roma I – *La Sapienza*, com a entrevista “*O regime militar não acabou nas periferias. Mudou apenas a cor do uniforme*”, e a historiadora **Elenita Malta Pereira**, que reflete sobre a vida e a obra de Henrique Luiz Roessler, pioneiro na proteção à natureza no RS.

Colby Dickinson, teólogo americano, fala sobre seu livro *Between the Canon and the Messiah: The Structure of Faith in Contemporary Continental Thought* (London: Bloomsbury, 2013).

O questionário com 38 questões, proposto pelo Papa Francisco, em preparação ao Sínodo Extraordinário sobre a Família, a ser realizado em 2014, é comentado por três professores da Unisinos, **Alfredo Culleton**, **Castor Ruiz**, **Inácio Pinzetta** e pela teóloga **Mary Hunt**.

Por fim, encerra esta edição a análise da conjuntura da semana, que traz o tema *Prisões dos dirigentes do PT. Uma leitura crítica a partir da esquerda*, desenvolvida pelo sociólogo **Cesar Sanson**, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, e pelo Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT. O texto é uma síntese da análise semanal publicada pelo sítio do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Instituto Humanitas
Unisinos

UNISINOS

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.
E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto
Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista
semanal do Instituto
Humanitas Unisinos – IHU
ISSN 1981-8769.

IHU On-Line pode ser
acessada às segundas-feiras,
no sítio www.ihu.unisinos.br.

Sua versão impressa circula às
terças-feiras, a partir das 8h,
na Unisinos.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio
Neutzling (inacio@unisinos.br).
Redação: Inácio Neutzling,
Andriolli Costa MTB 896/MS
(andriollicb@unisinos.br),
Luciano Gallas MTB 9660
(lucgallas@unisinos.br),
Márcia Junges MTB 9447
(mjunges@unisinos.br),
Patrícia Fachin MTB 13.062
(prfachin@unisinos.br) e
Ricardo Machado MTB 15.598
(ricardom@unisinos.br).
Revisão: Carla Bigliardi

Colaboração: César Sanson,
André Langer e Darli Sampaio,
do Centro de Pesquisa e Apoio
aos Trabalhadores – CEPAT, de
Curitiba-PR.
Projeto gráfico: Agência
Experimental de Comunicação
da Unisinos – Agexcom.
Editoração: Rafael Tarcísio
Forneck
Atualização diária do sítio:
Inácio Neutzling, Patrícia Fachin,
Fernando Dupont, Juliette
Rosy de Souza, Suélen Farias e
Wagner Altes Moraes da Silva

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Baú da IHU On-Line**
- 6 **Wolfgang Junk** - O equilíbrio ambiental que vem das áreas úmidas
- 11 **Michèle Sato** - Envolver em vez de se “des-envolver”
- 14 **Demétrio Luis Guadagnin** - A gestão como alternativa à conservação ambiental
- 19 **Sidinei Magela Thomaz** - Planícies de inundação do Rio Paraná - Biodiversidade, ameaças e conservação
- 22 **Luis Fernando Perello** - “O Zoneamento Ecológico Econômico está chegando ao RS com um atraso de 15 anos”
- 27 **Cristina Stenert** - Proteção da biodiversidade. Novos cenários
- 30 **Paulo Rogério Gonçalves** - Convenção de Ramsar, garantia legal de preservação das áreas úmidas
- 33 **Ana Silvia Rolon** - Áreas úmidas artificiais – as lavouras de arroz no Rio Grande do Sul

DESTAQUES DA SEMANA

- 37 **Adriano Pilatti** - “O regime militar não acabou nas periferias. Mudou apenas a cor do uniforme”
- 45 **Elenita Malta Pereira** - Roessler e o pioneirismo ambiental no Rio Grande do Sul
- 49 **Colby Dickinson** - A estrutura da fé no pensamento continental contemporâneo
- 58 **Especial** - Especialistas debatem o questionário do Sínodo dos Bispos sobre a Família
- 62 **Cesar Sanson** - Conjuntura da Semana: Prisões dos dirigentes do PT. Uma leitura crítica a partir da esquerda

IHU EM REVISTA

- 65 **Publicação em Destaque** - Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI
- 67 **Retrovisor**



twitter.com/ihu



<http://bit.ly/ihuon>



www.ihu.unisinos.br

Tema de Capa

Destques
da Semana

IHU em
Revista

Baú da IHU On-Line

Confira outras edições da **IHU On-Line** cujo tema de capa aborda assuntos relacionados ao ambiente, à produção de alimentos e ao ecossistema.



- *Transgênicos no Brasil. 10 anos depois o debate continua.* Edição 432, de 18-11-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon432>.
- *Biologia sintética. O redesenho da vida e a criação de novas formas de existência.* Edição 429, de 15-10-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon429>.
- *A era do lixo.* Edição 410, de 03-12-2012, disponível em <http://bit.ly/ihuon410>.
- *Oceanos. Ecossistemas sob ameaça.* Edição 409, de 19-11-2012, disponível em <http://bit.ly/ihuon409>.
- *Caatinga: um bioma exclusivamente brasileiro... e o mais frágil.* Edição 389, de 23-04-2012, disponível em <http://bit.ly/ihuon389>.
- *Rio+20. Desafios e perspectivas.* Edição 384, de 12-12-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon384>.
- *Cerrado. O pai das águas do Brasil e a cumeieira da América do Sul.* Edição 382, de 28-11-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon382>.
- *Agroecologia e o futuro sustentável para o planeta. Um debate.* Edição 377, de 24-10-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon377>.
- *Agrotóxicos. Pilar do agronegócio.* Edição 368, de 04-07-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon368>.
- *Ano internacional das florestas. Em defesa da habitabilidade do Planeta.* Edição 365, de 13-06-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon365>.
- *A energia nuclear em debate.* Edição 355, de 28-03-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon355>.
- *O Pantanal em alerta.* Edição 345, de 27-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon345>.
- *A propriedade da terra deve ser limitada?* Edição 339, de 16-08-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon339>.
- *Biodiversidade. Abundância e riqueza a serem descobertas.* Edição 324, de 12-04-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon324>.
- *Água e saneamento básico: um direito a ser conquistado.* Edição 321, de 15-03-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon321>.
- *A Convenção do Clima em Copenhague. Um debate.* Edição 311, de 19-10-2009, disponível em <http://bit.ly/ihuon311>.
- *Agrotóxicos. Remédio ou veneno? Uma discussão.* Edição 296, de 08-06-2009, disponível em <http://bit.ly/ihuon296>.
- *Ecoeconomia. Uma resposta à crise ambiental?* Edição 295, de 01-06-2009, disponível em <http://bit.ly/ihuon295>.
- *O Pampa e o monocultivo do eucalipto.* Edição 247, de 10-12-2007, disponível em <http://bit.ly/ihuon247>.
- *Energia para que e para quem? A matriz energética do Brasil em debate.* Edição 236, de 17-09-2007, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>.
- *Amazônia. Verdades e Mitos.* Edição 211, 12-03-2007, disponível em <http://bit.ly/ihuon211>.
- *Pampa. Silencioso e desconhecido.* Edição 190, de 07-08-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon190>.
- *Floresta de Araucária: uma teia ecológica complexa.* Edição 183, de 05-06-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon183>.
- *A vitória de Gaia. Mudanças climáticas e a vulnerabilidade do Planeta.* Edição 171, de 13-03-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon171>.

O equilíbrio ambiental que vem das áreas úmidas

O professor e pesquisador Wolfgang Junk aponta que todos os tipos de áreas úmidas são de grande importância e deveriam ter alta prioridade política em todos os países

POR RICARDO MACHADO | COLABOROU: LEONARDO MALTCHIK

A história da civilização humana está diretamente ligada às áreas úmidas, tendo diferentes impactos conforme as regiões do planeta. “Nas áreas temperadas e frias, as Áreas Úmidas - AUs eram de interesse para caçadores e pescadores, porque eram ricas em animais. Além disso, serviram como refúgios para minorias populacionais humanas e, em épocas mais recentes, para fugitivos políticos e criminosos”, afirma Wolfgang J. Junk, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Atualmente, estima-se que a preservação das áreas úmidas é uma das formas mais econômicas de proteção das populações às enchentes, sobretudo das regiões metropolitanas, considerando os investimentos necessários de contenções para evitar inundações nas cidades. “Ambientalistas e dirigentes de países da Europa e dos EUA já concluíram que restaurar parte das AUs perdidas será mais barato do que investir cada vez mais na proteção contra grandes enchentes”, aponta.

Um problema de ordem social bastante atual é a questão da privatização das áreas públicas, como lembra o professor Wolfgang Junk. “A garantia de acesso das populações ribeirinhas à água limpa em leitos de rios protegidos pela vegetação natural deveria ser um direito público, e não um luxo em pousadas cujo ingresso somente pode se dar pagando altas taxas. O direito das populações tradicionais vivendo nestas áreas, que é o de manejar

seus recursos naturais com métodos sustentáveis, deveria ter prioridade sobre os sistemas destrutivos do agronegócio”, destaca.

Wolfgang Junk é graduado em Zoologia, Botânica, Química, Oceanografia e Limnologia pela Universidade de Bonn, UNI-BONN, Alemanha, e doutor em Zoologia, Botânica, Química, Oceanografia e Limnologia pela *Universität Kiel* (Christian-Albrechts), UK, Alemanha. Atualmente é coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Áreas Úmidas - INAU.

A entrevista foi enviada por e-mail ao professor Wolfgang J. Junk, que respondeu as questões juntamente com os pesquisadores Catia Nunes da Cunha e Paulo Teixeira de Sousa Jr., do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas – INAU e da Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT; Maria Teresa Fernandez Piedade, Jochen Schoengard e Florian Wittmann, do Grupo Ecologia, Monitoramento e Uso Sustentável de Áreas Úmidas – MAUA, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Mesmo a entrevista tendo sido respondida pelo grupo, com intuito de facilitar a compreensão do leitor, colocamos abaixo apenas o nome do professor Wolfgang Junk.

Esta entrevista foi publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos, em 29-07-2013, disponível em <http://bit.ly/ihu290713>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que ecossistemas podem ser definidos como áreas úmidas?

Wolfgang Junk - Foi elaborada por um grupo de peritos do Brasil inteiro a seguinte definição para Áreas Úmidas (AUs) brasileiras: Áreas Úmidas são ecossistemas na interface en-

tre ambientes terrestres e aquáticos, continentais ou costeiros, naturais ou artificiais, permanentemente ou periodicamente inundados por águas rasas ou com solos encharcados, doces, salobras ou salgadas, com comunidades de plantas e animais adaptadas à sua dinâmica hídrica.

IHU On-Line – Que importância as áreas alagadas têm para o equilíbrio ecológico e ambiental?

Wolfgang Junk - O Brasil é um país com uma sazonalidade hídrica bem explícita. As áreas alagáveis absorvem o excesso das chuvas durante a época chuvosa ou durante perío-

dos de chuvas torrenciais e devolvem parte deste excesso para a atmosfera, para o lençol freático e para os riachos e rios conectados. Assim, as áreas alagáveis têm “efeito esponja” na paisagem. A destruição destas áreas resulta em inundações e secas catastróficas como foi demonstrado, por exemplo, em 2012 durante as grandes enchentes em Minas Gerais, com muitas mortes e grandes danos materiais.

IHU On-Line – Por que é importante, como o senhor propõe, pensarmos a realidade das áreas úmidas como planícies alagáveis, e não retratos específicos de momentos de seca ou inundação?

Wolfgang Junk - Áreas alagáveis são sistemas ecológicos específicos, que representam todo o ciclo hidrológico, anual e multianual, e não somente as fases extremas de seca e cheia. Plantas e animais que vivem nestes ecossistemas estão adaptados a estas condições, como também as populações humanas tradicionais vivendo dentro ou nas margens destas áreas. Olhar para as áreas alagáveis apenas durante a seca iria levar, por exemplo, agricultores a plantar lavouras, ou a população em geral a construir casas e estradas em áreas que alagam durante as cheias. Isto implicaria em perdas de colheitas e propriedades. Para não perder a colheita e o patrimônio na enchente, a construção de diques de contenção e outras medidas seriam demandadas do poder público para proteção. Como consequência, as inundações rio abaixo seriam mais intensas, porque falta espaço para estocar a água extra, que não mais seria absorvida pelas áreas alagáveis após estas serem ocupadas. Isso iria criar danos rio abaixo e exigiria outras construções de proteção contra as enchentes, com gastos da ordem de milhões do patrimônio público.

Por outro lado, durante a cheia, a área alagável passa a impressão de que tem água demais. Em consequência disso, poder-se-ia propor o desenvolvimento de sistemas para remoção de grandes quantidades de água para outras áreas. Entretanto, se subitamente vier um ano excepcionalmente seco, a água disponível

“Nas áreas temperadas e frias, as áreas úmidas serviram como refúgios para minorias populacionais humanas”

será insuficiente. Neste momento, a ação anterior de retirada demasiada da água se fará sentir e custará a integridade do ecossistema, resultando, por exemplo, na mortandade grande de organismos aquáticos e na deterioração da qualidade da água para o consumo humano.

IHU On-Line – Historicamente, como as áreas úmidas corresponderam a sistemas importantes na construção da cultura humana?

Wolfgang Junk - Áreas úmidas tiveram impactos diferentes na cultura humana dependendo de sua posição geográfica. Nas áreas temperadas e frias, as AUs eram de interesse para caçadores e pescadores, porque eram ricas em animais. Além disso, serviram como refúgios para minorias populacionais humanas e, em épocas mais recentes, para fugitivos políticos e criminosos. Para a agropecuária, as inundações pouco previsíveis criaram riscos muito grandes. Por isso, os moradores tinham que investir em sistemas de proteção que eram muito caros, e somente hoje o homem dispõe de tecnologias para promover este tipo de proteção em grande escala. Porém, os custos econômicos e ecológicos são exorbitantes, de maneira que ambientalistas e dirigentes de países da Europa e dos EUA já concluíram que restaurar parte das AUs perdidas será mais barato do que investir cada vez mais na proteção contra grandes enchentes.

Nos trópicos¹ e subtrópicos², as inundações eram previsíveis, e as populações adaptaram os métodos de cultivo ao ritmo das enchentes e secas. As AUs eram muito férteis e as safras grandes deixaram tempo suficiente para as populações humanas investirem em artes, tecnologias novas, medicina, etc., formando ricos centros culturais. No Rio Nilo³ há uma régua feita na era faraônica para medir o nível da água. Se o nível do Rio Nilo não atingisse uma marca mínima, os agricultores eram isentos de pagar taxas, porque uma inundação fraca significava uma colheita fraca. O faraó e os sacerdotes sabiam da existência de épocas plurianuais de inundações fracas e estocavam alimentos para os famosos “períodos das vacas magras”, mencionados no velho testamento. Períodos maiores de secas grandes, porém, criaram problemas muito sérios, levando até ao colapso destas culturas.

IHU On-Line – Atualmente, quais são as áreas úmidas mais importantes no planeta? Por quê?

Wolfgang Junk - As grandes turfeiras⁴ (regiões alagadiças com vegetais em decomposição) do hemisfério Norte são importantíssimas para o clima global, porque estocam grandes quantidades de matéria orgânica que, ao se decomporem, vão entrando na forma de CO₂ e metano na atmosfera, o que aumentará bastante o efeito es-

¹ **Trópicos:** a área da Terra limitada pelo Trópico de Câncer e pelo Trópico de Capricórnio, cujo centro é a Linha do Equador. (Nota da IHU On-Line)

² **Subtrópicos:** zonas da Terra imediatamente ao norte e ao sul da zona tropical. O termo subtropical indica a região climática localizada adjacente aos trópicos, normalmente entre 20 e 35 graus de latitude nos dois hemisférios, mas ocasionalmente encontrada em latitudes ligeiramente maiores. (Nota da IHU On-Line)

³ **Rio Nilo:** considerado o maior rio do mundo, situado no Nordeste do continente africano, nascendo a sul da linha do Equador e desaguando no Mar Mediterrâneo. A sua bacia hidrográfica ocupa uma área de 3,34 milhões de quilômetros quadrados, abrangendo Uganda, Tanzânia, Ruanda, Quênia, República Democrática do Congo, Burundi, Sudão, Sudão do Sul, Etiópia e Egito. (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Turfeiras:** trata-se de um tipo de solo composto por turfa, formada pela deposição e decomposição de materiais orgânicos depositados sob o solo formando os organossolos. (Nota da IHU On-Line)

tufa, contribuindo para as mudanças climáticas globais.

As grandes AUs famosas, como, por exemplo, o Pantanal Mato-Grossense e as AUs Amazônicas no Brasil, os *Everglades*⁵ na Flórida, o Delta do *Okavango*⁶ na África, o Delta dos Rios Ganges⁷ e Bramaputra⁸ (os Sunderbans) na Índia e as AUs no norte da Austrália (Parque Nacional do Kakadu⁹), chamam a atenção do público e servem como faróis, por causa da beleza paisagística e da riqueza da vida silvestre. Porém, no ciclo hidrológico, as matas ripárias ao longo dos pequenos rios são de suma importância para tamponar o fluxo da água e garantir sua qualidade, evitando a entrada de sedimentos, nutrientes, agrotóxicos, etc.; os sistemas costeiros são insubstituíveis para a proteção das costas, para a pesca e para o conjunto de seres vivos marinhos, e se somamos a importância das pequenas AUs dispersas na paisagem para a manutenção da biodiversidade, podemos constatar que seu valor é extremamente alto. Em outras palavras: todos os tipos de AUs são de alta importân-

5 Everglades: região pantanosa subtropical localizada no sul da Flórida, nos Estados Unidos, com grande relevância ecológica. A área é habitat de diversas espécies nativas, e é atualmente protegida pelo *Everglades National Park*. A cidade de Miami é abastecida com boa parte da água do Everglades. (Nota da IHU On-Line)

6 Delta do Okavango ou o pântano de Okavango: localizado em Botswana, é um grande delta interior formado onde o rio Okavango atinge uma calha tectônica na parte central da bacia do Kalahari. A cada ano, 11 quilômetros cúbicos de água se espalham sobre uma área de 6 mil a 15 mil quilômetros quadrados. (Nota da IHU On-Line)

7 Rio Ganges: também conhecido como rio Benares, é um dos principais rios do subcontinente Indiano, e um dos vinte maiores do mundo em fluxo de água. Suas águas se deslocam rumo ao leste através da planície do Ganges, do norte da Índia até Bangladesh. (Nota da IHU On-Line)

8 Rio Bramaputra ou Rio Brahmaputra: rio da Ásia Meridional, com 2,9 mil quilômetros de comprimento. Sua nascente fica nas montanhas do Himalaia, a 5 mil metros de altitude, no glaciar Kubigan-gri. (Nota da IHU On-Line)

9 Parque Nacional Kakadu: parque nacional australiano localizado no Território do Norte, a 171 quilômetros a Oeste da cidade de Darwin, capital do território. Foi estabelecido em 1981 e cobre uma área de 19,8 mil quilômetros quadrados. Sua gestão é conjuntamente feita pelo governo australiano e pelos aborígenes da área. (Nota da IHU On-Line)

“Restaurar parte das áreas úmidas perdidas será mais barato do que investir cada vez mais na proteção contra grandes enchentes”

cia, e seu manejo sustentável e sua proteção deveriam ter alta prioridade política em todos os países.

IHU On-Line – Como é feito o trabalho do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas?

Wolfgang Junk - O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas — INCT Áreas Úmidas — é um instituto virtual, ou seja, composto com vários núcleos de pesquisa. É, sobretudo, uma rede de cientistas e institutos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que aprovaram, em 2008, proposta junto ao CNPq para estudar as quatro AUs grandes desses dois estados: Pantanal Mato-Grossense, Rio Araguaia, inclusive Ilha do Bananal¹⁰, Rio Guaporé e Rio Paraná. Entretanto, observa-se que (1) as AUs do Guaporé e do Paraná estendem-se também para os estados de Rondônia e Paraná, e que (2) uma abordagem em nível nacional era necessária para responder aos grandes problemas políticos conectados às AUs. Por isso, a abordagem foi ampliada e uma rede foi formada, que incluiu cientistas líderes em AUs de todo o Brasil. O resultado mais recente é um documento sobre as AUs brasileiras, que se encontra nos sítios www.cppantanal.org.br e www.inau.org.br. Uma versão cientí-

10 Ilha do Bananal: maior ilha fluvial do mundo, com cerca de 20 mil quilômetros quadrados de extensão, cercada pelos rios Araguaia e Javaés. É considerada uma Reserva da Biosfera pela Unesco desde 1993, sendo também uma das zonas úmidas de importância internacional, classificadas pela Convenção de Ramsar. (Nota da IHU On-Line)

fica em inglês de autoria de todos os participantes está no prelo para a revista científica *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems*. Pretende-se intensificar a cooperação entre os membros da rede ampliada.

IHU On-Line – Qual o papel do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA no que se refere às pesquisas sobre áreas úmidas?

Wolfgang Junk - Podemos considerar o INPA o berçário dos estudos sobre AUs interiores do Brasil, porque os primeiros trabalhos, que visaram estabelecer o papel dos rios com suas AUs no contexto da paisagem, foram realizados nos anos 1950 pelo professor Harald Sioli em cooperação com o INPA. Nos anos 1960, colaboradores e alunos do professor Sioli continuaram estes estudos por meio de um convênio entre a Sociedade Max-Planck, representada pelo Instituto de Limnologia em Ploen, Alemanha, e o INPA. Eles formaram uma escola, que continua estes estudos na Amazônia pelo grupo Ecologia, Monitoramento e uso Sustentável de Áreas Úmidas - MAUA, liderado pela professora Maitê Piedade. Participantes deste grupo publicaram inúmeros trabalhos sobre as AUs amazônicas e cooperam agora intensivamente com pesquisadores do INAU. Além dos pesquisadores do grupo MAUA existem também outros pesquisadores do INPA que trabalham nas AUs Amazônicas.

IHU On-Line – As pesquisas sobre as áreas úmidas realizadas pelo INAU buscam fazer um mapeamento com vistas às políticas públicas. Que políticas seriam estas e como elas impactariam na vida das pessoas?

Wolfgang Junk - As AUs brasileiras são consideradas por muitos políticos como áreas sem valor, que deveriam ser inseridas na cadeia produtiva tradicional da agropecuária. Outras são usadas como lugares para despejar detritos sólidos industriais, de mineração, de construção civil e de esgotos, para depois serem aterrados e usados na construção de estradas e casas. O INAU elaborou, em cooperação com peritos do Brasil inteiro, parâmetros para o delineamento das AUs brasileiras, considerando as condições hidrológicas específicas do País. Estes

parâmetros questionam, por exemplo, o conteúdo do novo código florestal¹¹, que determina as áreas a serem protegidas ao longo dos rios e riachos a partir do nível mínimo da água, enquanto os nossos parâmetros exigem a proteção a partir do nível máximo, como era definido no Código Florestal antigo.

O novo código deixa a maior parte das AUs desprotegidas, com consequências desastrosas para o ciclo hidrológico, a qualidade da água, a biodiversidade e, a médio e longo prazo, a qualidade de vida das populações ribeirinhas. O mapeamento e a classificação das AUs em nível nacional vai possibilitar a elaboração de estratégias para seu manejo sustentável. A garantia de acesso das populações ribeirinhas à água limpa em leitos de rios protegidos pela vegetação natural deveria ser um direito público e não um luxo em pousadas

“A garantia de acesso das populações ribeirinhas à água limpa em leitos de rios protegidos pela vegetação natural deveria ser um direito público”

cujo ingresso somente pode se dar pagando altas taxas. O mesmo vale para as grandes AUs brasileiras. O direito das populações tradicionais vivendo nestas áreas, que é o de manejar seus recursos naturais com métodos sustentáveis, deveria ter prioridade sobre os sistemas destrutivos do agronegócio.

IHU On-Line – Do ponto de vista biológico, o que as áreas úmidas representam em termos de biodiversidade de plantas e animais? Qual a importância da preservação?

Wolfgang Junk - Estudos no mundo inteiro mostram que a biodiversidade em AUs por área é proporcionalmente maior de que em outros ecossistemas, porque elas são colonizadas por espécies de plantas e animais aquáticos, terrestres e palustres (espécies de pântano). Muitas espécies são endêmicas, ou seja, ocorrem somente em AUs. Além disso, as grandes AUs são usadas como paradiços de aves migratórias durante a suas migrações Norte/Sul e vice-versa, ou como paradiços de espécies migratórias durante o inverno dos hemisférios Norte e Sul. O mesmo acontece com muitas espécies de peixes marítimos, que usam os mangues para desova e berçário, bem como na piracema dos peixes nos grandes rios. Por isso, o interesse da comunidade internacional na proteção destas áreas é grande, o que está sendo regulamentado pela

Convenção de Ramsar¹², da qual o Brasil é signatário desde 1993.

IHU On-Line – De que maneira a construção de usinas hidrelétricas, por exemplo, impacta no equilíbrio do ecossistema de áreas que são naturalmente alagadas e de áreas que eram secas e se tornaram alagadas?

Wolfgang Junk - A construção de represas hidrelétricas significa um impacto severo ao respectivo rio e às suas AUs laterais, porque a barragem interrompe a conectividade longitudinal do rio, interrompendo as rotas migratórias dos animais aquáticos, interferindo nos fluxos de água, de sedimentos e de nutrientes dissolvidos. O pulso natural na área da represa e rio abaixo é alterado de acordo com as demandas de energia e não acompanha mais os ciclos naturais, o que tem impactos severos para as plantas e animais associados a esses ambientes. Estudos de muitos anos no Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura – Nupe- lia, em Maringá, comprovaram que as populações de peixes migratórios colapsam e mudam a composição da ictiofauna¹³ (conjunto e espécies de peixes que vivem em uma região biogeográfica), como também aquela do fito¹⁴ e zooplâncton¹⁵. Os impactos

12 Convenção de Ramsar: tratado intergovernamental que estabelece marcos para ações nacionais e para a cooperação entre países com o objetivo de promover a conservação e o uso racional de zonas úmidas no mundo. Essas ações estão fundamentadas no reconhecimento, pelos países signatários da Convenção, da importância ecológica e do valor social, econômico, cultural, científico e recreativo de tais áreas. (Nota da IHU On-Line)

13 Ictiofauna: conjunto das espécies de peixes que existem numa determinada região biogeográfica. (Nota da IHU On-Line)

14 Fitoplâncton: em biologia marinha e limnologia, chama-se fitoplâncton ao conjunto dos organismos aquáticos microscópicos que têm capacidade fotossintética (quando a luz solar transforma o dióxido de carbono em energia para o metabolismo da planta) e que vivem dispersos flutuando na coluna de água. (Nota da IHU On-Line)

15 Zooplâncton: em biologia marinha e limnologia chama-se zooplâncton ao conjunto dos organismos aquáticos que não têm capacidade fotossintética (a luz solar não é capaz de gerar energia para o metabolismo da planta) e que vivem dispersos na coluna de água, apresentando pouca capacidade de locomoção. (Nota da IHU On-Line)

11 Novo Código Florestal: o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU realizou uma série de entrevistas sobre o tema. Acesse: 27/06/2012 - “Rio+20 é o piso, e não é o teto” é uma frase triste e o recibo oficial do resultado pífio”. Entrevista especial com André Lima, disponível em <http://bit.ly/MAzSD6>; 09/10/2011 - Mais estímulo ao desmatamento. Entrevista especial com André Lima, disponível em <http://bit.ly/1bOJHuv>; 28/05/2013 - Regulamentação do Código Florestal desagrada ruralistas, disponível em <http://bit.ly/19YXsZ>; 25/05/2013 - Código Florestal: 1 ano e pouco avanço, disponível em <http://bit.ly/154amjw>; 23/05/2013 - Sociedade civil lança Observatório do Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/14UhnDq>; 22/05/2013 - Um ano do Código Florestal: tudo dito, nada feito, disponível em <http://bit.ly/18hmyj5>; 31/01/2013 - Subprocuradora propõe ações contra Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/Vy10fM>; 29/01/2013 - Bancada ruralista se articula para derrubar vetos ao Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/Vy10fM>; 23/01/2013 - Procuradoria-Geral da República considera institucionais vários dispositivos do novo Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/WUxr1T>; 22/01/2013 - Procuradoria Geral questiona trechos do Código Florestal no Supremo <http://bit.ly/Ykc94u>; 20/10/2012 - Verdes e ruralistas divergem sobre vetos a pontos do Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/RL45C0>; 20/10/2012 - Depois da disputa do Código Florestal vem a da Mineração, aponta relator da Dhesca, <http://bit.ly/RL3SyY>; 19/10/2012 - Código Florestal: o que restou?, disponível em <http://bit.ly/WvYGog>; 27/09/2012 - Os velhos coronéis e o Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/RkPTld>. (Nota da IHU On-Line)

para a vegetação superior das AUs são bem visíveis pela mortalidade das florestas alagáveis dentro e abaixo das represas.

Ninguém pode negar a necessidade econômica e ecológica do aproveitamento da hidroenergia, mas é necessário um planejamento em médio e longo prazo para o aproveitamento deste recurso. Isto é fundamental, porque os custos ecológicos podem ser tão altos que ultrapassam, de longe, o valor econômico da energia gerada.

Nem todas as represas hidrelétricas consideradas tecnicamente viáveis pelos engenheiros deveriam ser construídas, por causa dos seus altos custos para o meio ambiente e para os moradores a serem deslocados e por causa da baixa quantidade da energia gerada. A represa de Balbina¹⁶, no Rio Uatumã, no estado do Amazonas, é um exemplo de uma obra faraônica, que inundou 2,3 mil quilômetros quadrados de floresta, não satisfaz as demandas energéticas de Manaus e criou outros efeitos ambientais negativos, como, por exemplo, a liberação de grandes quantidades de metano.

¹⁶ **Usina Hidrelétrica de Balbina:** localizada no rio Uatumã (Bacia Amazônica), no município brasileiro de Presidente Figueiredo, precisamente no distrito de Balbina, no Estado do Amazonas. Inaugurada no final da década de 1980, a usina é citada como um erro histórico por cientistas e gestores pela baixa geração em relação à área alagada. Balbina é apontada como problemática também no que diz respeito à emissão de gases de efeito estufa, considerados causadores do aquecimento global.

“As áreas úmidas brasileiras são consideradas por muitos políticos como áreas sem valor”

IHU On-Line – Quais são os principais desafios postos à questão das áreas úmidas no planeta?

Wolfgang Junk - Esta pergunta é difícil de responder, porque a situação das AUs nas diversas regiões do planeta é diferente. Na Rússia, por exemplo, o governo não tem qualquer cuidado com as áreas úmidas, porque o país é imenso, suas AUs são pequenas e a população é também pequena. Na China, a destruição das AUs está muito avançada e continua em ritmo acelerado, porém, os chineses alegam que a área de AUs artificiais está aumentando, porque AUs naturais são convertidas em áreas de plantios de arroz.

Nos EUA, em vários países europeus e na Austrália, a época da grande destruição das AUs já passou, e grandes esforços estão sendo feitos para proteger e recuperar aquelas ainda existentes, porque as perdas econômicas com a destruição das AUs são muito grandes. A África tem grandes AUs colonizadas por populações tradicionais, com métodos de uso bem adaptados. Porém, a entrada de capital estrangeiro começa a forçar o desenvolvimento agrário “moderno”, a

custo do meio ambiente e das populações tradicionais. O subcontinente indiano (Índia e Bangladesh) sofre com uma superpopulação e um desenvolvimento industrial desenfreado, que exercem uma pressão brutal sobre as AUs ainda existentes.

Na América do Sul, que é rica em AUs em estágio ainda natural ou pouco perturbado, falta uma política específica que trate do manejo sustentável e da proteção dessas áreas. Os governos ainda não reconhecem os valores econômicos, ecológicos e sociais de suas AUs e ainda não aprenderam a lição, de que os custos para a recuperação de AUs degradadas são muito mais altos do que aqueles necessários para mantê-las intactas.

Leia mais...

- *Destruição dos pantanais agrava o aquecimento global.* Matéria publicada nas **Notícias do Dia**, de 22-07-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/ihu220708>;
- *Metade das áreas úmidas do planeta foram perdidas no século XX.* Matéria publicada nas **Notícias do Dia**, de 05-02-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/ihu050213>;
- *Banco Mundial: 60% das áreas úmidas dos países em desenvolvimento estão em risco.* Matéria publicada nas **Notícias do Dia**, de 07-03-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/ihu070313>.

LEIA OS CADERNOS IHU
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR

Envolver em vez de se “des-envolver”

Michèle Sato, professora e pesquisadora, aposta na educação ambiental e na relação com as populações ribeirinhas para garantir um meio ambiente equilibrado

POR RICARDO MACHADO | COLABOROU: LEONARDO MALTCHIK

Professora e líder do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte – GPEA, Michèle Sato aborda a Educação Ambiental junto às populações das áreas úmidas, ressaltando que historicamente esses grupos respeitam o ritmo e a dinâmica ecológica. Entretanto, os povos ribeirinhos são os mais vulneráveis às mudanças climáticas ocasionadas pelo efeito estufa, pois isso gera impactos diretos na vida das populações. “É preciso debater mais a noção de ‘des-envolvimento’ e toda a noção de progresso que realmente deixa de envolver a sociedade e o ambiente, focando apenas na economia. O desenvolvimento sustentável, ainda que ostente uma face ambiental, continua sendo o velho capitalismo, agora maquiado de um novo chapão que é repetido sem reflexão crítica, como se fosse a única verdade das diversas identidades pulsantes no mundo. Para além do desenvolvimento, estamos precisando de mais envolvimento”, avalia Michèle Sato, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Quanto à biodiversidade, a pesquisadora aponta que as áreas úmidas pantaneiras são ricas em biodiversidade aquática, no entanto diversas degradações ameaçam esses locais. “O uso exagerado de agrotóxico, por exemplo, pode contaminar os lençóis freáticos ou nas-

centes de água, pondo em risco não apenas o local, mas toda a complexidade global, uma vez que o ambiente não enxerga a fronteira cartográfica inventada pelos humanos”. O papel da educação ambiental, neste contexto, é “trazer o diálogo socioambiental, aliando cultura e natureza neste campo pedagógico capaz de fazer emergir a educação como mola propulsora das transformações socioambientais”, pondera.

Michèle Sato possui licenciatura em Biologia pela Universidade de Santo Amaro - Unisa, mestrado em Filosofia pela *University of East Anglia*, doutorado em Ciências na Universidade Federal de São Carlos - Ufscar e pós-doutorado em Educação pela *Université du Québec à Montréal*. É docente associada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e líder do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte - GPEA, além de colaboradora em várias outras universidades nacionais e estrangeiras. Colabora nas comissões editoriais de diversos periódicos e é articuladora de diversas redes potencialmente ambientais. Possui várias experiências nacionais e internacionais e é membro do Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como podemos pensar a relação entre o humano e as áreas úmidas da Amazônia e do Pantanal, seu uso e o desenvolvimento das comunidades no contexto histórico?

Michèle Sato – Historicamente, as populações das áreas úmidas possuem uma intrínseca ligação da cultura com a natureza, onde as expressões humanas se conjugam com o ritmo e a dinâmica ecológica. Há um vasto mundo de signos, crenças e mitologia emanado de uma epistemologia am-

biental. Em outras palavras, há um saber chamado “tradicional” que, como as ciências, busca responder aos fenômenos naturais e culturais, tirando sustento, acumulando experiências, gerando movimentos de sobrevivência e ainda revelando a subjetividade como elemento pedagógico de geração a geração, como religião, fé, mitos, “causos e assombrações” na construção da felicidade local.

IHU On-Line – Como as comunidades ribeirinhas na Amazônia e no

Pantanal convivem com seu habitat alagadiço? Como fica a questão da preservação ambiental?

Michèle Sato – Há vários estudos técnicos sobre as populações ribeirinhas, com foco na mitigação ecológica¹, expressões etnográficas, condições geográficas ou situações

¹ **Mitigação ecológica:** é definida como a intervenção humana para reduzir as emissões por fontes de gases de efeito estufa e fortalecer as remoções por sumidouros de carbono, tais como florestas e oceanos. (Nota da IHU On-Line)

sociológicas. Cada qual verá as populações vivendo nestes locais de acordo com seus olhares e teorias. Mas creio que todos são unânimes em denunciar as bruscas mudanças ambientais que afetam a cultura desta gente de maneira muito injusta. No caso da mudança climática, por exemplo, não se trata de enfatizar o mercado de carbono² ou evocar a tendência economia verde³, mas sobretudo tentar compreender de que maneira estes povos vulneráveis podem sobreviver no enfrentamento da mudança do clima. E, na medida do possível, atuar junto com eles para que uma pedagogia ambiental possa alicerçar os modos de vida.

IHU On-Line – Que especificidades têm o uso humano nas áreas úmidas para outros tipos de biomas?

Michèle Sato – Há várias diferenças entre estes mundos secos e úmidos, e os próprios locais chamados úmidos também vivem a época da seca. Há uma dinâmica ecológica diferenciada em cada região, demarcada pelas espécies vegetais e animais, pelo clima ou por diversos outros fatores de distinção entre uma área e outra. Por isso, é de vital importância que as políticas públicas consigam enxergar a regionalidade de cada território, ao invés de homogeneizar todas como se fossem iguais. O conceito de áreas úmidas surgiu oficialmente em 1971, durante a Convenção de Ramsar⁴, ci-

dade do Irã que sediou o evento para o debate internacional das áreas úmidas. Há uma comissão internacional de Ramsar com os principais especialistas mundiais, e este ano foi criado um braço chamado “Cultura”, que dá pistas notáveis de como é importante considerar o humano nos processos de proteção ambiental. Esta rede cultural veio da necessidade de alertar os cientistas de que não é mais possível fazer estudos fragmentados das áreas úmidas sem considerar as relações humanas que delas fazem parte.

IHU On-Line – Quais os principais riscos da interferência humana nas áreas alagadas?

Michèle Sato – As áreas úmidas são frequentemente consideradas zonas de transição de um ecossistema para outro. Os cientistas têm chamado estas áreas de “ecótono”⁵, que é bastante rico do ponto de vista ecológico, já que agrega elementos de duas paisagens, na mistura das vidas de um ecossistema e outro. Simultaneamente, é também o local de maior estresse energético, gerando competições, adaptações e processos de resiliência, isto é, de que maneira uma espécie se adapta ao território. São áreas ricas em biodiversidade aquática, na exuberância da paisagem que a água traz. Mas há várias degradações que ameaçam estas áreas: o uso exagerado de agrotóxico, por exemplo, pode contaminar os lençóis freáticos ou nascentes de água, pondo em risco não apenas o local, mas toda a complexidade global, uma vez que o ambiente não enxerga a fronteira cartográfica inventada pelos humanos. A interconectividade do ambiente é ameaçada com ações humanas que provocam a violência socioambiental, já que um impacto ambiental traz consequências

sociais drásticas. Assim, é importante ressaltar que toda vez que temos um impacto ambiental, as consequências recaem sobre os grupos sociais vulneráveis, sem condições de defesa.

IHU On-Line – Qual o papel da educação ambiental neste contexto? Em que medida ela se torna um fator fundamental para a preservação ambiental?

Michèle Sato – Em primeiro lugar, potencializar a educação ambiental em seu caráter político, não meramente comportamental ou intuitivo. Claro que são dimensões interessantes, mas ousar processos que promovam mudanças é mais emergencial. Neste contexto, trazer o diálogo socioambiental, aliando cultura e natureza neste campo pedagógico capaz de fazer emergir a educação como mola propulsora das transformações socioambientais. Retirar o caráter ingênuo da educação implica dizer que ela pode debater a problemática dos resíduos sólidos inscrita numa dimensão do consumo, dos modelos de desenvolvimento e das orientações econômicas que geram os resíduos. Neste contexto, será impossível promover a educação ambiental apenas por meio da coleta seletiva ou de oficinas de reutilização do lixo, mas, principalmente, haverá um debate sobre as injustiças e desigualdades que promovem a geração de resíduos.

IHU On-Line – Considerando uma perspectiva mais focada nas áreas úmidas, de que maneira a educação pode ajudar no convívio mais harmônico das comunidades próximas às áreas alagadas com a biodiversidade local?

Michèle Sato – Especificamente no caso das águas, as populações ribeirinhas sabem conviver bem com a natureza. Historicamente sempre houve um equilíbrio entre as ações humanas destes grupos sociais mais vulneráveis e a natureza. O que desequilibra e traz danos ambientais não são as populações, senão o capital disfarçado de sustentabilidade: o agronegócio, a usina hidrelétrica, a indústria madeireira ou outro setor mercadológico que promove o trabalho escravo e prejudica o ambiente.

² Mercado de carbono: refere-se à aquisição de créditos de carbono no mercado, o que corresponde a comprar uma permissão para emitir gases de efeito estufa. O preço dessa permissão, negociado no mercado, deve ser necessariamente inferior ao da multa que o emissor deveria pagar ao poder público por emitir tais gases. Para o emissor, portanto, comprar créditos de carbono no mercado significa, na prática, obter um desconto sobre a multa devida. (Nota da IHU On-Line)

³ Economia verde: conjunto de processos produtivos (industriais, comerciais, agrícolas e de serviços) que ao ser aplicado em um determinado local (país, cidade, empresa, comunidade, etc.) busca gerar um desenvolvimento sustentável nos aspectos ambiental e social. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Convenção de Ramsar: tratado intergovernamental que estabelece marcos para ações nacionais e para a cooperação entre países com o objetivo de promover a conservação e o uso racional de zonas úmidas no mundo. Essas ações estão fundamentadas no reconhecimento, pelos países signatários da Convenção, da

importância ecológica e do valor social, econômico, cultural, científico e recreativo de tais áreas. (Nota da IHU On-Line)

⁵ Ecótono: trata-se de áreas de transição ambiental, onde comunidades ecológicas diferentes entram em contato. Podem ser mudanças bruscas na vegetação em diferentes gradientes ecológicos, e assim são considerados potenciais indicadores de respostas a mudanças climáticas e reguladores de fluxos nos ambientes; por isso possuem uma grande biodiversidade, sendo encontrados organismos pertencentes aos ecossistemas em contato ou a espécies endêmicas do próprio ecótono. (Nota da IHU On-Line)

A educação ambiental, neste contexto, tem o papel dos ensinamentos de Paulo Freire⁶: aprendemos a mapear os opressores e lutamos contra as forças negativas à nossa libertação. Não promovemos uma educação só de ensinamentos, senão de diálogos. Não mais uma educação ambiental ingênua de abraçar árvores, mas também aquela política, de ter coragem de assumir a não neutralidade educativa e aprender coletivamente contra quem fazemos, pensamos e sentimos a educação ambiental.

IHU On-Line – Em que medida os danos causados ao meio ambiente surgem do desconhecimento de que tais práticas são prejudiciais? Como avançar nesse processo?

Michèle Sato – De minha experiência pessoal, muito se conhece sobre danos e prejuízos ambientais. O que não se conhece ainda é como frear a ganância de lucrar, minimizando os lucros para maximizar os bens socioambientais. Creio que novas alternativas econômicas podem ser possíveis, como a economia solidária, popular ou alternativa a este capitalismo tardio que avassala a natureza, a cultura e a dignidade humana. É preciso debater mais a noção de “des-envolvimento” e toda noção de progresso que realmente deixa de envolver a sociedade e o ambiente, focando apenas na economia. O desenvolvimento sustentável, ainda que ostente uma face ambiental, continua sendo o velho capitalismo, agora maquiado de um novo chavão que é repetido sem reflexão crítica, como se fosse a única verdade das diversas identidades pulsantes no mundo. Para além do desenvolvimento, estamos precisando de mais envolvimento.

6 Paulo Freire (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). É autor de *A Pedagogia do Oprimido*, entre outras obras. A edição 223 da revista *IHU On-Line*, de 11-06-2007, teve como título *Paulo Freire: pedagogia da esperança* e está disponível em <http://bit.ly/1aahLAG>. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Quais são os desafios postos à educação ambiental? Como interagem os saberes acadêmicos e das comunidades de regiões alagadas?

Michèle Sato – Na Universidade Federal de Mato Grosso, o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte⁷ vem aliando pesquisa acadêmica com militância política, abraçando a produção científica nas malhas da educação popular. Tornamo-nos sujeitos de pesquisa junto com os comunitários, dialogando saberes, tecendo redes de debates e buscando, junto com eles, construir as políticas públicas que possam garantir dignidade de vida. Temos promovido formação, fórum de debate e produzido alguns materiais educativos que levam a assinatura dos comunitários junto conosco. Longe de ser prescritivo e fechado como as cartilhas, produzimos materiais no substrato da sabedoria deles, aliando escola e comunidade. São aprendizagens coletivas emanadas de muitos diálogos éticos entre os mundos acadêmicos e populares.

IHU On-Line – De que maneira a questão da educação ambiental, especificamente no que se refere à questão das áreas úmidas, pode se tornar uma pauta pública de destaque na agenda nacional? Por que ela deveria ser debatida amplamente?

Michèle Sato – Há várias maneiras de se compreender o que seja educação ambiental. O que percebo é a magnitude política dos diálogos de saberes que vazam do controle das ciências e incidem no conhecimento que as comunidades possuem sobre o mundo. Nesta envergadura, a educação ambiental deixa de ser uma prática ingênua e reveste-se de uma dimensão transformadora. Reinventa a paixão, faz a transgressão contra os sistemas de regras rígidas e tenta promover a justiça socioambiental. Considera o ambiente e a sociedade humana entrelaçados, sem hierarquizar um polo. Rompendo com este dilema do antropocentrismo ou do biocentrismo, cria uma horizontalidade de potencial de vida, num ciclo permanente de aprendizagens.

7 <http://gpeaufmt.blogspot.com.br/>. (Nota do Entrevistado)

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Michèle Sato – Na primeira vez que fui ao Pantanal típico de áreas alagadas, atravessei o local com barco, num território úmido de barro, água e esbanjamento líquido que inundava não apenas meus pés, mas também a alma. Junto com cinco homens do Pantanal de São Pedro de Joselândia, fomos observar a feitura de uma canoa, desde a escolha da árvore até a feitura final. Manoel de Barros⁸ jorrava em suas palavras a imensidão da água daquele lugar. Descobrimos, assim, que a canoa não seria meramente um objeto de mobilidade, mas também da arte, na legítima expressão identitária da cultura pantaneira. Alguns meses se seguiram e, no novo reencontro do local, os corixos⁹ que ali serviam de impulso das canoas estavam totalmente secos, transformados em ruas empoeiradas, e outros meios de transporte esparramavam-se na comunidade. Em cada casa visitada, um santuário católico se misturava no labirinto cotidiano de uma gente sofrida que carece de políticas públicas mais fortalecidas, mas que jamais perde sua fé na vida. Entre os seres encantados que habitam as águas e os sonhos da educação ambiental, há muito para se dialogar saberes, ensinando e aprendendo juntamente com as comunidades na travessia da educação popular. É inútil insistir somente nas ciências. A poesia emanada daquele lugar é um convite para se pensar, fazer e, sobretudo, sentir a vida transbordante do Pantanal.

8 Manoel Wenceslau Leite de Barros (1916): poeta brasileiro pertencente cronologicamente à Geração de 45, mas formalmente ao Modernismo brasileiro, se situando mais próximo das vanguardas européias do início do século e da Poesia Pau-Brasil e da Antropofagia de Oswald de Andrade. Recebeu vários prêmios literários, entre eles, dois Prêmios Jabutis. É um dos mais aclamados poetas brasileiros da contemporaneidade nos meios literários. Enquanto ainda escrevia, Carlos Drummond de Andrade recusou o epíteto de maior poeta vivo do Brasil em favor de Manoel de Barros. Sua obra mais conhecida é o Livro sobre Nada (Rio de Janeiro: Record, 1996).

9 Corixos: canais que ligam as águas de baías, lagoas, alagados etc. com os rios próximos. Isto é, são pequenos rios que se formam (rios perenes) em épocas de chuva que vem desaguar em outros rios maiores. (Nota da IHU On-Line)

A gestão como alternativa à conservação ambiental

Para o professor Demétrio Luis Guadagnin, a sustentabilidade está diretamente associada à conservação

POR RICARDO MACHADO | COLABOROU: LEONARDO MALTCHIK

“O fato é que na condição atual não podemos nos dar ao luxo de explorar qualquer recurso natural sem um sistema de gestão. Somos muitos e as populações e áreas silvestres estão reduzidas, o que implica riscos. O que também não significa que devemos abdicar de qualquer possibilidade de uso se esta for uma demanda legítima de algum segmento social. A questão é administrar com sabedoria os recursos e penso que isto pode ser feito”, aponta o professor e pesquisador Demétrio Luis Guadagnin, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Segundo ele, o Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros mais ricos no que diz respeito à fauna de aves aquáticas.

Demétrio é enfático ao defender o planejamento das áreas de conservação como alternativa mais viável. “Falta ainda ao Estado uma política estratégica de proteção da biodiversidade que claramente estabeleça as metas e as prioridades. Sem esta visão estratégica, é difícil saber até onde podemos chegar na pro-

teção das áreas úmidas”, aponta. “A proteção tem seu papel na sustentabilidade, mas eu entendo que a questão central aqui é a conservação, mais que a proteção. Penso que muitos ambientalistas e cientistas vão concordar comigo que a conservação é um pressuposto do desenvolvimento e que desenvolvimento é diferente de crescimento e, provavelmente, contrário a ele”, complementa.

Demétrio Luis Guadagnin é formado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Manejo de Vida Silvestre pela *Universidad Nacional de Córdoba* - Argentina e doutor em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professor do Departamento de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Ufrgs. Desenvolve pesquisas na área de Ecologia Aplicada, com ênfase em Conservação e Manejo de Vida Silvestre, e coordena o Laboratório de Biologia da Conservação do Centro de Ecologia da Ufrgs.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como está a situação atual das áreas úmidas no Rio Grande do Sul no que se refere à proteção da biodiversidade de aves aquáticas?

Demétrio Luis Guadagnin - O Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros com maior riqueza e abundância de aves aquáticas e parte desta riqueza é explicada pela diversidade e abundância de áreas úmidas. O Estado inclui duas importantes unidades de conservação que protegem aves

aquáticas — a Estação Ecológica do Taim¹ e o Parque Nacional da Lagoa do Peixe². São duas das maiores unidades de conservação no RS. Ambas se situ-

1 Estação Ecológica do Taim (ESEC Taim): unidade de conservação de proteção integral da natureza localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul. Criada em 1986, possui uma área de 33 mil hectares. (Nota da IHU On-Line)

2 Parque Nacional da Lagoa do Peixe: criado em 1986, o Parque possui 36,7 mil hectares. Atualmente é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). (Nota da IHU On-Line)

am na região costeira. Maçariquinhos³ migratórios, aves costeiras e marinhas e algumas espécies continentais estão adequadamente protegidas nestas unidades. Por outro lado, existem diversas tipologias de áreas úmidas que

3 Maçariquinho: ave charadriiforme da família Scolopacidae. Possui pernas esverdeadas, e os adultos em fase reprodutiva são marrom-escuros com listras marrons em cima e branco embaixo. Faz o ninho no chão perto da água e tem preferência por tundras ou pântanos. (Nota da IHU On-Line)

não estão adequadamente representadas em nosso sistema, assim como as aves típicas destes ambientes.

Merecem atenção especial os campos úmidos de gravatás⁴, típicos dos campos na região da Campanha⁵ e também nos Campos de Cima da Serra⁶, que muitas vezes não são sequer reconhecidos como áreas úmidas e abrigam diversas espécies de aves aquáticas ameaçadas de extinção. Também merecem atenção especial as matas paludosas⁷, típicas da Mata Atlântica da zona costeira, protegidas em apenas duas pequenas unidades — a Reserva Biológica da Mata⁸ Paludosa e o Parque Estadual de Itapeva⁹. Temos também apenas uma lagoa costeira de águas doces protegida — a Lagoa Negra¹⁰, no Parque Estadual de Itapuã¹¹. Em todo o Estado, os banha-

“O fato é que na condição atual não podemos nos dar ao luxo de explorar qualquer recurso natural sem um sistema de gestão”

dos vegetados, com uma cobertura complexa de vegetação emergente, tanto lenhosa¹² quanto herbácea¹³, são importantes áreas de reprodução e estão em situação precária de conservação. Estes banhados em geral formam as margens de lagoas ou, em alguns casos, depressões de baixa profundidade, sendo bastante vulneráveis à drenagem para o plantio de arroz.

Outras áreas úmidas

Outro tipo de área úmida ainda muito desprotegida são os charcos temporários¹⁴, também típicos da zona costeira. Por serem temporárias e ocorrerem em campos arenosos ou sistemas de dunas, estas áreas úmidas também são frequentemente não reconhecidas como tal, ou consideradas como irrelevantes, quando na verdade abrigam uma fauna exclusivamente adaptada a esta condição e que inclui várias espécies ameaçadas, neste caso de peixes.

Quando pensamos em áreas úmidas, em geral nos vem à mente a visão de um banhado. Rios, praias e estuários também são áreas úmidas.

Quanto aos rios, a situação é realmente dramática. Várias espécies de aves extintas ou ameaçadas estão associadas a rios. Não temos trechos de rios legalmente protegidos, embora tenha havido várias iniciativas neste sentido. Pelo contrário, mesmo áreas declaradas como importantes têm sido atropeladas com o descaso ou conivência da justiça e de órgãos ambientais para a construção de barragens. Existem vários casos muito bem documentados, como os das barragens de Itá¹⁵ e Pai-Querê¹⁶. Estamos agora com o mais novo e mais grave desafio neste campo, que é a barragem de Garabi-Panamby¹⁷, que vai afetar o Parque Estadual do Turvo¹⁸, sobretudo os ambientes de áreas úmidas, é claro. Quanto às praias, temos alguns trechos com pouca perturbação e ainda usados por aves migratórias, mas nenhum livre de interferências. Quanto aos estuários, nosso maior e quase único é o estuário da Lagoa dos Patos¹⁹, muito importante para vários grupos de aves e outros organismos e também em precária situação tanto de proteção quanto de conservação.

15 Usina Hidrelétrica de Itá: localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Itá (Santa Catarina) e Aratiba (Rio Grande do Sul). A Usina conta com capacidade instalada de 1.450 MW. O reservatório da UHE ITÁ inunda aproximadamente 103 km² de terras. (Nota da IHU On-Line)

16 Usina Hidrelétrica de Pai Querê: projeto de construção do Governo Federal. A proposta é construí-la no Rio Pelotas, entre os municípios de Bom Jesus (RS) e Lages (SC). Aproximadamente 6,1 mil hectares de Mata Atlântica seriam alagados com a sua construção. (Nota da IHU On-Line)

17 Usinas Hidrelétricas de Garabi e Panambi: projeto de construção de hidrelétricas no Noroeste gaúcho até 2020. Juntas, as duas terão capacidade instalada de 2,2 mil MW e poderão desalojar 12 mil pessoas em uma área aproximada de 73 mil hectares. (Nota da IHU On-Line)

18 Parque Estadual do Turvo: Unidade de Conservação de proteção integral da natureza localizada no noroeste do Rio Grande do Sul, junto ao rio Uruguai. Criado em 1947, o Parque possui área de 17,4 mil hectares. Sua principal atração é o Salto do Yucumã. (Nota da IHU On-Line)

19 Lagoa dos Patos: considerada a maior laguna do Brasil e a segunda maior da América do Sul, localiza-se no Rio Grande do Sul. Possui 265 quilômetros de comprimento, 60 quilômetros de largura (na sua quota máxima), 7 metros de profundidade (na sua quota máxima) e uma superfície de 10 144 km². (Nota da IHU On-Line)

4 Gravatá: termo comum a plantas pertencentes a vários grupos de epífitas, tais como o abacaxi-de-raposa, o caraguatá, etc. (Nota da IHU On-Line)

5 Campanha Gaúcha: região pastoril de planícies com coxilhas, localizada no sul da América do Sul. A Campanha abrange boa parte do estado do Rio Grande do Sul, o Uruguai e parte da Argentina. (Nota da IHU On-Line)

6 Campos de Cima da Serra ou Campos de Vacaria: região localizada no extremo nordeste do estado, na divisa com Santa Catarina. Com uma área de 21 mil km², é caracterizado por um relevo suave recortado por rios, formado por uma planície elevada de solo basáltico. (Nota da IHU On-Line)

7 Floresta perenifolia higrófila costeira ou floresta perenifolia latifoliada higrófila costeira: uma das subdivisões da Mata Atlântica, caracterizada pela alta densidade vegetal, com grande número de palmeiras, lianas, fetos e samambaias, alta pluviosidade e influência de um clima úmido marítimo. (Nota da IHU On-Line)

8 Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa: Unidade de Conservação do Governo do Rio Grande do Sul. Com uma área de 113 hectares, protege uma área de mata atlântica caracterizada pela transição entre encostas e baixadas. (Nota da IHU On-Line)

9 Parque Estadual de Itapeva: Unidade de Conservação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Criado em 2002, possui uma área de mil hectares. (Nota da IHU On-Line)

10 Lagoa Negra: lagoa do Rio Grande do Sul, localizada no município de Viamão, a 60 km de Porto Alegre. A lagoa está localizada dentro do Parque Estadual de Itapuã. (Nota da IHU On-Line)

11 Parque Estadual de Itapuã: Unidade de Conservação no município de Viamão, no Rio Grande do Sul. Com uma área de 5,5 mil hectares, foi aberto para visitação em 2002. (Nota da IHU On-Line)

12 Planta lenhosa: plantas capazes de produzir madeira como tecido de suporte dos seus caules. (Nota da IHU On-Line)

13 Erva ou Planta herbácea: planta normalmente rasteira, sem caule lenhoso. (Nota da IHU On-Line)

14 Charcos: massas de água parada ou de corrente muito reduzida, de caráter permanente ou temporário. Os charcos são de tamanho inferior ao de um lago e medem menos de 1 hectare. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Em que medida a caça por lazer representa um risco à preservação das espécies?

Demétrio Luis Guadagnin - Prefiro falar em conservação ao invés de preservação, por admitir que as espécies silvestres, sejam animais ou plantas, são recursos naturais renováveis que podem ser explorados, desde que de forma sustentável e legítima. O termo caça de lazer requer uma conceituação para evitar confusão. Existe a caça comercial, ilegal no Brasil, que acontece associada ao tráfico de fauna, e pode representar um risco para algumas espécies, como o cisne-de-pescoço-preto e o cisne-branco, mas não é mencionada como um fator importante para as espécies ameaçadas de extinção. A caça desportiva é uma forma de caça de lazer que está atualmente proibida. Este tipo de caça, no passado, foi um auxílio na conservação de algumas áreas úmidas e não foi associado ao declínio populacional das espécies que tinham seu abate permitido. A prática de caça mais generalizada no Estado é aquela com o objetivo principal de abater animais para consumo próprio, considerada hoje uma atividade furtiva. Classifico esta caça como de lazer porque, embora a carne seja consumida, não é propriamente uma caça de subsistência, mas reflete o hábito cultural e o desejo de comer uma carne considerada exótica, embora no passado a importância desta fonte de proteína tenha sido maior. Também não é uma caça desportiva, pois não segue os princípios e a forma de organização dessa modalidade. Sabemos que muitas pessoas no meio rural mantêm o hábito de caçar por lazer. Não existem informações sobre o tamanho do extrativismo de aves aquáticas por este tipo de atividade e seu efeito na conservação.

É provável que a caça de aves aquáticas no Rio Grande do Sul não tenha sido um fator de ameaça importante no passado, mesmo sendo este hábito mais generalizado, porque as populações eram ainda abundantes e os ambientes silvestres eram ainda extensos. Atualmente, as populações de aves aquáticas estão todas reduzidas em função da

“A questão é administrar com sabedoria os recursos, e penso que isto pode ser feito”

degradação e perda das áreas úmidas. Não sabemos qual o tamanho do extrativismo que as populações atuais podem suportar e se o extrativismo atual está ou não colaborando para a retração populacional de alguma espécie. O fato é que na condição atual não podemos nos dar ao luxo de explorar qualquer recurso natural sem um sistema de gestão. Somos muitos e as populações e áreas silvestres estão reduzidas, o que implica riscos. O que também não significa que devemos abdicar de qualquer possibilidade de uso se esta for uma demanda legítima de algum segmento social. A questão é administrar com sabedoria os recursos, e penso que isto pode ser feito.

Outro fator de risco, associado a todas as formas de caça, é a acumulação de chumbo no ambiente, já que é usado nos projéteis. Embora o acúmulo de chumbo seja de fato um problema em diversos países, nossos estudos mostram que no Rio Grande do Sul isso ainda não aconteceu. Isso pode ser explicado pela forma como a caça se pratica aqui, em comparação com outros países, assim como pela intensidade da caça em si. Ainda assim, é um tema que merece ser debatido e investigado. É importante lembrar que o tipo prevalente de caça de lazer tem como alvo também outros grupos animais, além de também ser praticada em outros ambientes, e entendendo que existem várias espécies e ambientes vulneráveis a ela, assim como existem oportunidades. É um grande desafio para o país ser capaz de administrar o uso dos seus recursos naturais renováveis.

IHU On-Line – Quais são os desafios para o Rio Grande do Sul em relação à meta mundial de tornar 10% do território em áreas de conservação, principalmente no que corresponde às áreas úmidas? É possível expandir?

Demétrio Luis Guadagnin - A meta mundial de 10% não foi cumprida em todo o país e já temos uma nova meta, estabelecida no ano passado, de 17%. Estas metas são interpretadas no Brasil como compromissos de proteção de biomas, não de tipos específicos de habitat dentro de cada bioma. Ou seja, não existe uma meta explícita para as áreas úmidas. No caso particular das áreas úmidas, o Brasil é signatário da Convenção de Ramsar, mas esta não estabelece metas em termos de superfície a ser protegida. O desafio de tentar proteger 10% das áreas úmidas seria enorme.

Tomando o estado do Rio Grande do Sul como um todo, o fato de termos duas grandes unidades de conservação protegendo áreas úmidas na zona costeira poderia significar que estamos com uma situação relativamente manejável. Porém, como mencionei acima, existem muitos tipos de áreas úmidas não adequadamente protegidas em nosso sistema de unidades de conservação. É possível, sim, expandir a rede, aproveitando diversos mecanismos, como a efetiva implementação da lei de proteção da vegetação nativa (ex-código florestal), as compensações ambientais, o zoneamento ambiental²⁰, as áreas privadas - RPPN²¹ e outros instrumentos. Falta

²⁰ **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) ou Zoneamento Ambiental:** mecanismo de gestão ambiental que tem como objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável, promovendo o desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental. O ZEE é instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, conforme no inciso II do artigo 9º da Lei nº 6.938/1981, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 4.297/2002. (Nota da IHU On-Line)

²¹ **Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN):** modalidade de Unidade de Conservação (UC) contemplada pela lei federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000. A RPPN figura entre as unidades de uso sustentável cujo objetivo básico é de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. Ao todo, existem hoje no Brasil, 750 RPPNs distribuídas pelo território nacional e que juntas somam

ainda ao estado uma política estratégica de proteção da biodiversidade que claramente estabeleça as metas e as prioridades. Sem esta visão estratégica, é difícil saber até onde podemos chegar na proteção das áreas úmidas. Eu gostaria de ver implementado no Brasil, tanto para a conservação das áreas úmidas como para todos os tipos de habitats, uma política de “*No net loss*”, como existe nos Estados Unidos — qualquer perda, daqui para frente, deveria ser compensada com a recuperação de uma área de mesmo tipo, tamanho e qualidade. Um último aspecto que destaco sobre este tema: como avançar na proteção envolve custos, precisamos paralelamente avançar nos incentivos, nas políticas positivas. Neste aspecto, as áreas úmidas oferecem muitas oportunidades de ganhos econômicos por prestação de serviços ecossistêmicos e pela exploração de recursos naturais renováveis.

IHU On-Line – Como se dá o diálogo entre pesquisadores e ambientalistas com proprietários de áreas privadas para tentar minimizar os impactos ambientais e proteger o ecossistema?

Demétrio Luis Guadagnin - Antes de responder, cabe lembrar que existem diversos atores sociais envolvidos no desafio de conservar a biodiversidade em áreas privadas. Pesquisadores, ambientalistas e os proprietários são apenas três deles. Outros atores-chave incluem os técnicos dos diferentes setores do Estado, particularmente dos setores de meio ambiente, energia e agricultura, além da Justiça, da classe política e diferentes grupos sociais interessados no extrativismo de recursos, como caçadores, pescadores, indígenas, artesãos, entre outros atores. Quanto à pergunta, penso que prevalece uma relação conflituosa, embora os avanços sejam notáveis. Muito do debate ainda está centrado na discussão de novos instrumentos legais, do respeito às normas atuais, ou da efetiva

cerca de 580 mil hectares de áreas protegidas, especialmente na Mata Atlântica. (Nota da IHU On-Line)

“A proteção tem seu papel na sustentabilidade, mas entendo que a questão central aqui é a conservação”

implementação das normas, ou seja, um debate legalista que tende a colocar os atores em posições opostas e que é travado longe dos atores mais interessados. Muitas vezes o papel de árbitro é dado para os cientistas, um papel que não é seu e para o qual não somos preparados. Geralmente pensamos que nesta mesa temos os proprietários sentados de um lado e os pesquisadores e ambientalistas do outro. É frequente, infelizmente, que proprietários e ambientalistas estejam em lados opostos da mesa. Os pesquisadores, entretanto, tendem a escolher o lado de acordo com sua área de atuação, o que sugere ciência normativa em muitos casos, em outros uma ciência orientada por diferentes posturas éticas e, em outros, um tecnicismo aético.

Debates polarizados

Qualquer debate ambiental que envolva cientistas apresenta evidências de que ciência não é de fato neutra. A falta de clareza dos cientistas sobre seu papel neste debate penso que tem sido um limitante da sua capacidade de interferir de forma positiva. Faço esta autocrítica como cientista reconhecendo que muitas iniciativas importantes no campo ambiental têm origem na ciência ou são dependentes dela para avançar. Quanto aos proprietários, ouço deles próprios que muitos se consideram conservacionistas, já que o que ainda existe de áreas naturais em terras privadas foi por sua decisão sobre como usar sua terra. É evidente que a imposição da lei também tem seu papel. Quanto

aos ambientalistas, penso que muitas de suas ações também acabam limitadas pela falta de uma visão estratégica de metas e prioridades, assim como no caso do Estado. O próprio sentido do que seja uma postura ambientalista ou uma questão ambiental confundem muitas pessoas e muitos debates. O caso da caça, da proteção dos animais e do controle de espécies invasoras é emblemático neste sentido. Seja como for, temos excelentes exemplos de cientistas, ambientalistas e proprietários engajados de diferentes formas na busca pela sustentabilidade, e acredito que estamos avançando no número e na qualidade destas experiências. Penso que devemos procurar avançar para outro tipo de debate, mais propositivo e menos acusativo. Talvez mais proprietários se dispusessem a colaborar com a conservação da biodiversidade se lhes fossem oferecidas soluções eficazes, poucas das quais já foram produzidas ou avaliadas. Já comentei acima sobre as oportunidades e a importância de reconhecer o potencial das áreas úmidas e aves aquáticas de se aproveitar de mecanismos positivos de promoção da conservação, o que é particularmente importante no caso das áreas privadas.

IHU On-Line – É possível, a partir de um manejo adequado de áreas alagadas de arrozais, garantir a conservação ambiental de aves aquáticas em locais não naturais?

Demétrio Luis Guadagnin - Os arrozais podem e devem cumprir um papel complementar dentro de uma estratégia abrangente de conservação de áreas úmidas e aves aquáticas. O foco deve estar não exatamente na gestão dos arrozais, mas das propriedades dedicadas a este uso do solo. A unidade de análise e planejamento é a propriedade rural. Arrozais não substituem áreas naturais, mas podem ser manejados de forma a ampliar as possibilidades de conservar a biodiversidade de forma compatível com a produção de arroz. Questões como a gestão da irrigação, a escolha das variedades, o uso de agroquímicos, a integração com áreas de reserva legal e de preservação permanente e o uso

do solo pós-colheita são alguns dos aspectos que podem ser manejados para tornar as lavouras mais amigáveis à biodiversidade. Acima comentei sobre a importância da ciência e a importância de mecanismos positivos. O manejo das propriedades orizícolas²² é um excelente exemplo. Muitos proprietários estariam dispostos a tomar iniciativas de promoção da conservação da biodiversidade, desde que compatíveis com seu negócio, mas infelizmente ainda temos poucas ideias eficazes sobre como otimizar isso, seja enquanto técnica, seja enquanto instrumentos de incentivo.

IHU On-Line – Qual a relação entre desenvolvimento e proteção ambiental?

Demétrio Luis Guadagnin - Esta é uma questão complexa que extrapola o tema das aves aquáticas e áreas úmidas. *Strictu sensu*, proteger significa impedir qualquer forma de interferência em um estado ou um processo. Sugere, portanto, uma política restritiva e negativa. A proteção tem seu papel na sustentabilidade, mas entendo que a questão central aqui é a conservação, mais que a proteção. Penso que muitos ambientalistas e cientistas vão concordar comigo que a conservação é um pressuposto do desenvolvimento e que desenvolvimento é diferente de crescimento e provavelmente contrário a ele. Para avançar no tema teríamos que discutir os conceitos de crescimento, desenvolvimento, proteção e conservação para além do que posso me aventurar aqui.

IHU On-Line – Na sua avaliação, qual o conceito mais adequado de “desenvolvimento”?

Demétrio Luis Guadagnin - Adoto uma postura ambientalista quanto a esta questão. O desenvolvimento é sustentável, ou não será desenvolvimento. Em coro com as principais reflexões sobre o tema, penso que desenvolvimento significa satisfazer as nossas demandas presentes de forma socialmente justa (no centro

do desenvolvimento está o bem-estar comum) e sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias demandas, que não sabemos quais serão. Não podemos entregar um planeta vazio de oportunidades, e a biodiversidade é uma destas oportunidades. Uma atitude é sustentável se caminha nesta direção, se é melhor que as demais opções deste ponto de vista. Do ponto de vista ambiental, uma atitude sustentável deveria ser um pouco mais que isso — pressupõe limitar nossas ações à nossa capacidade atual de controlar seus efeitos diretos e indiretos, a curto e longo prazo, uma postura precavida, portanto. Estes são alguns elementos de um tema também bastante amplo e complexo.

IHU On-Line – A implantação do parque eólico (intitulado “energia limpa”) às margens da Lagoa dos Quadros, em Osório, no Rio Grande do Sul, gerou algum impacto na fauna local?

Demétrio Luis Guadagnin - Não conheço o projeto deste parque eólico para opinar especificamente sobre ele. Posso opinar sobre alguns princípios, que ajudam a ilustrar posicionamentos que fiz acima. Prefiro começar questionando a palavra *impacto*. Não gosto dela. Em geral tem uma conotação negativa, mas pode ser também positivo. Além disso, é uma palavra carregada de juízos de valor sobre o que seja positivo ou negativo. Prefiro falar em efeitos. Se estes efeitos são bons ou ruins é um julgamento que cabe à sociedade fazer. É inevitável que a implementação de parques eólicos cause efeitos na biodiversidade, pois implica em alterações de estruturas e processos locais, como a disponibilidade de habitats, a circulação dos ventos, a criação de barreiras ao deslocamento de animais e propágulos e vários outros. Em termos de abundância, algumas espécies serão prejudicadas e outras beneficiadas. A questão é decidir por uma entre as diversas opções possíveis de atenção à demanda crescente de energia e entre aceitar ou questionar o crescimento da demanda. Gostaria de mais questionamentos sobre a necessida-

de de atender uma demanda crescente, um aspecto da questão que geralmente passa ao largo e é dado como indiscutível.

Se aceitamos que a demanda inevitavelmente deve crescer e se aceitamos que uma atitude é sustentável na medida em que traz menos efeitos indesejáveis que as outras opções disponíveis, entendo que a energia eólica é uma boa opção. Em princípio, salvo situações peculiares que exigem que se conheça o projeto em particular, prefiro parques eólicos sobre áreas produtivas, particulares, e não sobre áreas naturais ou públicas. As áreas naturais e públicas em geral são as melhores opções que temos para promover a conservação da biodiversidade. As áreas produtivas e privadas, por outro lado, podem se beneficiar com mais uma fonte de rendimentos, se compatível com os outros usos da terra. A área em questão não é considerada prioritária para conservação da biodiversidade em planos nacionais ou regionais e não está entre as mais importantes para aves aquáticas ameaçadas. Evitar interferências severas pelo menos nas áreas e sobre as espécies prioritárias do ponto de vista da conservação é um aspecto central numa política de sustentabilidade.

Leia mais...

- *Conservação e exploração da biodiversidade – Limites e oportunidades*. Entrevista com Demétrio Luis Guadagnin na Edição 260 da **Revista IHU On-Line**, de 02-06-2008, disponível em <http://bit.ly/ihuon020608>;
- *Praia, areia, peixinhos e Polícia Federal*. Artigo de Demétrio Luis Guadagnin publicado nas **Notícias do Dia**, de 04-05-2013, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/ihuon040513>;

²² **Orizicultura** - orizícola: relativo ao cultivo de arroz em lavouras. (Nota da IHU On-Line)

Planícies de inundação do Rio Paraná – Biodiversidade, ameaças e conservação

Biólogo Sidinei Magela Thomaz defende que a conservação destas áreas não depende apenas dos cientistas, mas também da responsabilidade dos políticos e do setor hidrelétrico

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA | COLABOROU: LEONARDO MALTCHIK

Lagoas, brejos, canais e alagados são alguns dos exemplos que fazem parte do sistema das chamadas planícies de inundação. São áreas úmidas que inundam durante a cheia de um determinado curso d'água e são essenciais para a manutenção da vida natural, o que faz com que muito se fale sobre a conservação adequada destes ambientes. No entanto, para o biólogo Sidinei Magela Thomaz, a defesa destas áreas não depende apenas dos cientistas. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele afirma que a preservação carece “principalmente do convencimento dos políticos e do setor produtivo de que não há desenvolvimento sem preservação dos recursos naturais”.

Mas qual seria a importância da existência e da preservação de tais áreas? Para o biólogo, vários são os pontos relevantes a serem destacados. Primeiramente, esses ecossistemas “retêm sedimentos e poluentes e evitam cheias catastróficas”, além de serem responsáveis pela manutenção das populações de várias espécies de peixe. “Outra importante função relaciona-se

com a conservação da biodiversidade, pois os sistemas rios-planícies de inundação abrigam várias espécies aquáticas e terrestres.” São patrimônios mundiais de vital importância para a humanidade e cuja conservação se faz urgente. Para o biólogo, “o conhecimento sobre o que fazer já existe, basta que o setor hidrelétrico implemente medidas baseadas no conhecimento científico”.

Sidinei Magela Thomaz possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos, doutorado em Ciências Biológicas pela UFSCar e pós-doutorado pela *Mississippi State University* (USA). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá, no Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Ecossistemas Aquáticos Continentais e no Programa de Pós-Graduação em Biologia Comparada. Atuou como presidente da Sociedade Brasileira de Limnologia (1999-2001), sobre o estudo das águas interiores, e como Representante da Área de Ecologia na CAPES (2003-2004).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A que o senhor se refere quando menciona “áreas úmidas de planícies de inundação”? Do que se trata exatamente?

Sidinei Magela Thomaz - Essas áreas, conhecidas como “sistemas rios-planícies de inundação”, são compostas pelas planícies associadas lateralmente a rios de médio a grande porte e que são inundadas em determinados períodos. Elas são caracterizadas por uma elevada diversidade de habitats, como por exemplo, lagoas permanentes, lagoas temporárias,

brejos, canais e locais de transição que permanecem secos em certos períodos do ano e alagados em outros.

IHU On-Line – Do ponto de vista ambiental, qual a importância dessas regiões, sobretudo tendo em conta a região do Rio Paraná, objeto de pesquisa do senhor? Que extensão tem essas áreas e como isso se relaciona com o aspecto climático?

Sidinei Magela Thomaz - Esses ecossistemas possuem várias funções ecológicas que se traduzem em

serviços ambientais para o ser humano. Por exemplo, são responsáveis pela manutenção de populações de algumas espécies de peixes importantes tanto para a pesca esportiva como para a comercial (em especial as espécies migradoras). Além disso, retêm sedimentos e poluentes e ainda evitam cheias catastróficas em áreas localizadas a jusante¹. Esses são

¹ **Jusante:** nome dado para o lado onde se dirige a corrente de água de um rio. Por isso se diz que a foz de um rio é o ponto mais a jusante dele. O termo ju-

apenas alguns serviços ambientais desfrutados pelo ser humano, sem nenhum custo financeiro. Outra importante função relaciona-se com a conservação da biodiversidade, pois os sistemas rios-planícies de inundação abrigam várias espécies aquáticas e terrestres. No caso específico do rio Paraná, a planície de inundação situa-se no último trecho desse rio em território nacional onde ainda não foram construídas represas, representando assim, um remanescente essencial para a conservação da biodiversidade.

As planícies de inundação ocupam grandes áreas principalmente nos trópicos (por exemplo, o Pantanal e a planície associada ao rio Amazonas), mas foram praticamente eliminadas nos países europeus e na América do Norte. No que concerne ao aspecto climático, espera-se que ocorram grandes alterações nessas áreas em decorrência das mudanças globais. Por exemplo, o ciclo hidrológico² que marca a sazonalidade dessas planícies alagáveis provavelmente vai se alterar ainda neste século em função das mudanças climáticas. Porém, não existem previsões precisas sobre as consequências dessas alterações.

IHU On-Line – De que ordem é a diversidade biológica dessas áreas alagadas? Qual a importância delas no equilíbrio do ecossistema?

Sidinei Magela Thomaz – Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, independentemente da “quantidade” de espécies, os sistemas rios-planícies de inundação são fundamentais para algumas espécies que seriam prontamente eliminadas caso esses ecossistemas desaparecessem. Um exemplo, já mencionado, são os peixes migradores (dourados, pintados, curimbas). Mas em geral esses ecossistemas possuem uma elevada biodiversidade. A título de exemplo, somente a planície do alto rio Paraná concentra cerca de 50% das espécies de peixes conhecidos no Bioma Mata Atlântica e entre 20 e 50% da biodi-

sante vem do latim *jusum* que significa para o lado da foz. (Nota da IHU On-Line)
² **Ciclo hidrológico ou Ciclo da água:** troca contínua de água na hidrosfera entre a atmosfera, a água do solo, as águas superficiais, subterrâneas e das plantas. (Nota da IHU On-Line)

“Os sistemas rios-planícies de inundação são fundamentais para algumas espécies que seriam prontamente eliminadas caso esses ecossistemas desaparecessem”

versidade brasileira de alguns grupos de invertebrados aquáticos, sem contar as centenas de espécies de aves e dezenas de espécies de mamíferos já catalogadas na área. Além dessa importância para a biodiversidade, as funções ecológicas citadas acima contribuem para a manutenção da estabilidade dos ecossistemas.

IHU On-Line – O que são considerados “distúrbios naturais” nas áreas úmidas e, atualmente, quais são os principais riscos às áreas alagadas da bacia do rio Paraná (agropecuária, poluição, intervenção humana, etc.)?

Sidinei Magela Thomaz - Os principais distúrbios naturais nas áreas alagadas são as inundações, consideradas essenciais para a manutenção de sua estrutura e funcionamento. No caso específico do rio Paraná, esse distúrbio natural é imprescindível para a manutenção de várias espécies a ele adaptadas, mas isso tem sido alterado sobremaneira pela regulação da vazão do rio por reservatórios. As mudanças do regime natural hidrológico podem resultar em cheias de menor intensidade e, muitas vezes, fora de época, acarretando efeitos negativos para as espécies adaptadas ao ciclo natural das águas. Somado a isto, existem outros impactos também importantes que comprometem a planície do rio Paraná, entre os quais eu destacaria a introdução de espécies exóticas, o

empobrecimento do rio em termos de nutrientes, que ficam retidos nos reservatórios, e a destruição de habitats da planície para uso na agropecuária. Felizmente, esse último impacto ainda ocorre em pequena escala na planície do rio Paraná.

IHU On-Line – Como e em que medida os estudos realizados pelo Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura – Nupélia, podem ajudar a recuperar a vegetação aquática frente a distúrbios naturais?

Sidinei Magela Thomaz - Os estudos realizados pelo nosso Núcleo já contribuíram para ações efetivas e outras potenciais, visando à conservação. Uma ação efetiva foi a escolha e delimitação da área do Parque Estadual do Ivinhema (MS)³, a qual utilizou a base de dados do Núcleo e levou em consideração um local que continha remanescentes de vegetação terrestre ainda preservada e, principalmente, ecossistemas aquáticos adequados para a migração, a reprodução e o crescimento de várias espécies de peixes nativos.

Nossos dados também ajudam a identificar impactos humanos na região e a indicar medidas mitigadoras. Por exemplo, nossos colegas que trabalham com ecologia de peixes (destaco aqui o Dr. Angelo Agostinho⁴) conhecem razoavelmente bem o período e a amplitude das cheias que são adequados para a manutenção dos estoques pesqueiros. Para isso, basta que as empresas produtoras de energia hidrelétrica liberem a água dos reservatórios na época correta e na quantidade adequada. Um regime hidrológico semelhante ao natural seria também fundamental para a conservação das plantas aquáticas, as quais

³ **Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema:** criado por decreto em 1998, o parque tem mais de 73 mil hectares e está localizado nos municípios de Taquarussu, Jaté e Naviraí, no estado do Mato Grosso do Sul. (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Angelo Antonio Agostinho:** doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Maringá e pesquisa especialmente ictiofauna, pesca, limnologia, manejo e conservação de recursos ictiofaunísticos em reservatório e áreas úmidas. (Nota da IHU On-Line)

você se referiu em sua pergunta. O conhecimento sobre o que fazer já existe, basta que o setor hidrelétrico implemente medidas baseadas no conhecimento científico.

IHU On-Line – Em que medida a construção de hidrelétricas reconfigurou as áreas úmidas de planícies de inundação? Que territórios foram extintos e que outros foram criados? O que isso significa em termos de ecossistema?

Sidinei Magela Thomaz - As hidrelétricas afetam as planícies de inundação de várias maneiras. Primeiramente, um reservatório pode alagar parte ou a integralidade de algumas áreas úmidas, resultando na eliminação local e imediata desses ecossistemas. Porém, os efeitos propagam-se para as zonas de jusante, e as planícies localizadas abaixo de uma barragem recebem água mais pobre em nutrientes e com turbidez menor, o que afeta diretamente as espécies aquáticas, antes adaptadas a outras condições ambientais. Na planície do rio Paraná, por exemplo, constatamos que águas pobres em nutrientes reduzem o crescimento das plantas aquáticas, necessárias para várias espécies animais. Além disso, nessa planície, a redução da turbidez facilitou a disseminação do tucunaré, um peixe predador voraz não nativo, cujos efeitos sobre a fauna local podem ser catastróficos. Porém, talvez o pior impacto causado por um reservatório seja das alterações da dinâmica hidrológica, que mudam ecossistemas inteiros, tanto em seus aspectos físicos como biológicos.

IHU On-Line – Como o senhor avalia as pesquisas científicas voltadas para o tema das áreas úmidas? Que importância elas têm para o desenvolvimento de políticas públicas para garantir a manutenção de tais áreas?

Sidinei Magela Thomaz - Essas pesquisas evoluíram rapidamente na América do Sul nas últimas décadas, em especial no Brasil. Acumulamos muito conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento de grandes sistemas, como o Paraná, Pantanal e Amazonas, e também sobre outros associados a rios de médio porte, como, por exemplo, alguns localizados no Rio Grande do Sul que foram

“O conhecimento sobre o que fazer já existe, basta que o setor hidrelétrico implemente medidas baseadas no conhecimento científico”

estudados em profundidade pelo Dr. Leonardo Maltchik⁵, da Unisinos. O envolvimento de cientistas que estudam esses ecossistemas na tomada de decisões está aumentando e existem inúmeras possibilidades para melhorar seu manejo e conservação. Nesse sentido, torna-se fundamental que as decisões sejam tomadas com base no conhecimento científico. Mas ainda falta uma maior interação entre os vários segmentos da sociedade para melhorar o aproveitamento e a conservação dessas áreas. Certamente a integração de ecólogos, políticos, representantes do setor produtivo e de órgãos ambientais das diferentes esferas seria um avanço considerável para a conservação não somente das áreas úmidas, mas de qualquer outro ecossistema brasileiro. É pertinente lembrar que os países desenvolvidos tomam decisões que, em sua maioria, respeitam o conhecimento científico.

IHU On-Line – Que áreas do conhecimento integram os grupos de pesquisa das áreas úmidas? Como esse trabalho interdisciplinar é reali-

⁵ **Leonardo Maltchik**: doutor em Ecologia pela *Universidad Autónoma de Madrid*. Atualmente é professor titular da Unisinos. Desenvolve pesquisas sobre ecologia aquática, com ênfase na biodiversidade e conservação de áreas úmidas, banhados e wetlands do sul do Brasil. Confirma também *Rio dos Sinos: Novo ano, mesmos problemas*. Entrevista especial com Leonardo Maltchik e Silvio Klein, disponível em <http://bit.ly/18gWvY0>. (Nota da IHU On-Line)

zado? Por que uma abordagem mais ampla é importante à pesquisa?

Sidinei Magela Thomaz - As áreas do conhecimento que integram os grupos de pesquisa dependem dos objetivos do trabalho e da disponibilidade de recursos humanos. Porém, há vários grupos multidisciplinares, formados por biólogos, ecólogos, geógrafos, geólogos, hidrografos, químicos e cientistas sociais, dedicados ao estudo dessas áreas. O trabalho multidisciplinar demanda que os participantes de uma equipe tenham um conhecimento mínimo de cada uma das diferentes áreas.

Porém, muito mais do que isso, os pesquisadores devem ter espírito de equipe, devem saber ouvir mais do que falar e devem estar aptos e abertos para aprender novos paradigmas. Infelizmente, acredito que poucos cientistas possuem esse conjunto de características (me incluo nesse grupo com deficiências para realizar um trabalho multidisciplinar). Ainda a esse respeito, penso que a abordagem mais ampla e multidisciplinar é necessária especialmente na elaboração de planos de manejo visando à conservação dessas áreas, pois isto depende do conhecimento biológico, físico, mas também do meio social, que é indissociável do ambiente. Nesse sentido, acredito que a pesquisa científica não precisa envolver aspectos multidisciplinares, mas sua aplicação sim.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Sidinei Magela Thomaz - Nós, brasileiros, temos uma oportunidade rara nas mãos: diferentemente dos países desenvolvidos, ainda temos grandes sistemas rios-planícies de inundação para serem preservados. Eles constituem um legado que podemos deixar para as futuras gerações e, juntamente com nossa megadiversidade, deveriam ser motivo de orgulho e o foco de programas visando sua conservação. Porém, infelizmente, a conservação desses importantes ecossistemas e de sua biodiversidade não depende somente da vontade dos cientistas, mas, sobretudo, do convencimento dos políticos e do setor produtivo de que não há desenvolvimento sem preservação dos recursos naturais.

“O Zoneamento Ecológico Econômico está chegando ao RS com um atraso de 15 anos”

O biólogo Luis Fernando Perello elenca os avanços e desafios da questão ambiental no Rio Grande do Sul

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA | COLABOROU: LEONARDO MALTCHIK

O Rio Grande do Sul é um dos estados pioneiros na questão ambiental em todo o Brasil desde meados da década de 1950, quando Henrique Luiz Roessler¹ fundou a União Protetora da Natureza, até a formação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, em 1970. Mobilizações como estas levaram o Estado a diversas conquistas no setor, como a criação de uma série de parques e áreas de preservação. Para o biólogo Luis Fernando Perello, no entanto, de uns anos para cá a força da discussão ambiental arrefeceu e agora vem dando sinais de novo fortalecimento. “Tivemos um longo período de ostracismo e de desmontagem da área ambiental do Rio Grande do Sul. Agora se percebe uma retomada de ações que devem redefinir rumos”, afirma.

Uma das grandes conquistas atuais é o Zoneamento Ecológico Econômico no Rio Grande do Sul, que para Perello está chegando ao estado com pelo menos 15 anos de atraso. Ainda assim, é uma vitória a ser levada em conta. “Trata-se de um instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido

quando da implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas”, esclarece. “A sua importância ambiental e social se apresenta na medida em que o zoneamento vai estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental para assegurar a qualidade dos recursos hídricos, do solo e da conservação da biodiversidade.”

Luis Fernando Perello é graduado e mestre em Biologia e doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos – UFScar. É Secretário Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, onde coordenou a Assessoria Técnica até maio de 2013. O biólogo já trabalhou na Lagoa do Peixe e foi responsável pela condução do Zoneamento Ecológico-Econômico no estado e volta sua pesquisa para o planejamento da conservação, com ênfase em áreas protegidas e seus zoneamentos. Atualmente, também é professor no curso de Especialização em Gestão da Qualidade para o Meio Ambiente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais da PUCRS.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual cenário o Rio Grande do Sul apresenta no que se

refere à preservação ambiental de modo geral e, principalmente, das áreas úmidas e alagadas?

¹ Henrique Luís Roessler (1896–1963): foi um dos precursores da proteção ambiental no Brasil. Trabalhou para Capitania dos Portos da Marinha desde 1939. Em 1944 assumiu como Delegado Florestal Regional, cargo vinculado ao Ministério da Agricultura. Confira a entrevista nesta edição com Elenita Pereira, Roessler e o pioneirismo ambiental no Rio Grande do Sul. Veja também Henrique Luiz Roessler, um protetor da natureza, entre-

vista com Elenita Pereira, publicada na Edição 380 da Revista IHU On-Line, de 14-11-2011, disponível em <http://bit.ly/sE0ToG>; a 38ª Edição do Cadernos IHU, com o título *Sacralização da natureza: Henrique Luiz Roessler e as ideias protecionistas no Brasil (1930-1960)*, está disponível em <http://bit.ly/HUojK1>. (Nota da IHU On-Line)

Luis Fernando Perello - Tivemos um longo período de ostracismo e de desmontagem da área ambiental do Rio Grande do Sul. Agora se percebe uma retomada de ações que devem redefinir rumos. Projetos de grande envergadura estão em andamento, como o Zoneamento Ecológico Econômico², a produção de uma cartografia

² Zoneamento Ecológico-Econômico

atualizada que vai substituir a atual (muito antiga, elaborada há 40 anos) e a produção dos planos de manejo para cinco unidades de conservação. Nesse último caso, destaco que três dessas unidades são áreas úmidas importantes: o Parque e a Área de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí³ e a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande⁴. Também está encaminhado um estudo hidrossedimentológico⁵ do lago Guaíba⁶, que vai ajudar a regular o uso dos recursos naturais, desde a pesca até a mineração, naquele corpo d'água, além de mais cinco planos de bacias. O processo de criação da unidade de conservação no Bioma Pampa⁷ e as tratativas com a Unesco para

implantar a Reserva da Biosfera do Pampa⁸ também merecem destaque, juntamente com a edição da lista das espécies exóticas invasoras do Estado e a atualização da lista das espécies ameaçadas. Enfim, parece que estamos nos reerguendo novamente. Mas claro que ainda falta muito para recuperar o tempo perdido.

IHU On-Line – Qual a importância da Lagoa do Peixe para o bioma Pampa, considerando a preservação ambiental e a biodiversidade?

Luis Fernando Perello - Um dos grandes valores da Lagoa do Peixe está na sua singularidade. Trata-se do único corpo d'água salobra do Rio Grande do Sul e, por essa razão, ela reúne uma biodiversidade também única e de extremo valor de conservação. A Lagoa do Peixe integra um mosaico de ecossistemas no litoral médio do Estado, responsável por abrigar e alimentar pelo menos 45 espécies de aves migratórias, algumas inclusive ameaçadas de extinção em escala mundial. Além delas, a lagoa e seu entorno imediato são habitats importantes para mais de uma centena de espécies animais e outras tantas vegetais. Felizmente, a Lagoa do Peixe se encontra no interior de uma unidade de conservação de proteção integral — o Parque Nacio-

nal da Lagoa do Peixe⁹. Não fosse isso, talvez as várias agressões que até hoje rondam suas vizinhanças já teriam aniquilado a Lagoa. Esse é caso do pinus¹⁰, uma exótica invasora severa que chegou a ser plantada com fins comerciais nas suas margens e que, até agora, não sabemos o que vai acontecer com aqueles ambientes a partir da remoção dos plantios. Também as ocupações humanas que estavam em franca expansão quando o parque foi criado, em 1986, teriam possivelmente transformado a lagoa em um repositório de esgotos. Devemos seguir estudando a Lagoa para entender melhor seus processos e, com isso, garantir sua conservação de forma mais eficiente. Embora muitas pesquisas já tenham sido feitas naquele corpo d'água, ainda temos algumas lacunas de conhecimento. Precisamos entender melhor, por exemplo, os impactos da abertura da barra quando provocada pela mão do homem e não como consequência de um evento natural. Também seria importante saber a capacidade que aqueles ambientes têm para suportarem as atividades turísticas que estão em andamento na região e que representam alternativa de ocupação e renda para os moradores de Mostardas e Tavares.

IHU On-Line – Que espécies podem ser encontradas na Lagoa do Peixe? Há alguma que seja específica dessa região e que não se encontre em outras partes do mundo?

Luis Fernando Perello - Sem dúvida alguma, as espécies de aves migratórias são as estrelas do lugar. Elas chegam tanto do hemisfério Norte — voando muitas vezes 12 mil quilômetros — como do Sul da Argentina. Mas temos ainda as espécies residentes de aves, mamíferos, anfíbios e rép-

(ZEE) ou Zoneamento Ambiental: mecanismo de gestão ambiental que tem como objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável, promovendo o desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental. O ZEE é instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, conforme no inciso II do artigo 9º da Lei n.º 6.938/1981, e regulamentado pelo Decreto Federal Nº 4.297/2002. (Nota da IHU On-Line)

3 Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí: Unidade de Conservação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul criada em 2005. Possui uma área de 22,9 mil hectares espalhados entre os municípios de Porto Alegre, Canoas, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Triunfo e Charqueadas. Cerca de 60% do território da área engloba o Parque Estadual Delta do Jacuí, preservando banhados, restingas e trechos de floresta. (Nota da IHU On-Line)

4 Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande: Unidade de Conservação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, criado em 1998. Com uma área de 136,9 mil hectares, foi criado no intuito de preservar uma área de Pampa e de Mata Atlântica, bem como as nascentes do Rio Gravataí e as regiões de banhado do entorno. (Nota da IHU On-Line)

5 Hidrossedimentologia: estudo dos processos relacionados à dinâmica da água e dos sedimentos, associados a ela na fase terrestre do ciclo hidrológico. (Nota da IHU On-Line)

6 Lago Guaíba: popularmente conhecido como Rio Guaíba, é na verdade um lago de 496 km² localizado no Rio Grande do Sul. Sua bacia hidrográfica abrange o equivalente a quase 30% do território gaúcho. (Nota da IHU On-Line).

7 Bioma Pampa: nome de origem quechua genericamente dado à região pastoril de planícies com coxilhas, entre o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, as províncias argentinas de *Buenos Aires*, *La Pampa*, *Santa Fé*, *Entre Ríos* e *Corrientes* e a República Oriental do Uruguai. É também chamada de campos sulinos. Ecologicamente, é um bioma caracterizado por uma vegetação composta por gramí-

neas e plantas rasteiras, sendo encontradas algumas árvores e arbustos próximos a cursos d'água, que não são abundantes. Comparados às florestas e às savanas, os campos têm importante contribuição na preservação da biodiversidade, principalmente por atenuar o efeito estufa e auxiliar no controle da erosão. Sobre o pampa, confira a edição 247 da *IHU On-Line*, de 10-12-2007, intitulada *O Pampa e o monocultivo do eucalipto*, disponível em <http://bit.ly/ihuon247>. Outro tema afim é tratado na edição 183, de 05-06-2006, *Floresta de Araucária: uma teia ecológica complexa*, disponível em <http://bit.ly/ihuon183>. Leia, também, a edição 27 dos *Cadernos IHU em formação*, cujo título é *Monocultura do eucalipto. Deserto disfarçado de verde?*, disponível em <http://bit.ly/ihuem27>. (Nota da IHU On-Line)

8 Reserva da Biosfera: criadas pela Unesco em 1972, as Reservas são centros de monitoramento, pesquisa, educação ambiental e gerenciamento de ecossistemas, bem como centro de informação e desenvolvimento profissional dos técnicos em seu manejo. Atualmente há Reservas espalhadas em 110 países. (Nota da IHU On-Line)

9 Parque Nacional da Lagoa do Peixe: criado em 1986, o Parque possui 36,7 mil hectares. Atualmente é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). (Nota da IHU On-Line)

10 Pinus elliottii: espécie de pinheiro também conhecida como Pinheiro-Americano. É uma árvore capaz de se desenvolver em solos degradados ou com baixa fertilidade e que apresenta alta tolerância ao frio. No Brasil o Pinus está presente principalmente nos estados do sul e sudeste do País. (Nota da IHU On-Line)

teis, além é claro de uma cobertura vegetal também muito rica, especialmente nas áreas úmidas. Somente nos banhados e marismas¹¹ do Parque Nacional da Lagoa do Peixe foram levantadas mais de 170 espécies de macrófitas aquáticas¹². Sobre espécies exclusivas (espécies endêmicas) que circundam a Lagoa do Peixe, temos a lagartinha das dunas (*Liolaemus occipitalis*), uma serpente (*Phalotris lemniscatus trilineatus*) e o tuco-tuco (*Ctenomys flamarioni*), roedor que faz suas tocas nas dunas.

IHU On-Line – De que maneira as áreas úmidas e alagadas das reservas ambientais do Rio Grande do Sul constituem um eixo importante para o ecossistema da região Sul do país?

Luis Fernando Perello - Levando-se em conta a importância e a dependência que temos das áreas úmidas, elas estão muito pouco representadas nas unidades de conservação do Estado. A história tem mostrado, também, que é muito difícil contar com a contribuição dos municípios na criação de áreas protegidas contemplando esses ecossistemas. Os municípios poderiam ajudar de maneira objetiva na implantação de corredores de áreas úmidas, unindo as grandes áreas. Mesmo assim, temos algumas unidades de conservação que, em decorrência de seus portes e da biodiversidade que abrigam, significam um dos mais importantes patrimônios ambientais do Rio Grande do Sul. Entre elas, podemos citar a Área de Proteção Ambiental Banhado Grande do Rio Gravataí, com 5.990 hectares (ha); as áreas úmidas da foz do Rio Vacacaí¹³, em Cachoeira do Sul, com 4.690 ha; a Estação Ecológica do Taim¹⁴, com

“Parece que estamos nos reerguendo novamente. Mas claro que ainda falta muito para recuperar o tempo perdido”

32.038 ha; e o Parque Estadual do Camaquã¹⁵, que abriga o complexo de áreas úmidas associadas ao rio Camaquã numa das bacias mais conservadas do Estado, com 7.992 ha. Nessa lista podemos elencar ainda o Parque Estadual do Delta do Jacuí, com forte influência em toda a região da Grande Porto Alegre, que soma 17.245 ha; o Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos¹⁶, em Viamão, com 2.543 ha; e a Reserva Biológica do São Donato¹⁷, em Itaqui e São Borja, com 4.392 ha. Porém, independente de estarem ou não em unidades de conservação, as áreas úmidas têm um valor intrínseco que precisa ser levado em conta nos planos de gestão. Mas nem sempre é isso que vemos, como agora, por exemplo, em que o Cadastro Ambiental Rural¹⁸ não prevê a ocorrência des-

tares. (Nota da IHU On-Line)

15 Parque Estadual do Camaquã: Unidade de Conservação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Criado em 1975, possui uma área de 7,9 mil hectares. Localiza-se entre os municípios de Camaquã e São Lourenço do Sul às margens da Lagoa dos Patos. (Nota da IHU On-Line)

16 Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos: Unidade de Conservação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Criado em 2002, possui área de 2,5 mil hectares. Tem como objetivo proteger o rio Gravataí. (Nota da IHU On-Line)

17 Reserva Biológica do São Donato: criada em 1975, com área de 4,3 mil hectares, abrange os municípios de Itaqui e Maçambara, no Rio Grande do Sul. (Nota da IHU On-Line)

18 Cadastro Ambiental Rural (CAR): registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de

ses ecossistemas da maneira como se apresentam no Rio Grande do Sul. Na prática, isso significa que, ao se cadastrar, o produtor não vai encontrar espaço no formulário para mencionar seus banhados, por exemplo. Que tipo de gestão vamos fazer a partir desta lacuna de informação?

IHU On-Line – Do que se trata o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado? Qual a importância do ponto de vista ambiental e social?

Luis Fernando Perello - O Zoneamento Ecológico Econômico no Rio Grande do Sul está chegando ao estado com um atraso de pelo menos 15 anos. Trata-se de um instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido quando da implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas. A sua importância ambiental e social se apresenta na medida em que o zoneamento vai estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental para assegurar a qualidade dos recursos hídricos, do solo e da conservação da biodiversidade. Tudo isso, no entanto, olhando para uma proposta de desenvolvimento sustentável e com foco na melhoria das condições de vida da população. Particularmente, aposto nessa ferramenta, não só porque ela vai gerar muita informação nos campos socioeconômico e ambiental, mas também porque vai sistematizar e organizar muitas das informações já existentes e que não são utilizadas atualmente — ou são fracamente utilizadas — porque se apresentam de forma fragmentada nos vários organismos do Estado.

IHU On-Line – Como avalia a Legislação Ambiental do Rio Grande do Sul? É adequada às necessidades para a preservação ambiental?

Luis Fernando Perello - A legislação brasileira sobre o uso da terra não é suficiente, de modo geral, para proteger as áreas-chave para a biodiversidade. Essa conclusão é de um

Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. (Nota da IHU On-Line)

¹¹ **Marisma:** ecossistema úmido com plantas herbáceas que crescem na água. Pode ser formado de água doce e/ou salgada. (Nota da IHU On-Line)

¹² **Macrófitas aquáticas:** plantas que vivem em ambientes úmidos, como brejos e banhados. (Nota da IHU On-Line)

¹³ **Rio Vacacaí:** localizado no estado do Rio Grande do Sul. Tem aproximadamente 330 km de extensão. (Nota da IHU On-Line)

¹⁴ **Estação Ecológica do Taim (ESEC Taim):** Unidade de Conservação de proteção integral da natureza localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul. Criada em 1986, possui uma área de 33 mil hec-

“A legislação brasileira sobre o uso da terra não é suficiente, de modo geral, para proteger as áreas-chave para a biodiversidade”

estudo baseado na estrutura e contexto espacial dos biótopos naturais e na distribuição de habitats potenciais de espécies ameaçadas¹⁹. Esse trabalho avaliou como as Áreas de Preservação Permanente²⁰ se ajustam a áreas-chave para a conservação da biodiversidade nos subúrbios de Porto Alegre. Se esse trabalho fosse realizado em qualquer outro lugar do País, a constatação seria a mesma. A legislação ambiental brasileira vem sofrendo um permanente e pesado bombardeio, especialmente dos setores produtivos mais conservadores do Brasil. Basta olharmos para as perdas ambientais impostas pelo novo código florestal. Uma simples mudança no sistema de medir as APPs ao longo dos cursos d'água subtraiu daqueles espaços protegidos importantes habitats, justamente de áreas úmidas sazonais. Agora, com o novo código, ao medir o início da APP a partir da borda do talvegue, e não mais da cota máxima de inundação, alguns milhares de quilômetros quadrados de habitats foram perdidos. E como eram cotas máximas de inundação, se tratavam de áreas eventualmente alagadas. Portanto, ambientes com importante valor de conservação. Muito do que se conseguiu avançar em termos de legislação ambiental no País e no Estado no momento está francamente comprometido graças a uma visão desfocada do que se entende por desenvolvimento. E as pressões não param por aí, eis que já percebemos tentativas de derrubar o zoneamento que foi criado para ordenar a atividade de silvicultura no Rio Grande do Sul. Nesse caso, há os que defendem que o licenciamento da silvicultura deve sair do âmbito da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e ir para algum ór-

gão de fomento. Chegaram a produzir até uma minuta de projeto de lei que, felizmente, foi interceptada antes de aportar na Assembleia Legislativa. Por último, e mais recentemente, setores do agronegócio defendem interpretações estranhas para alguns termos do código florestal, pois querem avançar com lavouras sobre os campos nativos do Bioma Pampa²¹. Portanto, percebe-se que o País e o Estado, por consequência, depois de ocuparem um lugar de vanguarda na legislação ambiental, enfrentam dificuldades não para avançar, mas para manter o que já foi conquistado.

IHU On-Line – Como funcionam os processos de licenciamento ambiental na Fepam²²? Quais critérios são levados em conta para liberação de atividades comerciais em áreas úmidas (banhados) e alagadas (rios e lagos)?

²¹ **Bioma Pampa:** Confira as publicações da Revista IHU On-Line, *O pampa e o monocultivo do eucalipto*, Edição 247, de 10-12-2007, disponível em <http://bit.ly/1gxH6l0>; e *Pampa. Silencioso e desconhecido*, Edição 190, de 07-08-2006, disponível em <http://bit.ly/dzp8WL>. Veja também a entrevista *O Pampa desconhecido e o contrassenso do estímulo à agricultura*, com Eduardo Vélez, na Edição 412, de 18-12-2012, disponível em <http://bit.ly/XPmjoe>. (Nota da IHU On-Line)

²² **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam):** órgão responsável pelo licenciamento ambiental do estado do Rio Grande do Sul criado em 1990. É vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente. (Nota da IHU On-Line)

Luis Fernando Perello - Os licenciamentos são regidos pelo que dispõe a legislação e, entre elas, estão o Código Florestal nacional, o código de meio ambiente do Estado, as resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente e os planos diretores dos municípios e outros zoneamentos preexistentes, basicamente. Os critérios que norteiam os licenciamentos de quaisquer atividades, não só para aquelas de cunho comercial, devem ser os legais e os ecológicos. Mas me parece que os técnicos que atuam nessa área poderiam aperfeiçoar suas avaliações em campo se passassem a contextualizar na paisagem os perímetros nos quais estão trabalhando. O que eu quero dizer, de uma maneira mais coloquial, é que poderiam sair do “Zoom” e espichar o olho de forma mais analítica para o entorno, fazendo uma análise do conjunto dos ambientes na escala de paisagem. Por exemplo, é comum que nas zonas urbanas nos deparemos com áreas úmidas de pequenas proporções, porém cumprindo um papel de corredor entre áreas maiores, ou representando um habitat raro. Mas isso eu só enxergo quando olho para a paisagem. Até o tamanho da área eu só consigo avaliar plenamente quando olho para o conjunto dos ecossistemas do entorno. Atuar assim representaria uma mudança drástica e positiva na condução dos licenciamentos. Porém, disso dependem alterações profundas na condução dos processos, mas principalmente capacitação dos servidores que precisariam absorver essa nova “cultura” do licenciamento. Os licenciamentos nesse caso deixariam de ser peças cartoriais para se transformarem em documentos técnicos de fato. Temos que perseguir isso diuturnamente. Na Fepam, já existem algumas experiências nesse sentido, mas ocorre que elas ainda são iniciativas de servidores, e não da instituição.

IHU On-Line – Que impactos a extração de areia gera nos rios e no ecossistema das áreas úmidas? É possível perceber algum reflexo na Lagoa dos Patos, por exemplo?

Luis Fernando Perello - A atividade de mineração, de maneira geral, é

¹⁹ Guadagnin & Gravato, 2009. (Nota do Entrevistado)

²⁰ **Áreas de Preservação Permanente (APP):** área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade. O Código Florestal define várias áreas como APPs, entre elas faixas marginais de até 30 metros ao longo do curso dos rios; áreas ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios de água; nascentes; encostas; restingas, etc. (Nota da IHU On-Line)

uma atividade extremamente impactante, independente do recurso que está sendo minerado. A mineração de areia em rios gera danos ambientais que vão desde a destruição de habitats de alimentação, de reprodução e de refúgio de várias espécies de fundo. Com isso, há uma alteração drástica nas interações ecológicas que ocorriam naqueles ambientes, que acabam se desorganizando. Sob o aspecto físico, os danos correspondem ao aumento da turbidez da água, dificultando a entrada de luz solar e, com isso, a produção de fitoplâncton, do qual dependem inúmeras espécies. Dependendo dos procedimentos adotados no manejo das dragas e da proximidade das margens com que elas operam, pode-se instalar ali um processo erosivo severo, com perdas inclusive de mata ciliar ou praias que, por sua vez, contribuem para o comprometimento dos canais de navegação. Na Lagoa dos Patos²³, até o momento, não há atividade de mineração.

IHU On-Line – Por que é importante desenvolver políticas públicas de preservação ambiental? Como a garantia de um ecossistema preservado traz benefícios à sociedade?

Luis Fernando Perello - Essa pergunta é muito oportuna. Trata-se de uma reflexão que poucos fazem. Afinal, por que essa preocupação com conservação? Por que devemos garantir integridade dos ambientes naturais? Por que conservar fauna e flora? Eu tenho a impressão que, se popularizássemos essa discussão, poderíamos sensibilizar mais pessoas para as causas em defesa da conservação. Penso que quando as pessoas se derem conta de que a vida no planeta depende de um conjunto de serviços ecossistêmicos e que esses são garantidos justamente pela biodiversidade, vamos ter mais aliados para a causa ambiental.

²³ **Lagoa do Patos:** considerada a maior laguna do Brasil e a segunda maior da América do Sul, localiza-se no Rio Grande do Sul. Possui 265 quilômetros de comprimento, 60 quilômetros de largura (na sua quota máxima), 7 metros de profundidade (na sua quota máxima) e uma superfície de 10 144 km². (Nota da IHU On-Line)

“As pessoas têm dificuldade de enxergar onde ‘este tal de meio ambiente’ interfere nas suas vidas”

Dificuldade

Às vezes, percebo que, embora um tema recorrente e que com facilidade atrai simpatizantes de absolutamente todas as faixas etárias e condição social, poucos são aqueles que, por convicção, saem em defesa da conservação. Na verdade, acho que as pessoas têm dificuldade de enxergar onde exatamente “este tal de meio ambiente” interfere nas suas vidas. As discussões e reflexões sobre os serviços ambientais, entre eles a garantia da qualidade das águas, conferida pelas matas ciliares, a capacidade de que os rios têm de diluir os esgotos das cidades, a polinização realizada por uma infinidade de organismos e que garante o alimento de cada dia, o papel da regulação da temperatura, fornecida pela cobertura vegetal do planeta, apenas para lembrar alguns desses serviços ecossistêmicos, poderiam operar mudanças fantásticas e mais sinceras sobre a defesa da biodiversidade.

Identifico nesses casos, quem sabe, um problema de comunicação. Não estamos sabendo dar o recado. Veja o caso do tema “educação ambiental”. Toda vez que alguém pensa em projeto de educação ambiental remete imediatamente como público-alvo alunos principalmente do ensino fundamental. Não que isso seja errado, mas ao que parece tem se mostrado insuficiente. Por que não pensamos em educação ambiental para os próprios professores, para os trabalhadores das fábricas, para os fun-

cionários de hospitais, para os trabalhadores do campo, enfim, para todos os que dependem do uso dos recursos naturais e que se valem igualmente dos serviços ecossistêmicos? Aqui temos que avançar muito!

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Luis Fernando Perello - Vou aproveitar essa oportunidade para chamar a atenção para uma necessária discussão que ainda não estamos fazendo: a questão das mudanças climáticas e seus reflexos nas áreas úmidas. Aumento de temperaturas significa aumento de evaporação. Então, é de se esperar que haja alterações nos regimes de chuva, ou seja, podemos ter muita chuva em áreas que não recebiam tanta água, como devemos também ter áreas úmidas que poderão perder muita água com uma evaporação exacerbada. A discussão relacionada às mudanças climáticas transita quase exclusivamente no meio acadêmico e não ganhou ainda áreas importantes, onde já deveríamos estar pensando em estratégias de respostas para os problemas ambientais que advirão daí. O último relatório do IPCC²⁴ informa que hoje já temos uma certeza de 95% de que as alterações no clima recebem uma contribuição importante das atividades humanas. Como não se vê qualquer sinal de que podemos reverter esse quadro de agressões ambientais em curto prazo, acho oportuno começar a discutir estratégias de respostas para essas questões e que as discussões possam ser socializadas para todos os segmentos da população.

²⁴ **IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática:** órgão das Nações Unidas responsável por produzir informações científicas em três relatórios que são divulgados periodicamente desde 1988. Os relatórios são baseados na revisão de pesquisas de 2500 cientistas de todo o mundo. O documento divulgado pelo IPCC em fevereiro de 2007 afirmou que os homens são os responsáveis pelo aquecimento global. Sobre o tema, a **IHU On-Line** 215 produziu uma edição especial, intitulada *Estamos no mesmo barco. E com enjoo. Anotações sobre o relatório do IPCC*. O sítio do IHU tem dado ampla cobertura ao tema. No endereço eletrônico (www.unisinos.br/ihu), podem ser acessadas entrevistas sobre o assunto. (Nota da IHU On-Line)

Proteção da biodiversidade. Novos cenários

Pesquisadora Cristina Stenert discute a migração da biodiversidade e das áreas úmidas de regiões naturais para locais de manejo humano

POR RICARDO MACHADO | COLABOROU: LEONARDO MALTCHIK

As profundas e aceleradas mudanças que ocorreram nas últimas três décadas, impulsionadas pela globalização do mercado e o aumento das demandas, geraram impactos inclusive na forma de abordar a questão ambiental. De acordo com a pesquisadora e professora da Unisinos Cristina Stenert, que concedeu entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, até o final dos anos 1980 o principal foco da biologia era a conservação dos ecossistemas naturais, sobretudo das áreas protegidas na forma de unidades de conservação. “A partir de 1990 foi dada uma maior importância, sob o ponto de vista da conservação, às áreas manejadas pelo homem, tais como áreas agrícolas e sistemas florestais. Dentre elas, as lavouras de arroz irrigado são sistemas cultivados há milênios e são a principal fonte de cereais para mais da metade da população mundial”, explica Cristina.

Da fauna total residente nas áreas úmidas, cerca de 50% são de insetos. Esta comunidade é muito importante para os processos ecológicos, pois garantem às áreas úmidas equilíbrio no funcionamento de tais locais, garantindo alimentação para inúmeras espécies de peixes, anfíbios e aves. “Sua [dos insetos] importância aplicada está em seu papel como

bioindicadores da qualidade da água, participando de programas de biomonitoramento no mundo todo e diagnosticando alterações ambientais nas áreas úmidas”, aponta. “Ações conservacionistas crescem em escala mundial à medida que a ameaça à biodiversidade é reconhecida. Em se tratando das áreas úmidas, para que ocorra sua efetiva conservação são necessários esforços multidisciplinares que envolvam tomadores de decisão, ambientalistas, pesquisadores e outros interessados”, complementa.

Cristina Stenert é doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos - Ufscar. Atualmente é professora assistente do Programa de Pós-Graduação em Biologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Desenvolve estudos nas áreas de ecologia de invertebrados aquáticos, com ênfase em pesquisas direcionadas à busca de padrões que expliquem a diversidade de invertebrados em áreas úmidas do Sul do Brasil e à restauração de ecossistemas aquáticos degradados. Desde 2001, vem participando de projetos de pesquisa com a comunidade de macroinvertebrados em áreas úmidas naturais e em arrozais do Sul do Brasil.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que tipos de áreas úmidas são encontrados no Sul do Brasil e quais suas principais características?

Cristina Stenert - Existe uma grande diversidade de ecossistemas aquáticos que se caracterizam como áreas úmidas em nosso Estado, como, por exemplo, lagoas permanentes e temporárias, **turfeiras**¹, áreas alagá-

veis palustres e planícies de inundação de rios. As áreas úmidas são ecossistemas complexos, pois apresentam uma alta variabilidade natural. Essa variabilidade está relacionada principalmente ao regime hidrológico, uma vez que existem áreas que secam temporariamente e outras que permanecem com água durante todo o ano. Essa flutuação hídrica influencia direta ou indiretamente as espécies que habitam esses ecossistemas.

organossolos. (Nota da IHU On-Line)

Além disso, as áreas úmidas podem ser classificadas de acordo com o tipo de vegetação aquática predominante. De forma bem geral, existem três indicadores ambientais mais utilizados mundialmente para diagnosticar o que é uma área úmida, sendo eles o regime hidrológico (representado pela evidência direta ou indireta de inundação), a vegetação aquática e os solos saturados ou inundados.

IHU On-Line – Por que as áreas úmidas são reconhecidas internacio-

¹ **Turfeiras:** trata-se de um tipo de solo composto por turfa, formada pela deposição e decomposição de materiais orgânicos depositados sob o solo formando os

nalmente como ecossistemas prioritários para a conservação? Quais são as funções e valores que exercem para a humanidade?

Cristina Stenert - As áreas úmidas são extremamente importantes para a conservação da biodiversidade em nível mundial, pois abrigam uma diversidade muito grande de espécies, desde plantas e pequenos invertebrados até anfíbios, aves e mamíferos. Tais espécies dependem exclusivamente dessas áreas para sobreviver ou se reproduzir. Por exemplo, muitas espécies de anfíbios necessitam das áreas úmidas para postura de ovos e desenvolvimento dos girinos. Da mesma forma, diversas espécies de aves constroem ninhos na vegetação aquática. A alternância entre períodos com e sem água faz com que muitas espécies de invertebrados e peixes desenvolvam estratégias morfológicas e fisiológicas para permanecerem nessas áreas úmidas. Dentre as funções das áreas úmidas podemos destacar o armazenamento e purificação da água e o controle de inundações, devido à sua capacidade natural em reter água durante a inundação em zonas ribeirinhas. Além disso, as áreas úmidas são importantes fontes de alimento, através da pesca, possuindo muitas vezes um valor cultural para a comunidade e servindo ainda como áreas utilizadas para recreação, educação e pesquisa científica.

IHU On-Line – O que são macroinvertebrados e o que eles representam em termos de biodiversidade? Qual a importância deles no ecossistema?

Cristina Stenert – Os macroinvertebrados são organismos representados principalmente por espécies de **artropodes**², **moluscos** e **anelídeos**³. Essa comunidade vive toda ou parte da sua vida na área úmida para se reproduzir e se alimentar. Os insetos geralmente representam mais de 50% das espécies encontradas nas áreas úmidas. Essa

2 **Artropodes:** são um filo de animais invertebrados que possuem exoesqueleto rígido e vários pares de apêndices articulados, cujo número varia de acordo com a classe. (Nota da IHU On-Line)

3 **Anelídeos:** são um filo de animais portadores de metâmeros, segmentados, o qual inclui as minhocas, poliquetas e sanguessugas. (Nota da IHU On-Line)

comunidade possui uma importância em processos ecológicos responsáveis pelo funcionamento das áreas úmidas, tais como a ciclagem e a liberação de nutrientes, além de constituir a principal fonte de alimento para inúmeras espécies de peixes, anfíbios e aves. Sua importância aplicada está em seu papel como bioindicadores da qualidade da água, participando de programas de biomonitoramento no mundo todo e diagnosticando alterações ambientais nas áreas úmidas.

IHU On-Line – No Rio Grande do Sul, estima-se que mais de 90% das áreas úmidas originais foram destruídas, sobretudo em função da expansão agrícola. Em contrapartida, as lavouras de arroz irrigado ocuparam esse espaço. Considerando que o arroz é o principal cereal cultivado em países em desenvolvimento e alimento de mais da metade da população mundial, qual a relevância dos estudos deste tipo de área úmida?

Cristina Stenert – Até o final dos anos 80, o principal enfoque da biologia da conservação esteve concentrado nos ecossistemas naturais, incluindo principalmente aqueles protegidos sob a forma de unidades de conservação. A partir de 1990 foi dada uma maior importância sob o ponto de vista da conservação às áreas manejadas pelo homem, como áreas agrícolas e sistemas florestais. Dentre elas, as lavouras de arroz irrigado são sistemas cultivados há milênios e são a principal fonte de cereais para mais da metade da população mundial. No Brasil e, em especial, em nosso estado, o arroz irrigado é uma das mais importantes culturas anuais, contribuindo com aproximadamente 77% do arroz irrigado cultivado no país. Alguns estudos no mundo todo vêm mostrando que as lavouras de arroz são capazes de conservar uma parcela importante da biodiversidade aquática. Entretanto, esses agroecossistemas não substituem em hipótese alguma as áreas úmidas naturais na conservação da biodiversidade regional. Estudos ecológicos devem continuar sendo realizados em áreas orizícolas⁴, principalmente, para norte-

4 **Orizicultura** - orizícola: relativo ao cultivo de arroz em lavouras. (Nota da IHU On-Line)

ar práticas de manejo mais compatíveis com a conservação da biodiversidade, no sentido de incluir os agricultores como colaboradores responsáveis pela conservação da biodiversidade em suas propriedades, protegendo remanescentes naturais e manejando adequadamente o sistema de cultivo.

IHU On-Line – Em que se diferenciam as áreas úmidas de lavouras de arroz e as áreas úmidas dos canais de irrigação destas áreas? Que características cada uma apresenta?

Cristina Stenert - As áreas úmidas naturais são ecossistemas únicos, com espécies e funções fundamentais para a humanidade. Essas áreas apresentam uma diversidade muito grande de características ambientais relacionadas a seu tamanho, forma, hidrologia, riqueza de habitats, tipos de vegetação e solo, que atraem uma biodiversidade muito especial e peculiar. As lavouras de arroz, como qualquer área manejada pelo homem dentro da abordagem de agricultura convencional, constituem monoculturas que simplificam a estrutura natural do ambiente, reduzindo a diversidade natural do ecossistema em detrimento da espécie que está sendo cultivada. Entretanto, existe também uma variedade de sistemas de cultivo do arroz irrigado, desde o cultivo convencional, que interfere intensamente física e quimicamente no ambiente até o cultivo orgânico que não utiliza agrotóxicos no cultivo, por exemplo. A simplificação da biodiversidade que ocorre nesse tipo de agricultura, especialmente dentro da abordagem convencional de grandes monoculturas, faz com que sejam necessárias constantes intervenções humanas, enquanto em áreas naturais a regulação funcional interna do sistema ocorre através de interações biológicas que envolvem uma grande diversidade de organismos. Poderíamos destacar essa como sendo uma das principais diferenças entre o agroecossistema de arroz e as áreas úmidas naturais. Em relação aos canais de irrigação, esses sistemas artificiais são elementos essenciais para o transporte de água necessária para a irrigação das lavouras, facilitando também o intercâmbio de espécies da flora e fauna entre as áreas naturais fontes de água e as la-

vouras. Em uma escala de paisagem, os canais de irrigação interligam diferentes ecossistemas aquáticos podendo fornecer habitats, mesmo que artificiais, para a **biota**⁵ dentro desse contexto agrícola.

IHU On-Line – Em que medida a utilização de agrotóxicos e fertilizantes impacta na biodiversidade das áreas úmidas relacionadas às lavouras arroz?

Cristina Stenert - Centenas de agrotóxicos com diferentes estruturas químicas são utilizados mundialmente na agricultura para controle de espécies consideradas pragas agrícolas. O Brasil é um dos maiores mercados consumidores de agrotóxicos do mundo. Só para ter uma ideia, são recomendados para a cultura do arroz irrigado no Brasil em torno de 23 ingredientes ativos de herbicidas, 14 ingredientes ativos de inseticidas e 25 ingredientes ativos de fungicidas. Os impactos da contaminação por agrotóxicos variam dependendo da especificidade de ação destas substâncias, das concentrações encontradas e das condições de exposição para as espécies. Os efeitos sobre a fauna incluem desde alterações fisiológicas até a morte maciça de populações, afetando toda a estrutura da comunidade biológica. O uso de agrotóxicos pode ainda provocar fenômenos como ressurgência de pragas e seleção de populações de insetos resistentes nas lavouras. Nesse sentido, é muito importante monitorar as condições de contaminação tanto das regiões produtoras de arroz irrigado quanto das áreas úmidas contíguas às lavouras, bem como as respostas das comunidades biológicas ao uso desses agroquímicos no intuito de avaliar e mitigar os impactos decorrentes da produção orizícola. Claro que, junto a isso, é necessário um maior incentivo à utilização de práticas agrícolas mais coerentes com a conservação de espécies nos cultivos e nas áreas úmidas naturais e também de alternativas de produção que minimizem o uso de agrotóxicos pelos produtores rurais.

⁵ **Biota**: é o conjunto de seres vivos de um ecossistema, o que inclui a flora, a fauna, os fungos e outros organismos. A biota da Terra abrange a biosfera. (Nota da IHU On-Line)

“A partir de 1990 foi dada uma maior importância sob o ponto de vista da conservação às áreas manejadas pelo homem”

IHU On-Line – Que diferenças, em termos de biodiversidade, há em áreas úmidas nos períodos de alagamento e de redução da coluna d’água?

Cristina Stenert - A variação do regime hidrológico das áreas úmidas temporárias, ou seja, aquelas que apresentam períodos alternados com e sem água, faz com que as espécies aquáticas dessas áreas apresentem muitas vezes estratégias de vida para permanecerem na área durante o período de seca. Essas características estão principalmente relacionadas a espécies que não possuem capacidade de se deslocar ativamente para outras áreas, como, por exemplo, muitas espécies de microcrustáceos e alguns anelídeos e moluscos, pensando na comunidade que eu trabalho. Em questões de biodiversidade aquática, as áreas temporárias geralmente apresentam uma biota típica desse tipo de ecossistema justamente em função de suas peculiaridades hidrológicas e, nesse sentido, apresentam uma importância muito grande em relação à conservação das espécies. Tal variação na composição de espécies entre as fases com e sem água torna esse tipo de ecossistema temporário prioritário para a conservação, já que geralmente essas áreas são pequenas e extremamente ameaçadas.

IHU On-Line – No contexto atual, quais são as principais ameaças à biodiversidade deste tipo de áreas úmidas?

Cristina Stenert - As principais ameaças às áreas úmidas temporá-

rias estão relacionadas principalmente à expansão agrícola e à urbanização e poluição. Muitas vezes essas áreas acabam sendo drenadas para ocupação agrícola ou urbana, e a biodiversidade associada acaba desaparecendo localmente. Além disso, com perspectivas de mudanças no cenário climático mundial, não se sabe ao certo quais serão as consequências da variação climática sobre o regime hidrológico dessas áreas temporárias e o quanto isso irá acarretar alterações na biodiversidade aquática das áreas úmidas.

IHU On-Line – Qual a maneira mais adequada de conservar estas regiões e que desafios estão postos para a manutenção destas áreas?

Cristina Stenert - Ações conservacionistas crescem em escala mundial à medida que a ameaça à biodiversidade é reconhecida. Em se tratando das áreas úmidas, para que ocorra sua efetiva conservação, são necessários esforços multidisciplinares que envolvam tomadores de decisão, ambientalistas, pesquisadores e outros interessados. Acredito que o principal desafio para conservar esses importantes ecossistemas é conciliar os interesses dos diferentes setores da sociedade com a conservação de nossos ecossistemas aquáticos e de seus recursos naturais. Nesse sentido, políticas públicas devem ser elaboradas e concretizadas tendo como base critérios ecológicos fundamentados pelos resultados da pesquisa científica. Essas informações são pertinentes e podem servir para nortear a seleção de áreas úmidas prioritárias para a conservação e, no caso da agricultura, auxiliar na decisão de melhores práticas de manejo do cultivo para diminuir o impacto sobre as áreas úmidas. Além disso, deve haver um maior incentivo para a criação de programas de restauração de áreas úmidas degradadas em nossa região. Uma ação conjunta harmoniosa e movida por diferentes atores da sociedade pode parecer utópica, mas não impossível, se houver ações planejadas, bem pensadas e, acima de tudo, bem intencionadas para a conservação das áreas úmidas.

Convenção de Ramsar, garantia legal de preservação das áreas úmidas

Diretor de Biodiversidade Aquática, Mar e Antártica no Ministério do Meio Ambiente, Paulo Rogério Gonçalves fala sobre a proteção jurídica das áreas úmidas

POR RICARDO MACHADO | COLABOROU: LEONARDO MALTCHIK

Dentre as legislações de preservação ambiental voltadas às áreas úmidas, a Convenção de Ramsar é a mais conhecida e vigente desde 1971. O documento prevê ações de preservação ambiental e estabelece normas para ações nacionais de cooperação ambiental e conservação dos biomas. “Essas ações estão fundamentadas no reconhecimento da importância ecológica e do valor social, econômico, cultural, científico e recreativo de tais áreas pelos países signatários da Convenção”, explica Paulo Rogério Gonçalves, diretor de Biodiversidade Aquática, Mar e Antártica da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

De acordo com o diretor, os países que ratificaram a convenção de Ramsar comprometem-se em conservar e utilizar de maneira ambientalmente correta zonas úmidas. Às nações signatárias cabe identificar e designar as áreas úmidas de importância internacional. “Aceitando essas obrigações, o País tem acesso a benefícios tais como cooperação técnica e

apoio financeiro para promover a utilização dos recursos naturais das zonas úmidas de forma sustentável, favorecendo a implementação, em tais áreas, de modelos de desenvolvimento que proporcione qualidade de vida aos seus habitantes”, esclarece. “As zonas úmidas fornecem serviços ecológicos fundamentais para as espécies da fauna e flora e para o bem-estar das populações humanas, pois regulam o regime hídrico de vastas regiões, permitem a recarga de aquíferos, retêm nutrientes, purificam a água, estabilizam as zonas costeiras, funcionam como fonte de biodiversidade”, complementa.

Paulo Rogério Gonçalves é graduado em Ciências Biológicas (Ecologia) pela UnB, realizou mestrado e doutorado na área de Política Marinha, na *London School of Economics and Political Science*, na Universidade de Londres. Atualmente é diretor de Biodiversidade Aquática, Mar e Antártica da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que é convenção de Ramsar e como surgiu?

Paulo Rogério Gonçalves - A Convenção sobre Zonas Úmidas, mais conhecida como Convenção de Ramsar, é um tratado intergovernamental que estabelece marcos para ações nacionais e para a cooperação entre países com o objetivo de promover a conservação e o uso racional das zonas úmidas no mundo. Essas ações estão fundamentadas no reconhecimento da importância ecológica e do valor social, econômico, cultural, cien-

tífico e recreativo de tais áreas pelos países signatários da Convenção.

Esse tratado foi negociado durante a década de 1960 por diversos países e organizações não governamentais que se preocuparam com o aumento da perda e degradação de zonas úmidas responsáveis pela manutenção de espécies migratórias de aves. A convenção foi adotada na cidade de Ramsar, no Iran, e passou a vigorar em 1975. Com o passar do tempo, o texto da convenção foi negociado em uma série de reuniões internacionais

e o foco inicial em aves migratórias foi ampliado para a conservação das zonas úmidas como um todo.

IHU On-Line - Que países são signatários? Quantos deles ocupam o G8?

Paulo Rogério Gonçalves - A lista de países signatários da convenção de Ramsar conta com a assinatura de 168 partes atualmente, conforme dados de agosto de 2013. Dentre os países que ratificaram a convenção, encontram-se todos aqueles que compõem o G8, assim como o Brasil.

	Países	Data de Adesão	Número de sítios	Área Coberta (ha)
G8	Alemanha	26/6/1976	34	868.226
	Canadá	15/5/1981	37	13.086.771
	Estados Unidos	18/4/1987	35	1.827.196
	França	1/12/1986	42	3.514.060
	Itália	14/4/1977	52	60.223
	Japão	17/10/1980	46	136.968
	Reino Unido	5/5/1976	169	1.276.852
	Rússia	11/2/1977	35	10.323.767
	Brasil	24/9/1993	11	6.568.359

IHU On-Line - Quais são as obrigações e os benefícios dos países signatários à Convenção de Ramsar?

Paulo Rogério Gonçalves - Os países que ratificaram a convenção de Ramsar comprometem-se a conservar e utilizar de forma sábia as zonas úmidas. Portanto, tornam-se responsáveis por uma série de atividades, como, por exemplo, formular e implementar planos que promovam a conservação de zonas úmidas; identificar e designar zonas úmidas de importância internacional em seu território (Sítios Ramsar), promover e revisar a convenção, entre outras.

Aceitando essas obrigações, o país tem acesso a benefícios tais como cooperação técnica e apoio financeiro para promover a utilização dos recursos naturais das zonas úmidas de forma sustentável, favorecendo a implementação, em tais áreas, de modelos de desenvolvimento que proporcione qualidade de vida aos seus habitantes.

IHU On-Line - Quantas zonas úmidas brasileiras integram a lista de sítios Ramsar e o que corresponde em extensão territorial? Em que regiões do Brasil elas ficam?

Paulo Rogério Gonçalves - O Brasil conta com um total de 11 sítios Ramsar que ocupam uma área de 6.568.359 hectares. Esses sítios encontram-se distribuídos em oito Estados — Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Tocan-

tins. Esses sítios sobrepõem áreas de unidades de conservação e, portanto, os sítios Ramsar reforçam a necessidade de valorização dessas áreas.

IHU On-Line - Quais as características dos biomas brasileiros protegidos pela convenção de Ramsar? Como se apresentam e no que se diferem?

Paulo Rogério Gonçalves - A convenção de Ramsar trabalha com ecossistemas presentes em todos os biomas brasileiros, como, por exemplo, as veredas no cerrado, os manguezais na mata Atlântica, os banhados no Pampa, as várzeas na Amazônia, as lagoas temporárias na Caatinga¹, os corais na zona costeira marinha e a enorme planície de inundação do Pantanal. Além desses ecossistemas, existem vários outros que são reconhecidos como zonas úmidas brasileiras.

Portanto, ao invés de apresentar as diferenças existentes entre essas unidades de paisagem, vale a pena avaliar o que possibilita unir essas unidades dispersas nos diferentes biomas brasileiros. Quando procuramos a resposta para essa pergunta, observamos que elas encontram-se na interface entre ambientes terrestres e aquáticos e estão permanentemente ou periodicamente inundadas

¹ **Caatinga:** confira a Edição 389 da Revista IHU On-Line, *Caatinga: um bioma exclusivamente brasileiro... e o mais frágil*, de 23-04-2012, disponível em <http://bit.ly/llxgd2>. (Nota da IHU On-Line)

por águas rasas ou, pelo menos, com os solos encharcados.

IHU On-Line - Considerando que a Convenção de Ramsar foi escrita em 1971, como ela foi se atualizando nas últimas décadas?

Paulo Rogério Gonçalves - Como apontado anteriormente, no início, a convenção focou na manutenção de espécies migratórias de aves que se encontravam fortemente ameaçadas devido à rápida degradação e destruição de seus habitats. Diante desse cenário, a convenção inicialmente propunha a criação de uma rede de refúgios para a manutenção de aves migratórias. Todavia, com o amadurecimento da proposta e envolvimento de outros especialistas, observou-se que uma abordagem ecossistêmica permitiria não somente a conservação de aves, mas também a manutenção de diversas outras espécies e processos ecológicos. Após esse primeiro momento de discussão, 18 países concordaram com os termos propostos e assinaram a primeira versão da convenção na cidade de Ramsar, no Iran, em 1971.

A convenção passou a vigorar em 1975 e sofreu duas modificações ao longo de sua existência. Uma das alterações foi um protocolo, ou seja, um tratado que é somado à parte original, assinado em dezembro de 1982 em Paris, na França. A outra ocorreu em 1987, com base em uma série de emendas ao tratado original que ficaram conhecidas como Emendas de Regina². O primeiro instrumento estabeleceu um procedimento para realizar alterações na convenção e adotou versões originais do tratado em árabe, francês, inglês, alemão, russo e espanhol. Enquanto as Emendas de Regina definiram questões operacionais relacionadas à conferência das partes, o

² **Emenda de Regina:** trata-se da terceira edição da Conferência das Partes Contratantes - Cop, que foi criada em 1980 com a função de promover e verificar a implementação da Convenção de Ramsar. Convocada por seu secretariado, a Cop ocorre a cada três anos, sendo admitida a convocação de conferências extraordinárias desde que requeridas por pelo menos um terço dos países que integram a Convenção. (Nota da IHU On-Line)

comitê permanente e o secretariado permanente contribuem para manutenção da convenção.

Além das atualizações da convenção, uma série de documentos foi elaborada para orientar a conservação e o uso sábio das zonas úmidas no mundo, e podem ser acessados no sítio eletrônico da convenção: www.ramsar.org.

IHU On-Line - Em âmbito global, qual a importância de se proteger as áreas úmidas?

Paulo Rogério Gonçalves - As zonas úmidas fornecem serviços ecológicos fundamentais para as espécies da fauna e flora e para o bem-estar das populações humanas, pois regulam o regime hídrico de vastas regiões, permitem a recarga de aquíferos, retêm nutrientes, purificam a água, estabilizam as zonas costeiras, funcionam como fonte de biodiversidade, estocam grandes reservatórios de carbono e fornecem locais para a recreação e turismo. Apesar dessa lista de ações não cobrir toda a gama de funções das zonas úmidas, ela confirma a insubstituibilidade dessas áreas do ponto de vista ambiental, social, econômico e cultural.

IHU On-Line - Que desafios estão postos à proteção das áreas úmidas no Brasil?

Paulo Rogério Gonçalves - As áreas úmidas presentes no Brasil são ameaçadas de diversas formas. O uso desordenado da terra, a exploração inadequada da água e o aumento da população constituem os principais vetores de degradação e perda dessas áreas.

Dentre os fatores que ameaçam a manutenção das áreas úmidas, podemos citar: a poluição por esgotos e resíduos; a drenagem para a implantação de atividades agropecuárias; a construção de hidrelétricas, a superexploração dos recursos naturais. Além dessas, essas áreas serão as primeiras a serem afetadas pelas mudanças climáticas.

“As zonas úmidas fornecem serviços ecológicos fundamentais para as espécies da fauna e flora e para o bem-estar das populações humanas”

É importante notar que, por ser a água um elemento fundamental em todos os ambientes e também um importante insumo econômico, o cuidado com as áreas úmidas requer uma abordagem ecossistêmica, ou seja, que considere o manejo integrado da terra, da água e dos recursos vivos em busca da conservação da biodiversidade e de seu uso sustentável.

IHU On-Line - Que outras legislações nacionais e internacionais servem de complemento à Convenção de Ramsar?

Paulo Rogério Gonçalves - Embora não exista uma política específica para as zonas úmidas, o Brasil conta com um conjunto de políticas ambientais que, se aplicadas de forma correta, contribuirão significativamente com a conservação e manutenção das zonas úmidas brasileiras. Algumas das políticas mais relevantes são o Plano Nacional de Áreas Protegidas - PNAP³, que inclui um capítulo sobre as “Estratégias Nacionais para Áreas

Reconhecidas Internacionalmente”; a Política Nacional de Biodiversidade - Pronabio⁴; a Política Nacional de Meio Ambiente (2002⁵); a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH⁶; e a Política Nacional de Mudança do Clima (2009⁷). Além disso, o Brasil é signatário de outras Convenções com forte relação aos objetivos de Ramsar, como a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima - CQNUMC e a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB⁸.

4 Programa Nacional de Biodiversidade - Pronabio: instância responsável pela coordenação da implementação da Política Nacional de Biodiversidade, mediante a promoção de sinergias entre o poder público e a sociedade civil. (Nota da IHU On-Line)

5 Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH: trata-se da regulamentação que criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos com o intuito de assegurar à atual e às futuras gerações água em qualidade e disponibilidade suficientes através da utilização racional e integrada, da prevenção e da defesa dos recursos hídricos contra eventos hidrológicos críticos. (Nota da IHU On-Line)

6 Política Nacional sobre Mudança do Clima: instituída em 2009, a regulamentação oficializa o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima de redução de emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas até 2020. (Nota da IHU On-Line)

7 Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima - CQNUMC: é um tratado internacional que foi resultado da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, informalmente conhecida como a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. O tratado não fixou, inicialmente, limites obrigatórios para as emissões de gases de efeito estufa e não continha disposições coercitivas. Em vez disso, garantia disposições para atualizações (chamados “protocolos”), que deveriam criar limites obrigatórios de emissões, dos quais o mais conhecido é o Protocolo de Quioto. (Nota da IHU On-Line)

8 Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB: trata-se de uma regulamentação estruturada sobre três bases principais — a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos — e refere-se à biodiversidade em três níveis: ecossistemas, espécies e recursos genéticos. A Convenção abarca tudo o que se refere direta ou indiretamente à biodiversidade — e ela funciona, assim, como uma espécie de arcabouço legal e político para diversas outras convenções. (Nota da IHU On-Line)

3 Plano Nacional de Áreas Protegidas - PNAP: o programa tem por objetivo estabelecer e manter, até 2010, em relação a áreas terrestres e, até 2012, no que toca a áreas marinhas, sistemas nacionais e regionais de áreas protegidas abrangentes, eficazmente administradas e ecologicamente representativas. (Nota da IHU On-Line)

Áreas úmidas artificiais – as lavouras de arroz no Rio Grande do Sul

Ana Silvia Rolon, bióloga da Unisinos, expõe a importância dos arrozais para o ecossistema, mas alerta que as lavouras não substituem as áreas úmidas naturais

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA | COLABOROU: LEONARDO MALTCHIK

O Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz irrigado em todo o País. De acordo com dados do Instituto Rio Grandense do Arroz – Irga, 65% da produção nacional do grão vem das lavouras do Estado. Ainda de acordo com o Instituto, a estimativa é de que sejam semeados mais de 1 milhão de hectares de arroz em todo o Estado. De acordo com a bióloga Ana Silvia Rolon, estes agroecossistemas representam grande parcela das áreas úmidas gaúchas, “sendo consideradas por diversos pesquisadores como áreas úmidas artificiais”. Estas compartilhariam uma série de características em comum, apresentando “potencial para conciliar a conservação da biodiversidade aquática e a produção de arroz”.

No entanto, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Rolon afirma que estas lavouras não podem ser consideradas substitutos para as áreas úmidas tradicionais. Isto porque a biodiversidade de cada ambiente é diversificada, e com fauna e flora heterogênea. Mais do que isso, elementos como “o manejo do solo, o uso de maquinários e agrotóxicos, a previsibilidade de inundação, o controle artificial da profundidade e a monocultura” impedem que as lavouras de arroz possam ser comparadas às áreas naturais. De

acordo com a bióloga, “essas práticas agrícolas funcionam como um filtro, selecionando quais espécies poderão ou não ocorrer no local”.

Uma das grandes dificuldades para a conservação destas áreas é a consciência do poder público e do próprio produtor rural da importância destes ecossistemas. Entre as várias funções das áreas úmidas, Rolon destaca a propriedade de armazenar e purificar a água, garantir o desenvolvimento de espécies essenciais para o controle de pragas, disponibilizar nutrientes e polinizar. “A ausência de qualquer um desses serviços ecossistêmicos pode inviabilizar o desenvolvimento agrícola de uma região”, alerta.

Ana Silvia Rolon é graduada em Ciências Biológicas pela Unisinos, possui mestrado em Biologia pela mesma universidade, doutorado em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Possui ainda um pós-doutorado na Unisinos, onde atualmente leciona. É membro do laboratório Ecologia e Conservação de Ecossistemas Aquáticos. Suas pesquisas voltam-se principalmente para o estudo das plantas aquáticas, unidades de conservação e diversidade no ecossistema no Rio Grande do Sul.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que são espécies endêmicas e por que é importante preservá-las?

Ana Silvia Rolon - Espécies endêmicas são aquelas que têm sua área

de ocorrência restrita a uma área geográfica reduzida, como, por exemplo, um bioma, bacia hidrográfica ou formação geológica. Para que ocorra a efetiva conservação destas espécies

é essencial que o ambiente nas quais elas ocorrem esteja preservado. Todas as espécies devem ser conservadas, independentemente da sua área de distribuição (ampla ou restrita) ou

de sua importância para a sociedade. Todas as espécies são relevantes ecologicamente, sendo essenciais para o equilíbrio e o funcionamento dos ecossistemas. O valor intrínseco de cada espécie, por si só, já justifica a sua conservação, entretanto, maiores esforços de conservação são destinados às espécies endêmicas, pois as limitações geográficas de sua distribuição as tornam mais suscetíveis à extinção. Além disso, algumas espécies endêmicas são consideradas símbolos da sua região, agregando a importância cultural para a sua conservação.

IHU On-Line – As lavouras de arroz correspondem à maioria das áreas alagadas do Rio Grande do Sul? Como podemos pensar práticas de sustentabilidade visando à preservação da biodiversidade em ambientes agrícolas?

Ana Silvia Rolon - Embora as lavouras de arroz não correspondam à maior parcela de áreas inundadas do Rio Grande do Sul, elas realmente representam uma parcela significativa da paisagem. Esses agroecossistemas apresentam uma série de características em comum com as áreas úmidas, sendo consideradas por diversos pesquisadores como áreas úmidas artificiais. Dessa forma, as lavouras de arroz são áreas com potencial para conciliar a conservação da biodiversidade aquática e a produção de arroz. Entre as práticas de manejo que podem viabilizar essa conservação, podem ser citadas a redução ou eliminação do uso de agrotóxicos, o controle no uso de fertilizantes, o manejo sustentável da água nas lavouras e o manejo das lavouras no período de entressafra.

IHU On-Line – Como os diferentes manejos em áreas agrícolas distintas — permanentemente inundadas e áreas que alternam períodos sem inundações — impactam na biodiversidade? Que tipo de manejo é o mais adequado ao meio ambiente?

Ana Silvia Rolon - Estudos recentes realizados em lavouras de arroz e em áreas úmidas naturais do Rio Grande do Sul indicaram que o tempo que a água permanece no sistema é determinante para a composição de espécies que colonizam esses ambientes. Lavouras que permaneciam naturalmente inundadas no período de entressafra eram colonizadas por espécies de plantas aquáticas com grande dependência da água, as quais eram muito similares ao conjunto de espécies encontradas em áreas úmidas permanentes. Entretanto, as espécies encontradas nas lavouras de arroz que alternavam períodos secos e úmidos eram típicas de áreas úmidas intermitentes. Ambos os manejos adotados na entressafra (manter inundada ou drenada) foram eficientes no sentido de manter a biodiversidade de plantas, invertebrados, anfíbios e aves. Contudo, quais espécies ocorriam em cada uma dependia da capacidade dos organismos de tolerarem períodos de seca. Com base nos resultados obtidos entre os diferentes grupos taxonômicos estudados — plantas, invertebrados, anfíbios e aves —, a indicação seria manter um mosaico de lavouras permanentemente inundadas e lavouras que alternam períodos inundados e secos. Isso contribuiria para a maior heterogeneidade da paisagem e, assim, maior disponibilidade de ambientes para a colonização de espécies de áreas úmidas.

IHU On-Line – Dada a realidade dos arrozais, considerando inclusive que são áreas privadas, que desafios estão postos à conscientização do manejo adequado com vistas à preservação ambiental? De que maneira o Estado poderia ajudar nesse sentido?

Ana Silvia Rolon - O atual desafio da conservação da biodiversidade reside exatamente na incorporação das áreas privadas como auxiliares na conservação ambiental, visto que áreas destinadas à conservação — parques, reservas e outras Unidades de Conservação — são insuficientes

para a efetiva conservação das espécies. Esclarecer aos produtores rurais os benefícios em longo prazo do manejo adequado das culturas agrícolas e, obviamente, a intensificação de pesquisas sobre as técnicas mais sustentáveis estão entre os principais desafios futuros para um desenvolvimento agrícola sustentável. A conscientização da importância dos recursos naturais para a sustentabilidade das atividades agrícolas é algo que deve ser priorizado. As áreas úmidas têm, entre outras funções, a propriedade de armazenar e purificar a água, assim como as espécies são essenciais para controlar pragas, disponibilizar nutrientes e polinizar. A ausência de qualquer um desses serviços ecossistêmicos pode inviabilizar o desenvolvimento agrícola de uma região. O papel do Estado seria apoiar e incentivar práticas que visem à conservação ambiental; exemplos de incentivos fiscais, financiamentos, redução de impostos e pagamento por serviços ambientais para produtores ambientalmente conscientes podem ser vistos em diversos países europeus.

IHU On-Line – Podemos pensar que as áreas úmidas ocupadas pelas lavouras de arroz podem ser consideradas substitutas das áreas úmidas naturais? Como cada uma se caracteriza?

Ana Silvia Rolon - As lavouras de arroz não podem ser consideradas substitutas de áreas úmidas naturais. Diversas espécies aquáticas não ocorrem nessas áreas manejadas. Os arrozais sustentam apenas uma parcela da biodiversidade das áreas úmidas e sua importância reside na conservação das espécies que apresentam alguma resistência às diversas práticas de manejo adotadas nas lavouras. Salientando-se que nem todas as espécies de plantas aquáticas são danosas à cultura do arroz. O manejo do solo, o uso de maquinários e agrotóxicos, a previsibilidade de inundações, o controle artificial da profundidade e a monocultura são alguns dos atributos que impedem que as lavouras

de arroz possam ser comparadas às áreas naturais no sentido de função ecológica, produtividade e diversidade biológica. Essas práticas agrícolas funcionam como um filtro, selecionando quais espécies poderão ou não ocorrer no local.

IHU On-Line – Podem-se recuperar áreas úmidas naturais que foram drenadas? Se sim, como?

Ana Silvia Rolon - As áreas úmidas estão entre os ecossistemas com grande capacidade de recuperação. Diversos estudos evidenciam resultados satisfatórios e rápidos na restauração de áreas úmidas degradadas. Em muitos casos a simples restauração da condição hidrológica natural é suficiente para a recuperação do

ecossistema, em outros casos, onde os impactos foram severos, a introdução de algumas espécies faz-se necessária para que outras possam colonizar e dar sequência ao processo de sucessão de espécies.

IHU On-Line – Desde quando a questão das áreas úmidas se tornou uma preocupação ambiental e qual a importância das pesquisas na área? Que espaço o Brasil ocupa nesse âmbito acadêmico?

Ana Silvia Rolon - A questão das áreas úmidas tornou-se evidente diante da crise da água, sua escassez física e redução em qualidade, e do aumento de espécies em perigo de extinção. A possibilidade de falta de água e as suas consequências

sociais e econômicas despertaram o interesse no estado de conservação dos recursos aquáticos. Pesquisas no sentido de garantir a sustentabilidade da água como um recurso imprescindível para a sociedade e para a biodiversidade vêm aumentando a cada ano; além disso, as áreas úmidas são reconhecidamente importantes para a manutenção da biodiversidade global. A alta biodiversidade encontrada nesses ecossistemas e a elevada degradação decorrente do crescimento populacional incentivam os crescentes estudos visando à conservação e recuperação de áreas úmidas. O número de pesquisas realizadas no Brasil vem crescendo aceleradamente, e o impacto dessas pesquisas vem sendo mais amplamente difundido.

Acesse o Twitter do IHU em twitter.com/_ihu

Tweets

- Seguindo
- Seguidores
- Favoritos
- Listas

Siga IHU

Nome completo

E-mail

Senha

Inscriva-se

Tweets

- IHU @_ihu** 29 m
Beneficiários do Bolsa Família no Vale do Sinos permanecem na linha da pobreza extrema bit.ly/ZuJuo3
Expandir
- IHU @_ihu** 59 m
O mundo financeiro, altamente instável e fascinante bit.ly/Zs3lJu
#blogihu
Expandir
- IHU @_ihu** 1 h
Tráfico de pessoas. A forma contemporânea de escravidão humana bit.ly/117SEJP

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

“O regime militar não acabou nas periferias. Mudou apenas a cor do uniforme”

Para Adriano Pilatti, repensar a democracia é o grande desafio das instituições, e a democracia direta é a possibilidade que brota das manifestações. Os “corpos e mentes jovens, potentes e indomáveis” retomam a ideia maquiaveliana dos tumultos que produzem boa ordem

POR MÁRCIA JUNGES

“A criminalização dos movimentos sociais é pura e simplesmente a continuidade dessa incapacidade das elites brasileiras de aceitar a ação política que vem de baixo. Os primeiros movimentos sociais criminalizados foram os quilombos e, assim como os quilombolas eram caçados, hoje os dissidentes pobres também o são. Entre eles, esses meninos que tomaram as ruas do Rio de Janeiro e que não querem ser traficantes, nem milicianos, nem policiais, mas também não querem ser “escravos remunerados” em sórdidos ambientes de trabalho. Eles querem ser cidadãos e são satanizados pura e simplesmente porque põem uma máscara no rosto, independentemente do que fizerem ou deixarem de fazer. O que poucos sabem é que, para muitos deles, que vivem em territórios onde os direitos civis não chegaram, territórios controlados por milícias, traficantes, etc., a máscara é um recurso de autodefesa sem o qual seriam perseguidos ao retornarem para casa, ou perderiam seus empregos, porque muitos trabalham para os seus territórios de origem, onde os direitos civis não chegaram. O enunciado ‘se usa máscara, então faz vandalismo’ é falso”. A afirmação é do cientista político Adriano Pilatti, que concedeu entrevista pessoalmente à **IHU On-Line**. Em seu ponto de vista, essa criminalização não é nada mais do que “a dimensão coletiva da criminalização da vida dos pobres que permanece”. E dispara: “O regime militar não acabou nas periferias, mudou apenas a cor do uniforme”. Pilatti critica a postura de inúmeros intelectuais brasileiros, ressentidos e irritados porque não conseguem mais encaixar a realidade em seus “joguinhos

de armar conceituais”. Além disso, reflete que, frente a um sistema de poder “que nega e trai a vida a todo instante, a virtude fundamental é desobedecer, é duvidar do tirano, é rir do poder. É não aceitar essa falsa majestade dos homens e mulheres de capa preta”.

Adriano Pilatti é graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestre em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, com pós-doutorado em Direito Público Romano pela Universidade de Roma I - La Sapienza. Foi assessor parlamentar da Câmara dos Deputados junto à Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Traduziu o livro *Poder Constituinte - Ensaio sobre as Alternativas da Modernidade*, de Antonio Negri (Rio de Janeiro: DP&A, 2002). É autor do livro *A Constituinte de 1987-1988 - Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo* (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008). Proferiu a conferência *A Constituição no Supremo Tribunal Federal: a (des)construção da democracia brasileira* em 02-10-2013, no **Seminário Constituição 25 Anos: República, Democracia e Cidadania**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direito - Unisinos e Programa de Pós-Graduação em História - Unisinos.

Esta entrevista foi publicada nas **Notícias do Dia**, de 21-11-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/ihu211113>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são os principais desafios e impasses da democracia no Brasil?

Adriano Pilatti – Primeiramente, penso que é preciso superar a plurisecular tradição autoritária não só do Estado como da sociedade brasileira. Nós nascemos, crescemos e amadurecemos sob o signo do autoritarismo estatal e social, do autoritarismo de Estado e de classe. Esses males de origem, para citar uma expressão do Manoel Bomfim¹, ainda produzem efeitos terríveis na sociedade brasileira. Não entendemos o padrão de violência policial que temos no Brasil sem lembrar que tivemos 388 anos de escravidão e de domínio brutal sobre os corpos produtivos. Não conseguimos entender a extrema dificuldade que tem o patronato brasileiro de olhar para o trabalhador e ver nele um sujeito de direitos sem remontar, igualmente, ao período escravista. A recente extensão dos direitos mínimos de proteção ao trabalho às empregadas domésticas revelou bem o quanto a mentalidade escravocrata está profundamente arraigada não apenas nas classes dominantes, mas também nas classes médias e na pequena burguesia.

Demofobia

As representações dos sistemas políticos representativos, dos sistemas eleitorais e partidos políticos estão em crise em todo o mundo democrático, e isso remonta a um problema de origem, porque originariamente a representação política moderna, tal como concebida nos Estados Unidos no pensamento dos federalistas e na elaboração da Constituição de 1787², foi pensada contra a democracia. Os federalistas diziam querer uma repú-

blica representativa na América para não ter democracia. A demofobia explicava a necessidade de construir um sistema em que o povo, sobretudo os pobres, os pequenos proprietários, os despossuídos e desvalidos não exercitassem diretamente o poder. Essa era também a preocupação de Montesquieu³, o aristocrata que pensa em um regime de separação de poderes tanto para superar o absolutismo monárquico quanto para prevenir a democracia e a anarquia. Então a representação foi feita contra a democracia tanto na Revolução Americana⁴ como na Revolução Francesa⁵.

O que aconteceu é que, a partir de 1848, com o ciclo de revoltas operárias que sacode toda a Europa e repercute pelas áreas periféricas do mundo, a representação liberal burguesa, que era oligárquica e foi concebida para ser oligárquica, para garantir o poder de poucos e, sobretudo, o direito de propriedade, começa a se de-

3 **Barão de Montesquieu** (Charles-Louis de Secondat, 1689-1755): político, filósofo e escritor francês. Ficou famoso por sua Teoria da Separação dos poderes, atualmente consagrada em muitas das modernas constituições nacionais. Sua obra mais famosa é *O espírito das leis*. (Nota da IHU On-Line)

4 **Revolução Americana ou A Guerra da Independência dos Estados Unidos**: nome dado às batalhas desfechadas contra o domínio inglês. O movimento de ampla base popular teve como principal motor a burguesia colonial e levou à proclamação, no dia 4 de julho de 1776, da independência das Treze Colônias - os Estados Unidos, primeiro país dotado de uma constituição política escrita. As raízes do conflito estão na assinatura do Tratado de Paris, que, em 1763, finalizou a Guerra dos Sete Anos. Ao final do conflito, o território do Canadá foi incorporado pela Inglaterra. (Nota da IHU On-Line)

5 **Revolução Francesa**: nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre 5 de Maio de 1789 e 9 de Novembro de 1799, alteraram o quadro político e social da França. Começa com a convocação dos Estados Gerais e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário, de Napoleão Bonaparte. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da Independência Americana (1776). Está entre as maiores revoluções da história da humanidade. A Revolução Francesa é considerada como o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Aboliu a servidão e os direitos feudais e proclamou os princípios universais de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" (*Liberté, Égalité, Fraternité*), frase de autoria de Jean-Jacques Rousseau. (Nota da IHU On-Line)

mocratizar com as lutas pelo sufrágio universal masculino, primeiro, porque a classe operária também era machista, e depois com as outras minorias, as mulheres, as minorias étnicas, as minorias religiosas e assim por diante.

Mal necessário

Na verdade, a representação foi se democratizando, mas esse processo tem um limite e isso explica o mal-estar. "Fulano não me representa", ou "sem partido" são expressões do mal-estar da representação. Expressões equivalentes têm sido bradadas por jovens desobedientes em Atenas, Roma, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Madri, Nova Iorque, Istambul e assim por diante. Justamente porque na combinação de representação com desigualdade está o princípio de toda a corrupção. Se alguém exerce poder em nosso nome em uma sociedade desigual, o princípio da corrupção está estruturalmente instaurado. Então, o grande desafio da democracia hoje é repensar as instituições, de certo modo salvar a representação de si mesma, reduzir sua abstração, pois por muito tempo ainda ela será necessária. Mas é necessária na estrita medida em que possa servir à garantia da liberdade e dos direitos.

Hélio Pellegrino dizia que toda instituição democrática é mal necessário, na medida em que sirva à consecução de um bem. E o que se entende por bem na sociedade democrática? A liberdade, os direitos, o respeito à diversidade. Então, essa é a medida de toda a instituição, e o grande desafio da democracia hoje em todo o mundo é justamente fazer que com as instituições que servem à liberdade, à igualdade e aos direitos se deixem contagiar pelos movimentos que vêm de baixo, na sua diversidade, na sua multiplicidade.

Direita e esquerda continuam existindo, porque enquanto houver opressores oprimidos e exploradores explorados haverá direita e esquerda. Mas as posições de direita e esquerda variam conforme as questões. Uma instituição que, por exemplo, na questão da terra está à esquerda pode estar à direita na questão de costumes e vice-versa. Portanto, o grande desafio é não buscar a melhor forma de governo, como é a obsessão de todo

1 **Manuel Bomfim (1868–1932)**: foi um médico, psicólogo, pedagogo, sociólogo, historiador e intelectual brasileiro. Autor de *América Latina: males de origem* (Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008). (Nota da IHU On-Line)

2 **Constituição dos Estados Unidos ou Constituição de 1787**: trata-se da lei fundamental dos Estados Unidos, estabelecendo a forma federal do Estado, os órgãos de poder, as suas competências e forma de funcionamento. Foi discutida e aprovada pela Convenção Constitucional de Filadélfia - na Pensilvânia, entre 25 de maio e 17 de setembro de 1787. Naquele ano, os Estados Unidos aprovaram a sua primeira e, até hoje, única Constituição. (Nota da IHU On-Line)

pensamento político desde os gregos, mas buscar as melhores formas de liberação da potência produtiva, criativa, afetiva das pessoas.

IHU On-Line - No contexto das manifestações de junho ocorridas em nosso país, se discute a crise da democracia representativa. Quais são os limites e as possibilidades desse sistema no Brasil?

Adriano Pilatti - Os limites são postos justamente pelas correlações de força que marcam uma desigualdade profunda do ponto de vista econômico, do ponto de vista da própria veiculação da informação. As possibilidades estão aí nos corpos e mentes jovens, potentes e indomáveis que tomaram as ruas e reatualizaram a ideia de ação direta, a ideia maquiaveliana dos tumultos que produzem boa ordem, dos conflitos que criam as instituições da liberdade. Precisamos fazer um balanço de todos os males que as manifestações evitaram que fossem causados pelos poderes constituídos ao interesse público e aos interesses dos pobres em todo o Brasil, especialmente no Rio. Os “decretos da multidão” assinados nas ruas em cada cartaz ou refrão impediram ou cancelaram reajustes de tarifa de transporte, restringiram a apropriação privada de espaços públicos, interromperam parcial e momentaneamente a remoção de comunidades inteiras para satisfazer os interesses da especulação imobiliária e dos megaeventos. Os pequenos prejuízos que um ou outro grupo de destrambelhados ajudou a produzir pelas ruas são insignificantes perto das decisões que favoreceram o interesse público, o que evidentemente não os legitima, mas permite dimensioná-los de modo mais adequado. O que as manifestações que começaram em junho (e estão longe de terminar, pelo menos no Rio de Janeiro) demonstram é que a ação direta, os decretos da plebe, como se dizia na Roma antiga, contribuem para aprimorar as decisões públicas. Que o poder de veto das ruas é eventualmente necessário e algumas vezes indispensável. A grande possibilidade que está na rua é justamente a democracia direta, a abertura das decisões públicas à participação popular. Isso não é utópico, como os reacionários

“O termo populismo faz parte da tradição moralista do golpismo brasileiro. É o termo preferido com que as elites procuram desqualificar, desde os anos 1950, qualquer governo que tenha compromissos mínimos com as camadas populares”

gostam de dizer. Não se trata de um fenômeno exótico restrito à Islândia, onde recentemente uma constituição foi elaborada “debaixo para cima”.

Limites da representação

Tive um aluno americano na década de 1990, na PUC-Rio, que dizia compreender nossa obsessão pela eleição presidencial, afinal de contas vivemos algumas ditaduras e aqui eleição presidencial era uma raridade. Os norte-americanos, ao contrário, tinham eleições contínuas desde o século XIX. Esse rapaz falou-me que, quando votava, o que menos lhe interessava eram os primeiros itens da cédula, dedicados à escolha dos representantes e governantes. O que interessava eram inúmeras políticas públicas de sua cidade ou de seu estado, que ele ajudava a decidir diretamente. Assim, a democracia brasileira pre-

cisa se abrir mais para a participação direta, porque o povo costuma errar menos do que o príncipe, o que Maquiavel havia descoberto examinando a experiência da Roma antiga. Há dias, o povo de Munique rejeitou em plebiscito a candidatura da cidade para a sede das Olimpíadas de Inverno de 2022. Aqui, com tal impacto, decisões continuam a ser tomadas na solidão dos gabinetes, nos convêscotes entre políticos, burocratas e negociastas.

Cito dois exemplos contemporâneos no Brasil nos quais a positividade das discussões e decisões diretas fica muito clara. Dois projetos de lei que, paradoxalmente, no momento em que ainda estavam sendo definidos pelo poder executivo como anteprojetos, o do Código Florestal e do Marco Civil da Internet, foram abertos à consulta pública pela web. As comunidades científica, ambiental e todos os setores interessados puderam contribuir, discutir e apresentar sugestões. Dois processos riquíssimos. Onde a coisa se perdeu e se oligarquizou? Quando foi para o Congresso. Assim, o Código Florestal⁶ recentemente aprovado é

6 Novo Código Florestal: o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU realizou uma série de entrevistas sobre o tema. Acesse: 27/06/2012 - “Rio+20 é o piso, e não é o teto” é uma frase triste e o recibo oficial do resultado pífilo’. Entrevista especial com André Lima, disponível em <http://bit.ly/MAzSD6>; 09/10/2011 - Mais estímulo ao desmatamento. Entrevista especial com André Lima, disponível em <http://bit.ly/1bOJHuv>; 28/05/2013 - Regulamentação do Código Florestal desagradada ruralistas, disponível em <http://bit.ly/19YXsZ>; 25/05/2013 - Código Florestal: 1 ano e pouco avanço, disponível em <http://bit.ly/154amjw>; 23/05/2013 - Sociedade civil lança Observatório do Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/14UhnDq>; 22/05/2013 - Um ano do Código Florestal: tudo dito, nada feito, disponível em <http://bit.ly/18hmyj5>; 31/01/2013 - Subprocuradora propõe ações contra Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/Vy10fM>; 29/01/2013 - Bancada ruralista se articula para derrubar vetos ao Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/Vy10fM>; 23/01/2013 - Procuradoria-Geral da República considera inconstitucionais vários dispositivos do novo Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/WUxr1T>; 22/01/2013 - Procuradoria Geral questiona trechos do Código Florestal no Supremo <http://bit.ly/Ykc94u>; 20/10/2012 - Verdes e ruralistas divergem sobre vetos a pontos do Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/RL45C0>; 20/10/2012 - Depois da disputa do Código Florestal vem a da Mineração, aponta relator da Descha, <http://bit.ly/RL3SyY>; 19/10/2012 - Código Florestal:

quase um Código Antiflorestal. O Marco Civil da Internet⁷ está chafurdando em interesses dos grandes grupos de comunicação e das *teles*, e parece não haver força capaz de detê-los. Faltou que o Congresso Nacional, que é a casa da representação, se abrisse à sociedade como o Executivo se havia aberto na mesma questão. Isso demonstra claramente os limites da representação e quais são as possibilidades que a ação direta oferece. Esses dois exemplos merecem ser estudados com muito cuidado. Eles também mostram que o povo é mais sábio que os príncipes.

IHU On-Line - A partir das conquistas oriundas da Constituição de 1988, quais foram os principais avanços em termos de aprofundamento dos direitos dos trabalhadores e das minorias marginalizadas? Por outro lado, como podemos compreender a criminalização dos movimentos sociais como o MST e as demandas das populações atingidas por barragens, por exemplo?

Adriano Pilatti - A Constituição representou grande avanço sistêmico. Foi chamada pelo saudoso presidente Ulysses Guimarães de Constituição Cidadã, nome extremamente

o que restou?, disponível em <http://bit.ly/WvYGog>; 27/09/2012 - Os velhos coroneis e o Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/RkPTld>. (Nota da IHU On-Line)

7 Marco Civil da Internet: é uma iniciativa legislativa, surgida no final de 2009, para regular o uso da Internet no Brasil, por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres de quem usa a rede, e da determinação de diretrizes para a atuação do Estado. Confira o amplo material veiculado no site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU sobre o tema. *O que está em jogo com o Marco Civil da Internet*, artigo de Carmen Carvalho publicado nas Notícias do Dia, de 14-11-2013, disponível em <http://bit.ly/1b8A0IP>; *Marco Civil da Internet: "PL coloca o Brasil na vanguarda da regulação da rede"*. Entrevista especial com Carlos Affonso Pereira de Souza publicada nas Notícias do Dia, de 20-09-2013, disponível em <http://bit.ly/17OpzaR>; *Marco Civil da Internet: projeto traí os princípios das consultas públicas*. Entrevista especial com Marcelo Branco publicada nas Notícias do Dia, de 13-11-2012, disponível em <http://bit.ly/W6Z20a>; e *Por um Marco Civil da Internet*. Entrevista especial com Marcel Leonardi publicada nas Notícias do Dia, de 15-12-2009, disponível em <http://bit.ly/1ch1JY7>. (Nota da IHU On-Line)

feliz, pois ela ajudou a instalar no país uma cultura dos direitos. Claro que todos esses direitos que ali foram consagrados resultaram de movimentos que já existiam, mas que se expandiram enormemente a partir do marco normativo que a Constituição representou. Quem viveu o período pré-1988 sabe disso. O direito do consumidor era uma utopia, assim como os direitos da criança e do adolescente, os direitos ambientais, as questões de gênero. Lembro de um artigo do então senador Roberto Campos⁸, o Bob Fields, o homem de confiança do Departamento de Estado norte-americano que ajudou a desencadear o golpe de 1964 e que foi o gestor de todas as maldades econômicas da primeira fase do regime militar. Ele escreveu um artigo indignado na Folha de S. Paulo, com um título falsamente rodrigueano e por isso pornográfico, "Elas gostam de apanhar", criticando o dispositivo constitucional que previa que caberia ao estado estabelecer meios para prevenir e reprimir o uso da violência no ambiente familiar. Hoje felizmente, Roberto Campos seria execrado se dissesse isso, mas na época podia fazê-lo com alguma tranquilidade. Em matéria ambiental é preciso destacar a constitucionalização que se dá em 1988 através dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA). Claro que a devastação ambiental ainda é chocante no Brasil, mas temos que pensar o que seria do patrimônio natural brasileiro sem a normatização num único artigo saudado pela UNESCO. Ulysses Guimarães⁹ deu notícia desse expediente oficial da UNESCO no dia da promulgação da Constituição, saudando o Brasil por ter a constituição mais avançada em matéria ambien-

8 Roberto Campos (1917-2001): economista, diplomata e político brasileiro. Exerceu os cargos de deputado federal e senador, além de ter sido ministro do Planejamento no governo de Castelo Branco, durante o regime militar. (Nota da IHU On-Line)

9 Ulysses Guimarães (1916-1992): político e advogado brasileiro, foi presidente da Assembleia Constituinte que deu origem à Constituição Federal de 1988. Foi um dos grandes apoiadores da redemocratização do Brasil, cuja campanha ficou conhecida como *Diretas Já*. (Nota da IHU On-Line)

tal. A autonomia do Ministério Público era também apenas um sonho republicano. A própria barreira de defesa que se estabeleceu em favor dos direitos individuais e coletivos dos trabalhadores tem resistido bem às investidas do conservadorismo brasileiro, queria retirá-los da Constituição e da CLT e até hoje não conseguiu.

Criminalização da pobreza

A criminalização dos movimentos sociais é pura e simplesmente a continuidade dessa incapacidade das elites brasileiras de aceitar a ação política que vem de baixo. Os primeiros movimentos sociais criminalizados no Brasil foram a Confederação dos Tamoios, os quilombos, e, assim como os índios e quilombolas eram caçados, hoje os dissidentes pobres também o são. Entre eles, esses meninos que tomaram as ruas do Rio de Janeiro e que não querem ser traficantes, nem milicianos, nem policiais, mas também não querem ser "escravos remunerados" em sórdidos ambientes de trabalho. Eles querem ser cidadãos e são satanizados pura e simplesmente porque põem uma máscara no rosto, independentemente do que fizeram ou deixarem de fazer. O que poucos sabem é que, para muitos deles, que vivem em territórios onde os direitos civis não chegaram, territórios controlados por milícias, traficantes, etc., a máscara é um recurso de autodefesa, sem o qual seriam perseguidos ao retornarem para casa, ou perderiam seus empregos, porque muitos trabalham para os seus territórios de origem, onde os direitos civis não chegaram. O enunciado "se usa máscara, então faz vandalismo" é falso. A criminalização dos movimentos sociais nada mais é do que a dimensão coletiva da criminalização da vida dos pobres que permanece até hoje. O regime militar não acabou nas periferias, mudou apenas a cor do uniforme. Esse é o grande desafio que temos de perseguir: descriminalizar a vida dos pobres, porque a partir daí seus movimentos serão descriminalizados com maior facilidade.

IHU On-Line - Isso que o senhor está falando remete ao problema da colonização da política pela economia, não lhe parece?

Adriano Pilatti - Também, porque evidentemente o fator econômico é codeterminante nesses processos. Nós temos hoje um sistema econômico que é mundial. O que faz, portanto, com que os estados nacionais não tenham, por si mesmos, capacidade de enfrentar isso. Por que é que em todo o mundo os governos de esquerda com mais ou menos tempo acabam se desmoralizando? Não é porque os homens são maus ou porque os políticos são piores que os outros homens. É porque os estados nacionais já não têm capacidade de enfrentar um poder que é mundial. Isso o presidente Allende¹⁰ reconheceu no seu último discurso à Assembleia Geral da ONU, quando enunciou o que muito tempo depois diria Antonio Negri¹¹, um autor que hoje está sendo satanizado no Brasil. Negri¹² é

“O grande desafio da democracia hoje é repensar as instituições, de certo modo salvar a representação de si mesma, reduzir sua abstração, pois por muito tempo ainda ela será necessária”

que são variáveis e múltiplas. O que acontece em Porto Alegre não é o que acontece no Rio, em Salvador ou Belo Horizonte, embora tenham um substrato comum negativo, que é a mundialização das formas de comando e exploração capitalista, e um substrato comum positivo, a renovada capacidade de resistência da multiplicidade de singularidades que trabalham. Mas em cada cidade isso se apresenta com as respectivas especificidades socioeconômico-culturais.

É por isso que os partidos, como estruturas nacionais, burocráticas e de alguma forma domesticadas pelo poder se queixam tanto desses meninos. Os partidos os tratam como massa e querem pautar, organizar, disciplinar e dar a palavra de ordem. Esses meninos não aceitam isso, felizmente, pois não referendam nada que não venha de baixo, de uma maneira horizontal. Então, a padronização nacional ou mesmo regional das metas partidárias não alcança a variedade dos processos que está em curso em cada cidade, porque cada cidade tem uma forma diferente de expressar os mesmos problemas e que se revela o grande e insanável conflito entre o trabalho vivo e o trabalho morto, a que chamamos capital.

IHU On-Line - Qual é a contribuição de Negri na compreensão do poder constituinte e da política na modernidade?

Adriano Pilatti - Exatamente essa percepção de que o constituinte sempre excede e ultrapassa o constituído. O constituído é mero produto, consequência, expressão na melhor hipótese, traição na pior hipótese, do que é constituinte. O que é constituinte é a vida, é o trabalho, é o desejo, é a cooperação. A contribuição de Negri é compreender a fonte de toda a vivacidade e produção biopolítica. É compreender as imensas transformações que o trabalho e, portanto, o capitalismo, vem experimentando nas últimas décadas. Portanto, aí está a necessidade de atualizar as velhas categorias da esquerda, de se “antennar” a esse novo mundo e chamar a atenção teoricamente para a contribuição de autores como Espinosa¹³. Já no

¹⁰ **Salvador Allende** (1908-1973): médico e político marxista chileno. Em 1970, foi eleito presidente do Chile pela Unidade Popular, um agrupamento político formado por socialistas, comunistas e por setores católicos e liberais do Partido Radical e do Partido Social Democrata que contava com grande apoio dos trabalhadores urbanos e camponeses. Governou o país até 11 de setembro de 1973, quando foi deposto por um golpe de estado liderado pelo chefe das Forças Armadas, Augusto Pinochet. (Nota da IHU On-Line)

¹¹ **Antonio Negri** (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt — sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior e foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU em abril de 2003, no mesmo ano em que Negri esteve na América do Sul em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, vive entre Paris e Veneza e escreve para revistas e jornais do mundo inteiro. (Nota da IHU On-Line)

¹² **Antonio Negri** (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt — sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior e foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU em abril de 2003, no mesmo ano em que Negri esteve na América do Sul em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, vive entre Paris e Veneza e escreve para revistas e jornais de todo o mundo. (Nota da IHU On-Line)

uma espécie de “Viúva Porcina” das manifestações. Esses meninos que saíram às ruas do Brasil não leram Negri, mas as categorias negrianas ajudam a explicar o que está acontecendo: trata-se do império. Allende denunciava a existência de um governo das grandes corporações mundiais. As soberanias nacionais estão esgotadas. O que significa que as formas de resistência têm também que se mundializar nesse eixo “cidade-mundo”. Desde os ciclos de 2010, 2011, antecidos por acontecimentos como os de Seattle, Gênova e Chiapas, é isso que está se anunciando: a necessidade de uma resistência global, a necessidade de uma comunicação das lutas a partir das situações locais que são diversas,

cord, 2005), também com Michael Hardt — sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior e foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU em abril de 2003, no mesmo ano em que Negri esteve na América do Sul em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, vive entre Paris e Veneza e escreve para revistas e jornais de todo o mundo. (Nota da IHU On-Line)

¹³ Baruch Spinoza (ou Espinosa, 1632-

século XVII, quando todos ainda pensavam o absolutismo, esse filósofo já tentava pensar a democracia a partir da ideia de multidão e do múltiplo. Trata-se, portanto, de resgatar e recuperar as contribuições de Espinosa ao pensamento contemporâneo. Além disso, autores que equivocadamente são considerados estranhos ou distantes da tradição marxista, como Gilles Deleuze e Michel Foucault, justamente pela capacidade de compreender essas novas formas de expressão da vida, da resistência e de seus conflitos, podem inspirar uma atualização de um pensamento comprometido com a liberação da vida e encontrar na ideia de poder constituinte um fundamento teórico potente para essa perspectiva.

Intelectualidade ressentida

Em *Império*, Toni Negri faz um grande esforço de, no campo da sociologia política, tentar entender essas novas formas do governo mundial. *Multidão*, que é o livro seguinte e o último publicado no Brasil, tenta entender essa nova subjetividade política que não é uniforme e não é classe operária, mas uma outra coisa, que é essa confusão excedente e que corresponde justamente à própria variação do mundo do trabalho hoje que não é só mais a fábrica, do mundo da produção em que o *hardware* importa menos que o *software*. Falta traduzir para o português a última obra, que trata sobre o comum. Essa tetralogia, que engloba os livros *Poder constituinte*, (Rio de Janeiro: DP & A, 2002), *Império* (Rio de Janeiro: DP&A, 2003), *Multidão* (Rio de Janeiro: Editora Record, 2005) e *Comune* (Cuneo: Editore Rizzoli, 2010), traduz uma trajetória instigante e generosíssima de reflexões. Um processo de reflexão na ação que é fraternal, amoroso, que espelha uma inspiração franciscana de comprometimento não só intelectual,

mas como prática, vivência, inserção e atravessamento do papel do intelectual junto aos pobres, com eles e por eles. Não como alguém que está distante das lutas dos conflitos, mas alguém que atravessa e se deixa atravessar naquilo que está acontecendo. Isso é o que inspira inclusive a rede de que participo, que é a Universidade Nômade¹⁴. Trata-se da ideia do nomadismo, de caminharmos juntos com os que resistem e de atravessarmos esses grandes movimentos nos quais a vida e o desejo de viver, produzir e criar livremente se expressam.

Penso que essa inspiração é o que de fundamental o Negri traz. Isso é extremamente subversivo num país em que a intelectualidade historicamente tem uma tradição de colaboracionismo com o poder, e por isso alguns intelectuais de aluguel, ex-stalinistas que agora estão babando em seus pijamas liberais, estão aí como infiltrados da polícia a apontar o dedo para Antonio Negri, para Deleuze, para Foucault e para todos aqueles que estudam, refletem, militam e atuam no Brasil a partir dessas categorias. O que está acontecendo hoje nas ruas, as categorias negrianas conseguem explicar, por isso seu pensamento é mais uma vez criminalizado. E é criminalizado justamente pelos que se apegam a esse pensamento velho, comprometido, cúmplice, de uma intelectualidade falida e submissa ao poder midiático, submissa às grandes transações empresariais. Há um ressentimento profundo dessa intelectualidade que abriu mão de seu papel de esclarecimento e que está profundamente irritada com um mundo que não cabe mais nos seus “joguinhos de armar” conceituais. Creio que vêm daí toda a intolerância, a incompreensão e a tentativa de satanizar autores, li-

vros, tradutores e pesquisadores. São pessoas que, francamente, deveriam levar mais a sério a própria biografia antes de recorrer a essas atitudes policiais.

IHU On-Line - A partir das ideias de Negri e da influência que Espinosa tem em seu pensamento, qual é a relevância de pensarmos em uma “obediência insensata” e o que essa categoria inspira no agir político?

Adriano Pilatti – Penso que outra grande contribuição de Espinosa e, portanto, uma influência importante sobre Negri, mas não só sobre ele, é justamente pensar as condições da servidão, o que leva homens e mulheres à servidão, quais os dispositivos externos e internos e a própria experiência existencial que produz essa tendência em aceitar o tirano. Acredito que as categorias que a partir daí podem ser desdobradas são muito ricas. Isso reforça a percepção de que toda a ação política que tende à liberação começa com a resistência, que existir é resistir, na expressão foucaultiana de que a resistência, em geral, é uma virtude. Muitos desses militantes e intelectuais que têm participado desses movimentos na Europa, no Mediterrâneo e no Brasil preferem, em vez de se definirem como socialistas, anarquistas ou comunistas, compreenderem-se simplesmente como “desobedientes”. Se eu tivesse de me impor uma definição, também usaria essa. Penso que diante de um sistema de poder que nega e trai a vida a todo instante, a virtude fundamental é desobedecer, é duvidar do tirano, é rir do poder. É não aceitar essa falsa majestade dos homens e mulheres que se apropriam dos poderes constituídos.

Filhos do Bolsa Família

Precisamos desafiar o poder com as armas da delicadeza, da ternura e da inteligência. Mesmo o poder que aparentemente expressa as nossas aspirações, porque o exercício do poder tende a alienar as pessoas. O poder faz mal a saúde. Vemos isso lamentavelmente hoje com a presidente Dilma e o PT, que não conseguem compreender a riqueza do que está nas ruas e que hostilizam esses meninos ou os ignoram, a exemplo do séquito de intelectuais que servem aos esquemas

¹⁶⁷⁷): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século XVII dentro da Filosofia Moderna e o fundador do criticismo bíblico moderno. Confira a edição 397 da IHU On-Line, de 06-08-2012, intitulada *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*, disponível em <http://bit.ly/RPZqOi>. (Nota da IHU On-Line)

¹⁴ **Rede Universidade Nômade:** trata-se de uma rede transnacional, que se compõe de militantes, intelectuais, artistas, grupos de pesquisa, coletivos, ativistas de cursinhos pré-vestibulares populares, blogues, e pontos em geral dispersos em redes sociais, produtivas e colaborativas. É também um *estilo de militância*, baseado nos conceitos de *multidão*, *enxame*, *êxodo* e *produção do comum*, que se organiza e nomadiza de um modo autônomo, independentemente de um centro orgânico, uma “sede” ou qualquer tipo de organização rígida de princípios, membros ou diretivas. (Nota da IHU On-Line)

de poder e não conseguem ver nessas manifestações o primeiro e mais vigoroso resultado das políticas públicas que o próprio PT implementou. Esses meninos são filhos do Bolsa Família, do Prouni, são a expressão da equivocadamente chamada “nova classe média”, mas eles não querem só comer três vezes por dia. Eles querem ser livres. Eles querem uma vida boa. Então o PT no poder de repente recebe com estranheza aquilo que é consequência necessária do processo que ele mesmo instaurou. Quem trabalha a partir das categorias negrianas sabe que o poder constituinte não cessa, e que, portanto, a garantia de um ciclo de direitos pura e simplesmente vai abrir uma nova etapa de luta por direitos. Ninguém imaginava que isso fosse acontecer tão rápido, mas isso estava dentro da “desordem natural das coisas”. Há uma multidão jovem que de repente teve acesso aos bens mínimos e aos circuitos de comunicação virtual. Basta ver o endereço das meninas e dos meninos que são presos arbitrariamente no Rio de Janeiro: são em geral jovens do subúrbio que recusam “a vida como ela é” e que acreditam em lutar por outros mundos possíveis. Seu anarquismo é de internet, pobre em referências intelectuais, mas elas e eles têm uma capacidade de escuta enorme. Eles pedem aula o tempo todo, querem saber mais, querem se informar. São em alguma medida beneficiários das políticas do governo Lula que desejam levar adiante as lutas por direitos, e o PT e os governistas agora os rejeitam como se fossem os patinhos feios quando, na verdade, eles são os cisnes da democracia brasileira. Do mesmo modo, é também equivocada e covarde essa investida repressiva contra todos os adeptos da tática black bloc e toda a escalada de intimidações contra as manifestações que as forças de repressão federal, estaduais e até locais estão desenvolvendo. Não são as polícias que devem mediar o conflito entre os responsáveis pelos poderes constituídos e a multidão jovem nas ruas, é a política que deve fazê-lo, uma política aberta ao diálogo e à ação direta.

Criminalização das manifestações

O processo de criminalização das manifestações de rua, seja por parte do Estado, seja por parte da mídia oli-

gopolista, é crescente desde junho. No Rio de Janeiro, o ápice até aqui foi a Noite da Vergonha, em 15 de outubro, quando cerca de 200 manifestantes foram detidos e mais de cem encaminhados às prisões, inclusive mais de 70 manifestantes que ocupavam pacificamente a escadaria da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Ali ficou evidente, de uma vez por todas, que se trata de uma política de Estado. Ônibus foram previamente reservados para o transporte de uma massa de detidos e, em cada um desses ônibus, menores foram misturados com adultos para que estes fossem indiciados por corrupção de menores. Os detidos foram enviados para delegacias muito longínquas, no claro intento de dificultar o trabalho dos bravos advogados voluntários e evitar manifestações em frente às delegacias. Felizmente a imensa maioria foi liberada através de ordens de *habeas corpus* concedidas pelo Judiciário, que também determinou o arquivamento da maioria dos inquéritos, com apoio do Ministério Público, porque as acusações não resistiam ao menor critério legal. No entanto, restam ainda dois presos, dois negros pobres, o que bem retrata a desigualdade da Justiça entre nós. Desde então, um clima de intimidação foi criado, com apoio da mídia de negócios, no claro intento de esvaziar as ruas.

Criminalizar os manifestantes, reduzir a grandeza das manifestações a episódios isolados de depredação de patrimônio, prender indiscriminadamente são formas de inibir o desejo de ir às ruas, de fazer com que os jovens desistam de tomar parte nas manifestações. Além disso, as medidas lamentavelmente anunciadas pelo ministro da Justiça apontam para uma verdadeira conspiração contra o direito de manifestação, com a tentativa de submeter inclusive os juizes a uma política uniforme de prejulgamento e condenação. Tudo isto é gravíssimo, é uma afronta às liberdades, é um tapa na cara desses garotos e garotas que são perseguidos por se atrever a lutar “por uma vida sem catracas”. A primeira e única grande manifestação havida no Rio após as prisões em massa que foram feitas na Noite da Vergonha, de 15 de outubro, aquela que aconteceu em 31 de outubro pela

liberdade, transcorreu sem o menor incidente. Qual foi o resultado? A mídia de aluguel mal noticiou, pois só dá destaque quando há problema. Essa é uma atitude irresponsável e criminosa da parte de concessionários de serviços públicos sobre os quais recai um ônus educativo e informativo. Qual é o sinal que esses traficantes da má informação estão dando aos meninos nas ruas? “Se não houver bagunça, vocês não terão visibilidade”, este é o sinal. É vergonhoso.

IHU On-Line - Para o filósofo e linguista búlgaro Tzvetan Todorov¹⁵, a democracia no Ocidente é ameaçada por três inimigos internos: o messianismo, o neoliberalismo e o populismo. Qual é a pertinência dessa análise para o cenário brasileiro e latino-americano?

Adriano Pilatti - O messianismo é sempre um problema. Precisamos pensar em formas políticas que dispensem os profetas. O neoliberalismo acabou em 2008. Os tormentos que a América do Norte e a Europa vivem nesse momento demonstram bem que esse veneno monetarista e excludente só produz exclusão, sofrimento e pobreza. A categoria do populismo é uma categoria que precisamos analisar com alguma cautela. O Papa Francisco tem sido chamado de populista, termo com que conservadores e reacionários costumam tentar desqualificar quaisquer atores políticos comprometidos com reformas ou transformações sociais. No Brasil, o professor Darcy Ribeiro¹⁶

¹⁵ Tzvetan Todorov (1939): filósofo e historiador búlgaro, crítico da linguagem. Confira a entrevista concedida por ele à IHU On-Line, intitulada *Os inimigos da democracia e o perigo das exigências hipertrofiadas*, publicada na edição número 407, de 05-11-2012, disponível em <http://bit.ly/U4r4l4>. (Nota da IHU On-Line)

¹⁶ Darcy Ribeiro (1922-1977): etnólogo, antropólogo, professor, educador, ensaísta, romancista e político mineiro. Completou o curso superior na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, no ano de 1946. Trabalhou como etnólogo no Serviço de Proteção ao Índio, e, em 1953, fundou o Museu do Índio. Foi professor de etnologia e linguística tupi na Faculdade Nacional de Filosofia e dirigiu setores de pesquisas sociais do Centro de Pesquisas Educacionais e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, além de ocupar, no biênio 1959/1961, o cargo de presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Foi eleito em 8 de outubro

dizia isso claramente comentando a inesperada, para as elites, consagração popular do presidente Vargas nas eleições de 1950. E estava lá um intelectual paulista dos Jardins que escreveu um libelo indignado criticando “aqueles homens sujos, maltrapilhos, sem dentes na boca, descálços, em festa pelas ruas”. Aí Darcy Ribeiro diz algo fantástico: “Então a academia paulista inventou o conceito de populismo para poder odiar teoricamente o eleitorado”.

Populismo e tradição golpista

O conceito de populismo sempre foi usado de maneira muito perversa no Brasil, para poder homologar o que era adverso. Se não fosse assim, como seria possível colocar no mesmo saco Jango¹⁷ e Jânio Quadros¹⁸, Getúlio Vargas¹⁹ e

de 1992 para a Cadeira nº 11 da Academia Brasileira de Letras. (Nota da IHU On-Line)

17 João Belchior Marques Goulart (ou Jango, 1919-1976): presidente do Brasil de 1961 a 1964, tendo sido também vice-presidente, de 1956 a 1961 - em 1955, foi eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: fase parlamentarista (da posse, em janeiro de 1961, a janeiro de 1963) e fase presidencialista (de janeiro de 1963 ao golpe militar de 1964). Jango fora ainda ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. Confira nas *Notícias do Dia* de 27-08-2007, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, a entrevista João Goulart e um projeto de nação interrompido, realizada com o historiador Oswaldo Munteal, disponível em <http://bit.ly/1hXhzft>, e a entrevista com Lucília de Almeida Neves Delgado, intitulada *O Jango da memória e o Jango da História*, publicada na edição 371 da IHU On-Line, de 29-08-2011, disponível em <http://bit.ly/q6exPO>. Confira também as entrevistas: “Jango era um conservador reformista”, com Flavio Tavares, publicada em 19-12-2006, disponível em <http://bit.ly/14OI9h>; “Dúvidas sobre a morte de Jango só aumentam”, com Lucília de Almeida Neves Delgado, publicada em 05-08-2013, disponível em <http://bit.ly/1b3ic0b>; “João Goulart foi, antes de tudo, um herói”, com Juremir Machado, publicada em 26-08-2013, disponível em <http://bit.ly/15bTllw>. (Nota da IHU On-Line)

18 Jânio da Silva Quadros (1917-1992): 22º presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 - data em que renunciou, alegando que “forças terríveis” o obrigavam a esse ato. Em 1985, elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB. (Nota da IHU On-Line)

19 Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja.

Ademar de Barros²⁰? Então para que serve o conceito? Para distinguir. Um conceito que nada distingue é um problema. O termo populismo faz parte da tradição moralista do golpismo brasileiro. É o termo preferido com que as elites procuram desqualificar, desde os anos 1950, qualquer governo que tenha compromissos mínimos com as camadas populares. Foi satanizado como populista Getúlio, no governo constitucional que o redimiu, um governo que deixou para o estado brasileiro aquilo que ele tem de melhor: Petrobras, BNDES, CNPQ, Capes.

Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Sobre Getúlio Vargas, o IHU promoveu o *Seminário Nacional A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, realizado de 23 a 25 de agosto de 2004. Em paralelo ao evento, foi organizada a exposição *Eu Getúlio, Ele Getúlio, Nós Getúlios*, no Espaço Cultural do IHU. A IHU On-Line dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/hfM5sT>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/fAAErS>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/lgidZ3>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PUC-RS, apresentou o *IHU Ideias Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos *Cadernos IHU Ideias*, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/1bQRB8m>. Ainda a primeira edição dos *Cadernos IHU em formação*, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/19H27dj>. (Nota da IHU On-Line)

20 Ademar Pereira de Barros (1901-1969): aviador, médico, empresário e político brasileiro. Foi por duas vezes governador de São Paulo, entre 1947-1951 e entre 1963-1966. Foi ainda candidato nas eleições para a Presidência da República em 1955 e em 1960, obtendo nos dois pleitos o terceiro lugar. Era oriundo de uma família tradicional de cafeicultores do interior de São Paulo. Embora tenha participado ativamente da conspiração que resultou no golpe militar de 1º de abril de 1964, liderando a Marcha da Família com Deus pela Liberdade na cidade de São Paulo em 19 de março de 1964, teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar em junho daquele mesmo ano. Afastado do mandato como governador, exilou-se em Paris, onde viria a falecer em março de 1969. (Nota da IHU On-Line)

Tudo isso veio do segundo governo Vargas. Foi classificado como populista Arraes²¹, que tentou fazer a emancipação do campesinato pernambucano. Foi classificado como populista Jango, o grande líder democrático e reformista, muito mais ousado do que Lula. Foi satanizado como populista, até a sua morte, Leonel Brizola. Requião hoje e o próprio Lula também são intitulados de populistas. Então, trata-se de um termo que faz parte do léxico moralista da direita golpista no Brasil.

Vejo com muita reserva o uso desse termo quando ouço até o Papa Francisco ser classificado como populista e demagógico. [O jornal] *O Globo*, não contente em fazer oposição aos pobres e aos governos que expressam os pobres no Brasil, agora quer fazer oposição ao Papa. Trata-se de um termo que vejo com alguma cautela, porque ele pode ser usado para tentar desqualificar qualquer projeto político que tente expressar ou se deixa atravessar pelos movimentos e pelas aspirações populares.

Leia mais...

>>Adriano Pilatti já concedeu uma entrevista à IHU On-Line:

- “A Constituição de 1988 ainda não esgotou seu potencial de liberação da vida e de promoção da igualdade.” Edição 428, de 30-09-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon300913>

21 Miguel Arraes: político cearense com atuação marcante em Pernambuco, nasceu em 1917. Foi deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD). Elegeu-se prefeito de Recife em 1959, pelo Partido Social Trabalhista (PST) e governador em 1962, apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Deposto e cassado pelos militares em 1964, exilou-se. Retornou ao País em 1979. Em 1980, elegeu-se deputado federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, em 1984, governador do estado. Em 1990, filia-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), elegendo-se novamente deputado federal e, em 1994, novamente governador, cargo que ocupou até 1998. (Nota da IHU On-Line)

Roessler e o pioneirismo ambiental no Rio Grande do Sul

A historiadora Elenita Malta Pereira resgata o histórico de lutas de Henrique Luiz Roessler, fundador de uma das primeiras entidades de proteção à natureza do País e precursor de discussões que ainda hoje permanecem atuais

POR ANDRIOLLI COSTA

A defesa do meio ambiente, a preocupação com a preservação da natureza e a busca por minimizar os impactos causados pelo homem ao equilíbrio natural da vida podem parecer preocupações contemporâneas, ligadas ao ambientalismo ou às recentes discussões de sustentabilidade. No entanto, de acordo com a historiadora Elenita Malta Pereira, a proteção da natureza já era um debate levantado desde o início do século XX por uma série de organizações, políticos e intelectuais. Neste contexto, ganha destaque a figura de Henrique Luiz Roessler, cuja morte completa 50 anos em 2013. Natural do Rio Grande do Sul, filho de imigrantes alemães, ele é tido por muitos como o pioneiro da ecologia e precursor do ambientalismo no Brasil. Elenita prefere outro termo: “Protetor da natureza”.

A historiadora é autora de uma biografia lançada em novembro deste ano que resgata o histórico de lutas de Roessler, sua relação com o meio ambiente — especialmente na cidade de São Leopoldo, onde cresceu —, os conflitos em que se envolveu e a sua visão de mundo. “Roessler construiu um discurso crítico à for-

ma como o progresso era conduzido: as pessoas erravam ao priorizar os bens materiais, a técnica, o ganho imediato, em vez de procurarem uma ligação maior com a natureza”, relata ela em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. O protetor da natureza denunciava caça e pesca ilegais, militava pelos direitos dos animais, pela educação e proteção ambiental e uma série de outros temas bastante contemporâneos. Engajado, frequentemente escrevia para políticos e presidentes cobrando atuação mais presente nas questões ambientais. “Muitos desses temas permanecem atuais, porque, infelizmente, passados 50 anos da morte de Roessler, os problemas não foram resolvidos.”

Elenita Malta Pereira é graduada, mestre e doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Sua dissertação intitula-se *Um protetor da natureza: trajetória e memória de Henrique Luiz Roessler*, que deu origem ao livro *Roessler: O homem que amava a natureza* (São Leopoldo: Oikos, 2013). A publicação teve lançamentos oficiais na Feira do Livro de Porto Alegre e em São Leopoldo.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que fez com que você desenvolvesse este trabalho? O que lhe chamou a atenção na vida de Roessler?

Elenita Malta Pereira - Ainda na graduação em História, comecei a pesquisar na linha da História Ambiental, área que tenta compreender as relações homem-natureza ao longo do tempo. Meu primeiro tema foi a Associação Gaúcha de Proteção ao

Ambiente Natural (AGAPAN)¹ e, ao entrevistar um dos principais fundadores, Augusto Carneiro², entrei em

¹ Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural: ONG dedicada à defesa do meio-ambiente, foi fundada em Porto Alegre por Augusto Carneiro, José Lutzenberger, entre outros, em 1971. (Nota da IHU On-Line)

² Augusto Carneiro (1922): cofundador da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, marco no ambienta-

contato com a figura de Roessler, que é patrono da entidade. Também em 2005, o professor de História da UFRGS Benito Schmidt³ publicou um

lismo brasileiro. Em 1981, aposentou-se pelo Tribunal Regional do Trabalho e engajou-se em tempo integral no ativismo ecologista. (Nota da IHU On-Line)

³ Benito Bisso Schmidt: historiador com graduação e mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em História Social pela Unicamp. (Nota

artigo no jornal *Zero Hora* sobre dez personalidades gaúchas que ainda não tinham biografia. A partir desse estímulo e interesse iniciais, lancei-me à tarefa em minha dissertação de Mestrado.

Num primeiro momento, ao ler os textos de Roessler, escritos nos anos 1950, fiquei impressionada com a atualidade de suas ideias. No entanto, acompanhando sua trajetória, compreendi que os problemas ambientais já existiam naquela época — hoje só se agravaram. Também me interessei pela memória construída sobre Roessler, de “visionário”, “pioneiro da ecologia”, “pioneiro do ambientalismo”, etc. Como demonstrei na pesquisa, o próprio Roessler já construía uma memória positiva de si mesmo para a posteridade, o que a historiadora Ângela de Castro Gomes⁴ chama de “construção de si”. Pude entender que ele não era um visionário, mas sim um observador de olhar aguçado sobre seu próprio tempo.

IHU On-Line - Quais são as origens do ambientalismo no Brasil? De que forma essas iniciativas influenciaram Roessler?

Elenita Malta Pereira - Na verdade, o que se pode chamar de “ambientalismo” só surge no Brasil nos anos 1970, com a AGAPAN, que influenciou uma série de outras entidades no Rio Grande do Sul e no resto do país. No início do século XX, havia indivíduos (como Euclides da Cunha⁵, Hermann

da IHU On-Line)

4 Ângela Maria de Castro Gomes: historiadora graduada pela Universidade Federal Fluminense, com mestrado e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. (Nota da IHU On-Line)

5 Euclides da Cunha (1866-1909): engenheiro, escritor e ensaísta brasileiro. Entre suas obras, além de *Os Sertões* (1902), destacam-se *Contrastes e confrontos* (1907), *Peru versus Bolívia* (1907), *A margem da história* (1909), *a conferência Castro Alves e seu tempo* (1907), proferida no Centro Acadêmico XI de Agosto (Faculdade de Direito), de São Paulo, e as obras póstumas *Canudos: diário de uma expedição* (1939) e *Caderneta de campo* (1975). Confira a edição 317 da IHU On-Line, de 30-11-2009, intitulada *Euclides da Cunha e Celso Furtado. Demiurgos do Brasil*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon317>. (Nota da IHU On-Line)

“O próprio Roessler já construía uma memória positiva de si mesmo para a posteridade”

von Ihering⁶, Alberto Löfgren⁷ e Alberto Torres⁸, entre outros) e algumas entidades civis preocupadas com a devastação das florestas, proteção aos animais, criação de parques naturais, que poderíamos definir como defensores de um preservacionismo e/ou conservacionismo⁹.

Entidades como o *Centro Excursionista Brasileiro*¹⁰, fundado em 1919; a *Sociedade dos Amigos das Árvores*, fundada em 1931 pelo botânico Alberto Sampaio; e a *Sociedade Amigos de Alberto Torres*¹¹, de 1932,

6 Hermann Friedrich Albrecht von Ihering (1850-1930): médico, professor e ornitólogo teuto-brasileiro. Naturalizado brasileiro em 1885, em 1892 mudou-se para São Paulo a fim de fundar o Museu Paulista, dedicado à história natural, do qual foi diretor por 25 anos. Foi também o criador do Jardim Botânico. Em 1907 publicou a obra “*Aves do Brasil*”, juntamente com seu filho, Rodolpho Theodor Wilhelm Gaspar von Ihering. (Nota da IHU On-Line)

7 Alberto Löfgren ou Johan Albert Constantin Löfgren (1853-1918): Botânico sueco radicado no Brasil. Em homenagem a Löfgren, o Horto Florestal de São Paulo leva o seu nome. (Nota da IHU On-Line)

8 Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917): político, jornalista e bacharel em direito. (Nota da IHU On-Line)

9 De modo geral, considera-se preservacionismo a defesa da reserva de áreas — de preferência as mais belas — para a constituição de parques naturais sem a presença humana. Já o conservacionismo propaga o uso dos elementos naturais com responsabilidade para as gerações futuras. Nos Estados Unidos, as posições eram acirradas entre os defensores de uma ou outra corrente; já no Brasil foi mais comum a adoção de ambas as vertentes ao mesmo tempo. (Nota da Entrevisada)

10 Centro Excursionista Brasileiro: grupo formado para realizar atividades de montanhismo, caminhadas e escaladas. Fundado em 1919, é pioneiro no Brasil e um dos mais antigos das Américas. (Nota da IHU On-Line)

11 Sociedade dos Amigos de Alberto Torres: criada após a revolução de 1930,

foram importantes centros de incentivo à proteção do ambiente natural. Nos anos 1930, houve um intenso debate no centro do país sobre “proteção à natureza”, que resultou na publicação de uma série de leis ambientais durante o governo Vargas¹² e na realização de um importante evento: a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934, no Rio de Janeiro. Antes disso, nos séculos XVIII e XIX, havia discursos críticos à devastação (como o de José Bonifácio¹³, por exemplo), que podem ser considerados uma espécie de “crítica ambiental”, no entanto, de viés utilitarista: era preciso preservar a natureza para o bem da economia nacional.

A publicação das leis ambientais a partir de 1934 (Códigos Florestal, das Águas, Caça e Pesca, lei de proteção aos animais, etc) foi muito importante, pois motivou o oferecimento de Roessler para fazer parte da polícia florestal que estava sendo organizada com o objetivo de dar cumprimento ao Primeiro Código Florestal Brasileiro. Ele assumiu o cargo de Delegado Florestal em 1939 e de Fiscal de Caça e Pesca em 1944, ambos vinculados ao Ministério da Agricultura (na época, responsável pela proteção à natureza).

constituía-se de um grupo que seguia o ideário de seu patrono, o político carioca Alberto Torres. Debatiam os problemas nacionais, a república e a educação rural. (Nota da IHU On-Line)

12 Era Vargas: considerada como um divisor de águas na história brasileira, vai de 1930 a 1945. Após os 15 anos de governo getulista, o País e o povo brasileiro nunca mais seriam os mesmos. Foi marcada pelo populismo, o investimento na indústria, a valorização do trabalho e por atos totalitários e despóticos de seu governante, o gaúcho Getúlio Vargas. Sobre Getúlio Vargas, conferir o primeiro dos *Cadernos IHU em formação*, intitulado *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, bem como o 30º número dos *Cadernos IHU Ideias*, *Getúlio, romance ou biografia*, escrito por Juremir Machado da Silva. A edição 112 da IHU On-Line, de 23-08-2004, intitulada *Getúlio*, pode ser acessada no link <http://bit.ly/ihuon112>. O Instituto Humanitas Unisinos - IHU promoveu, em 2004, o Seminário Nacional Era Vargas. (Nota da IHU On-Line)

13 José Bonifácio (1763-1838): patriarca da Independência, foi um naturalista, estadista, poeta e maçom brasileiro. Proclamada a Independência, organizou a ação militar contra os focos de resistência à separação de Portugal e comandou uma política centralizadora. (Nota da IHU On-Line)

Também as entidades que já existiam no Rio de Janeiro e São Paulo inspiraram Roessler na fundação da primeira associação de proteção ambiental em sentido mais amplo do RS, em 1955. Para não cair em anacronismo, considere mais adequado chamar seu trabalho de “proteção à natureza”, conceito que o próprio Roessler utilizou no nome da entidade e que define bem as atitudes que tomou em prol da natureza ao longo da vida. O projeto defendido por Roessler estava no ponto de transição entre um discurso preservacionista/conservacionista e um mais político, ambientalista.

IHU On-Line - Em uma época em que o progressismo e a industrialização do País eram a norma, o que levou Roessler a ter as atitudes e iniciativas pelas quais ficou conhecido?

Elenita Malta Pereira - Em primeiro lugar, a observação do desmatamento das matas ciliares do rio dos Sinos, no cargo de Capataz do Ministério da Marinha (que ele assumiu em 1937), aliado à publicação das leis referidas acima, motivaram que ele acumulasse os cargos de fiscalização das florestas, da caça e da pesca. Além disso, Roessler era uma pessoa sensível e conhecia muito bem o rio, pois morou na Rua da Margem durante a infância e seu pai era condutor de barcos que faziam a viagem entre Porto Alegre e São Leopoldo, pelo rio dos Sinos. Um fator importante é que Roessler gostava de estar bem informado, assinava e lia jornais e revistas de circulação nacional importantes de seu contexto, como *Caça e Pesca*¹⁴, *Chácaras e Quintais*¹⁵ e *Fauna*¹⁶. Sempre que possível, também lia periódicos europeus, que citava em suas crônicas no jornal *Correio do Povo*, já nos

“Muitos desses temas permanecem atuais, porque, infelizmente, passados 50 anos da morte de Roessler, os problemas não foram resolvidos”

anos 1950-1960. Essas publicações tratavam de temas como orientações a caçadores e pescadores, devastação e necessidade de proteção florestal, agricultura, cuidados com os pássaros, etc. Pesquisando textos da época e discursos de deputados na Assembleia Legislativa - RS, pude verificar que já havia um debate incipiente sobre proteção à natureza, sobre os problemas ambientais daquela época. Dessa forma, com a bagagem cultural formada nos anos como fiscal, observando a realidade do Estado, aliado às leituras realizadas, Roessler construiu um discurso crítico à forma como o progresso era conduzido: as pessoas erravam ao priorizar os bens materiais, a técnica, o ganho imediato, em vez de procurarem uma ligação maior com a natureza.

IHU On-Line - Qual era a relação de Roessler com o governo nacional, de Vargas a JK? Ele era apoiado ou perseguido?

Elenita Malta Pereira - Um aspecto interessante que a pesquisa revelou foi o bom relacionamento de Roessler com os políticos, especialmente do Partido Trabalhista Brasileiro (o antigo PTB). Ele era admirador fiel de Getúlio Vargas e sentiu sua morte como “um duro golpe”. Em momentos difíceis, solicitou a ajuda de “correligionários” para defendê-lo, como no processo judicial movido por caçadores de passarinhos de ascendência italiana, em

1954. No entanto, Roessler mantinha relações com políticos de outros partidos também. Por exemplo, admirava Jânio Quadros¹⁷, pois publicara leis protecionistas como governador de São Paulo (1955-1959). Quando foi empossado Presidente, em 1961, Roessler chegou a enviar-lhe carta solicitando que tomasse medidas para proibir e punir o despejo de detritos *in natura* nos rios — naquela época, os maiores responsáveis pela poluição eram as indústrias, especialmente os curtumes, no caso do rio dos Sinos. Jânio Quadros atendeu seu pedido, publicando uma portaria que foi transformada em decreto (50.877/61), estabelecendo punição mais rigorosa dos estabelecimentos que lançassem resíduos nos rios. Se Roessler teve inimigos, não foram políticos; seus maiores oponentes, como o livro demonstra, foram os caçadores de passarinhos — os chamados passarinhos —, com quem ele teve vários embates físicos e verbais.

IHU On-Line - Roessler fundou em 1955 a União Protetora da Natureza - UPN, em São Leopoldo, considerada uma das primeiras entidades de proteção à natureza do País. Como se deu esse processo?

Elenita Malta Pereira - Um novo estatuto dos funcionários públicos foi publicado em 1952, que não admitia funções públicas não remuneradas. Por isso, Roessler e outros fiscais florestais foram destituídos de seus cargos, no final de 1954. O afastamento da fiscalização motivou Roessler a fundar a UPN, a primeira entidade civil de defesa ambiental do Rio Grande do Sul, seguindo o modelo de associações europeias e brasileiras. Os principais objetivos da entidade eram a educação de crianças e jovens para a proteção da natureza e o incentivo ao aprimoramento das leis ambientais. A UPN era mantida pelas mensalidades de sócios e doações de empresas e pessoas que admiravam o trabalho de Roessler. Como fundador e único presidente da entidade, ele

¹⁷ Jânio da Silva Quadros (1917-1992): 22º presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 — data em que renunciou, alegando que “forças terríveis” o obrigavam a esse ato. Em 1985, elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB. (Nota da IHU On-Line)

¹⁴ *Revista Caça e Pesca*: criada por Monteiro Lobato e Couto de Magalhães em 1941, circulou até 1967. (Nota da Entrevista)

¹⁵ *Revista Chácaras e Quintais*: publicada mensalmente entre 1910 e 1969, foi uma das precursoras das publicações ligadas à agropecuária. Foi fundada por Amadeu Barbiellini, imigrante italiano e grande nome da comunicação rural no Brasil. (Nota da IHU On-Line)

¹⁶ *Revista Fauna*: revista mensal sobre pesca, caça, tiro, columbofilia e fauna em geral. Circulou mensalmente entre 1941 e o fim da década de 1960. (Nota da IHU On-Line)

empreendeu uma campanha educativa através da distribuição de panfletos, proferimento de palestras em escolas e clubes como Lions¹⁸ e Rotarys¹⁹, e publicou cerca de 300 crônicas no jornal *Correio do Povo* entre 1957 e 1963, ano de seu falecimento.

IHU On-Line - Quais eram as temáticas tratadas na produção escrita de Roessler?

Elenita Malta Pereira - Em seus textos, Roessler denunciava a degradação do ambiente e oferecia soluções, relatava as atividades da UPN e conclamava os leitores à ação. Os temas mais frequentes eram a poluição das águas, a questão florestal (desmatamento, queimadas, reflorestamento), a caça — especialmente de passarinhos —, os direitos dos animais (seu uso como cobaias e a vivissecção), a pesca predatória, a educação para a proteção ambiental, o questionamento da noção de progresso, a vida nas grandes cidades e a alienação humana perante a natureza. Muitos desses temas permanecem atuais, porque, infelizmente, passados 50 anos da morte de Roessler, os problemas não foram resolvidos.

IHU On-Line - Henrique Roessler nasceu em Porto Alegre, mas morou

18 Lions Clubs International: uma das maiores organizações internacionais de clubes de serviço humanitário do mundo, contando com cerca de 1,4 milhão de membros. Foi fundado por Melvin Jones em 1917. (Nota da IHU On-Line)

19 Rotary Club: fundado em 1905 por Paul Percy Harris, nos Estados Unidos, é um clube de serviços humanitários. O nome Rotary, que em inglês significa “em rodízio”, surgiu do fato de que, no início, as reuniões semanais eram realizadas no local de trabalho de um associado diferente a cada semana. (Nota da IHU On-Line)

“Se Roessler teve inimigos, não foram políticos; seus maiores oponentes foram os caçadores de passarinhos”

a maior parte da vida em São Leopoldo. Seu nome é inclusive utilizado para batizar ruas, pontes e outros monumentos. Como foi a relação dele com a cidade? Você acredita que a figura de Roessler e sua história são lembradas no Rio Grande do Sul?

Elenita Malta Pereira - Ele se relacionava muito bem com autoridades (policiais, políticos, etc.), empresários, pescadores e caçadores, desde que agissem de acordo com as leis. Pelo que alguns entrevistados me relataram, Roessler não gostava de festas, agitação, era uma pessoa calma que preferia o sossego do convívio familiar. Por seu trabalho de proteção à natureza, foi homenageado pela cidade em 1953, ganhando o título de “cidadão Leopoldense” e a medalha “Honra ao Mérito” de São Leopoldo.

Pelo que pude averiguar, analisando os “lugares de memória” dedicados a Roessler, apesar de existirem várias iniciativas nesse sentido, o esquecimento não foi evitado. Por exemplo, Roessler batiza a área de Novo Hamburgo conhecida como “Parcão” — nome inscrito numa grande placa na entrada do local. Quando

estive lá, apenas uma pequena folhinha A4 mencionava as regras do “Parque Henrique Luiz Roessler”. A população da cidade continua chamando o local de “Parcão”, a maioria nem sabe seu nome de fato.

IHU On-Line - Como acredita que a biografia que escreveu é capaz de colaborar para a memória do ambientalista?

Elenita Malta Pereira - Não tenho a pretensão de fixar uma memória sobre Roessler, mas se de alguma forma seu trabalho em prol da natureza tornar-se mais conhecido entre estudantes, professores, ambientalistas e público em geral por causa do meu livro, será uma satisfação para mim. Certamente, os três anos de pesquisa terão valido a pena.

Leia mais...

>>Elenita Malta Pereira já concedeu uma entrevista à **IHU On-Line**:

- *Henrique Luiz Roessler, um protetor da natureza*. Edição 380, de 14-11-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon141111>.

>>Elenita Malta Pereira também já publicou um artigo nos **Cadernos IHU**:

- *Sacralização da natureza: Henrique Luiz Roessler e as ideias protcionistas no Brasil (1930-1960)*. Edição 38, de 27-02-2012, disponível em <http://bit.ly/ihuid38>.

LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR

Estante

DICKINSON, Colby. *Between the Canon and the Messiah: The Structure of Faith in Contemporary Continental Thought* (London: Bloomsbury, 2013)

A estrutura da fé no pensamento continental contemporâneo

A “coisa em si” enquanto fenômeno religioso é inacessível e “limita” as pessoas pelas “representações que as definem”, pontua Colby Dickinson. Para Žižek, o cristianismo é singular, pois aponta para sua própria profanação

POR MÁRCIA JUNGES/TRADUÇÃO: LUÍS MARCOS SANDER

“**P**artindo do trabalho sobre a imanenência de filósofos como Deleuze ou Agamben, por exemplo, seria possível procurar estabelecer um elo entre essas ontologias e as exigências de uma compreensão mais imanente do divino feitas dentro de certas teologias contextuais”, observa o teólogo Colby Dickinson na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**. Segundo ele, para Žižek “o cristianismo é singular na medida em que aponta para sua própria profanação, sua própria distância em relação a Deus — algo que, no fim das contas, forma o ponto zero para uma nova forma de pensamento sobre o sagrado. Assim, ele repreende Agamben levemente por sugerir que a profanação seja o único objetivo aqui, pois tal ‘profanação absoluta’ parece terrivelmente próxima de outra forma de revitalização do sagrado para além das noções falsas de sacralidade formadas por meio de práticas de fazer de outrem um bode expiatório”.

Dickinson menciona que o Papa Francisco parece querer enfatizar que “o cristianismo tem uma mensagem mais profunda do que muita gente supôs que contivesse, uma mensagem que explode nossa percepção muito

mundana de como se forma a comunidade, e que essa mensagem precisa ser enfatizada repetidamente. Acho que ele está genuinamente lembrando algo que não é inteiramente desconhecido do que os ‘retornos à religião’ da filosofia contemporânea têm demonstrado: há uma necessidade central de derrubar alguns muros de divisão e de fazer isso a partir de dentro desses muros, trabalhando com a tradição a fim de vê-la se tornar mais justa no presente momento”.

Colby Dickinson é professor assistente de Teologia na Universidade Loyola, em Chicago. É autor de *Agamben and Theology* (London: T&T Clark, 2011) e *Between the Canon and the Messiah: The Structure of Faith in Contemporary Continental Thought* (London: Bloomsbury, 2013) e de vários artigos sobre filosofia e teologia continental contemporânea. É editor de *The Postmodern ‘Saints’ of France* (London: T&T Clark, 2013) e *The Shaping of Tradition: Context and Normativity* (Leuven: Peeters, 2013).

Esta entrevista foi publicada previamente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no dia 24-11-2013, e está disponível no endereço <http://bit.ly/ihu241113>

Confira o texto.

IHU On-Line - Quais são as peculiaridades da fé no pensamento continental contemporâneo?

Colby Dickinson - De muitas formas, penso que estamos reiterando continuamente uma tensão histórica particular, a tensão entre uma medida (ou regra) normativa e os que procuram opor-se a ela ou anulá-la, o que eu chamaria de os supostos movimentos “antinomianos” (anti-*nomos* ou anti-“lei”), com os quais ainda não sabemos o que fazer tanto em termos religiosos como políticos. Por sua vez, o *antinomismo* surgiu como um rótulo usado durante a Reforma para descrever as pessoas que aparentemente queriam eliminar a lei inteiramente; ou seja, as que, com efeito, interpretaram a crítica de Martinho Lutero¹ contra o sistema católico (isto é, suas “regras”, direito canônico, sistema de indulgências, etc.) como renúncia, em algum sentido, de *toda* lei. De muitas formas, essa reação era algo que já estava embutido no posicionamento de Jesus para com a lei judaica, e essa possibilidade só fez inflamar ainda mais as paixões de alguns dos mais devotos seguidores de Lutero. Este último, entretanto, como sabemos, teve de tentar evitar que essas medidas antinomianas se afastassem demais da “regra de Deus”, que o próprio Lutero ainda queria manter de alguma forma. Como nos recordamos, ainda havia conexões demais a serem estabelecidas por Lutero entre a igreja estabelecida na terra e as estruturas de poder político existentes; por isso, em seus escritos, ele tentou manter alguma fidelidade à forma da lei e sua “necessidade”, e sua capacidade de utilizar a “espada” para refrear seus cidadãos desregrados era algo que ele tinha grande interesse em unir com o ordenamento da sociedade por parte de Deus.

1 **Martinho Lutero** (1483-1546): teólogo alemão, considerado o pai espiritual da Reforma Protestante. Foi o autor da primeira tradução da Bíblia para o alemão. Além da qualidade da tradução, foi amplamente divulgada em decorrência da sua difusão por meio da imprensa, desenvolvida por Gutenberg em 1453. Sobre Lutero, confira a edição 280 da IHU On-Line, de 03-11-2008, intitulada *Reformador da Teologia, da igreja e criador da língua alemã*. O material está disponível para download em <http://bit.ly/ihuon280>. (Nota da IHU On-Line)

Impulso “antinomiano”

O que me fascina particularmente hoje em dia é a maneira pela qual o pensamento continental contemporâneo nos fez voltar à contemplação desse impulso “antinomiano” fundamental que sustenta muitos movimentos políticos e religiosos revolucionários. De muitas formas — e Jacob Taubes² retoma isso diretamente em sua obra sobre *A teologia política de Paulo* (Stanford: University Press, 2004), o próprio cristianismo é, talvez, o impulso antinomiano original por excelência em relação ao judaísmo (lei judaica ou torá). Isso é algo que ele extrai dos estudos de Gershom Scholem³ sobre movimentos messiânicos dentro da história judaica, em particular a história de Sabbatai Zevi⁴. Como Giorgio Agamben⁵ relataria tais

2 **Jacob Taubes** (1923-1987): Taubes foi sociólogo da religião, filósofo e especialista em judaísmo. Taubes nasceu dentro de uma antiga família de rabinos. Obteve seu título de doutor em 1946 com a tese “*Abendländische Eschatologie*” e inicialmente ensinou estudos religiosos e estudos judeus nos Estados Unidos. A partir de 1965 foi Professor de Estudos Judeus e Hermenêuticos da Universidade Livre de Berlim. É autor da importante obra *The Political Theology of Paul* (Stanford University Press: Stanford, 2004). (Nota da IHU On-Line)

3 **Gershom Scholem** (1897-1982): pesquisador da mística judaica e se estabeleceu no estudo da Cabala em Jerusalém. É autor de *Die jüdische Mystik in ihren Hauptströmungen* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000) e *Zur Kabbala und ihrer Symbolik* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998). (Nota da IHU On-Line)

4 **Sabbatai Zevi** [Sabetay Sevi] (1626-1676): rabino e cabalista, alegava ser o messias judeu. Foi o fundador do movimento sabatista judaico. Aos 40 anos de idade, foi forçado por ordem do sultão a se converter ao islamismo. (Nota da IHU On-Line)

5 **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da *Facoltà di Design e arti della IUAV* (Veneza), onde ensina Estética, e do *College International de Philosophie* de Paris. Formado em Direito, foi professor da *Università di Macerata*, *Università di Verona* e da *New York University*, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo norte-americano. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006), *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma*

impulsos mais tarde (e citações de Sabbatai Zevi também estão presentes em sua obra), talvez haja, *dentro* do judaísmo, um impulso “antinomiano” messiânico interno que questiona as representações normativas que o judaísmo tem de si mesmo (como, por exemplo, quando os profetas clamam contra as estruturas do ritual religioso, quando uma noção de messias se desenvolve pela primeira vez, etc.). Este último ponto só parece ser mais sustentado ainda pelas muitas formulações propostas por Jacques Derrida⁶ a respeito do messiânico como força desconstrutiva interna que atua dentro de uma dada estrutura, e esta é uma posição que foi interpretada como judaica (G. Ofrat⁷), atesta (M. Häggglund⁸) ou até cristã (L. Lawlor⁹).

na cultura ocidental (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007 o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. Além disso, a edição 81, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. (Nota da IHU On-Line)

6 **Jacques Derrida** (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973), *A farmácia de Platão* (São Paulo: Iluminuras, 1994), *O animal que logo sou* (São Paulo: UNESP, 2002), *Papel-máquina* (São Paulo: Estação Liberdade, 2004) e *Força de lei* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007). Dedicamos a Derrida a editoria Memória da IHU On-Line edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon119>. (Nota da IHU On-Line)

7 **Gideon Ofrat**: curador e historiador israelense. É autor de *One Hundred Years Of Art In Israel* (New York: Basic Books, 1998) e *The Jewish Derrida* (Syracuse: University Press, 2001). (Nota da IHU On-Line)

8 **Martin Häggglund** (1976): filósofo sueco e pesquisador de literatura moderna. Entre outras obras, é autor de *Radical Atheism: Derrida and the Time of Life* (Stanford: University Press, 2008). (Nota da IHU On-Line)

9 **Leonard Lawlor**: diretor do Departamento de Filosofia da Universidade Es-

Minha reação a essas interpretações diversificadas tem sido dizer que todas elas estão corretas *em certo sentido*, pois todas estão tentando acessar aquele cerne messiânico central de nosso pensamento político e religioso que continua a motivar a reestruturação de nossas normas (sociais, culturais, políticas, religiosas e até econômicas) dadas. Continuamos tentando encontrar novas formas de descrever como estamos constantemente gerando novos paradigmas e continuamente nos deparamos com um muro: de onde vem a reforma revolucionária? Como alteramos as estruturas que parecem ser imutáveis e de que tantas pessoas dependem (“em que creem”) em seu cotidiano? A resposta de Derrida, muito semelhante à de Agamben neste tocante, é que ela vem de *dentro* do que já operava como uma forma estrutural canônica, mas uma forma que foi empurrada até seus limites e está em processo de se tornar consciente de suas limitações dentro de um novo contexto e de sua necessidade de que seja feita mais justiça.

Um segundo olhar

O que percebo no presente é que o fundamento da fé (organizada) está sendo objeto de uma segunda olhada entre os pensadores filosóficos continentais contemporâneos, porque ela parece aderir à dinâmica fundamental (ou talvez até *gerá-la*) que está sob nossos paradigmas políticos e éticos no Ocidente. Por mais que, culturalmente, procuremos nos afastar das tradições religiosas organizadas, há algo persistente dentro delas que merece atenção, e até a atenção de ateus autoproclamados (e acho que o atual papa está consciente disso e está indo ao encontro de parte desse desejo com suas observações públicas). Interpreto a referência contínua de Slavoj Žižek¹⁰ ao cristianismo exatamente

como um exemplo que mostra como necessitamos muito reformular o que significa interpretar a relação entre religião e política como central para nossa atual rede de formas culturalmente inteligíveis — até mesmo, ou talvez especialmente, quando as pessoas acham que a fé está se tornando obsoleta para muitos.

IHU On-Line - Nesse contexto, qual é a relação que pode ser estabelecida entre os conceitos de messianismo e as formas canônicas?

Colby Dickinson - Minha interpretação, em meu livro *Between the Canon and the Messiah*, é que temos continuamente necessidade de reconhecer, manter e também abordar as configurações atuais das tensões que existem entre formas canônico-culturais dadas (sejam elas religiosas, escriturísticas, sociais, políticas, etc.) — aquelas estruturas aparentemente permanentes que foram passadas adiante como parte de nossa “tradição” — e suas próprias forças messiânicas internas que procuram constantemente — sejam elas queridas ou não — anulá-las a fim de torná-las mais responsáveis e mais justas. Isto é, e demonstrando a mais antiga linguagem filosófica que ainda usamos —, existe uma tensão entre o desejo de *representar* algo e a *apresentação* da “coisa em si” que sempre parece nos escapar, e que na verdade revela as limitações de qualquer representação.

Aparentemente sempre persistiu, dentro da especulação filosófica, uma ideia de que há uma coisa além de nossas representações que não conhecemos plenamente, ainda que, se a conhecêssemos, compreenderíamos imediatamente quão limitadas (“injustas”) eram nossas representações dessa coisa. Essa é talvez uma das mais antigas e prementes questões *religiosas*, e uma questão que ainda precisa muito ser repensada a partir de novas perspectivas, pois não estamos mais tão certos de que podemos acessar uma “coisa em si

mesma” por trás de nossas representações dela, e, ainda assim, muitas pessoas sentem uma certa limitação no sentido de que estão sendo limitadas, às vezes, pelas representações que as definem. O que estou tentando discernir é a maneira pela qual essa tensão (religiosa e política) entre uma representação e uma apresentação para além da representação está muito envolvida nas lutas de uma forma representativa “canônica” e sua anulação (“desconstrução”) por parte de forças que estão operando a partir de dentro dela para reformulá-la e torná-la uma representação mais acurada de algo que não pode ser nomeado.

Forças messiânicas

Para alguém como Derrida, tal tensão só poderia ser testemunhada como a presença espectral da *messianicidade* (nunca um “messianismo” histórico) atuante dentro de qualquer forma canônica dada, e aquilo que identificava, para ele, os pontos mais maduros para desconstrução em nome de uma justiça que sempre era ativa, sempre ainda “por vir”, dentro da estrutura canônica (ou do texto canônico) com que ele estava trabalhando naquele momento particular no tempo. Quer certos pensadores achem que tal tensão não pode ser mantida e que deveríamos admitir ou que sempre há *apenas* representações diante de nós (Derrida, Žižek) ou que todas as representações deveriam ser eliminadas (o que Agamben parecia estar sugerindo durante anos como a verdadeira abordagem “antinomiana”, embora talvez não tanto recentemente), ainda estamos lidando com aquela mesma questão fundamental: o que devemos fazer com os impulsos antinomianos? Como tais forças messiânicas alteram as estruturas (canônicas) que criamos e como lidamos com o impulso de destruir ou reformar tais estruturas? Podemos falar sobre os desejos inerentes que temos de trabalhar contra o sistema? Podemos aprender a vê-los chegando e negociar com eles, mesmo enquanto estamos construindo sistemas atuais, como é o caso daqueles arquitetos que efetivamente planejam locais futuros de expansão dentro de um projeto atual, e coisas assim?

tadual da Pensilvânia - EUA, é autor de vários livros discutindo a obra de Jacques Derrida, incluindo *This is not Sufficient: An Essay on Animality and Human Nature in Derrida* (New York: Columbia University Press, 2007). (Nota da IHU On-Line) 10 Slavoj Žižek [Slavoj Žižek] (1949): filósofo e teórico crítico esloveno. É professor da *European Graduate School* e pesquisador sênior no Instituto de Sociologia da Universidade de Liubliana. É também professor visitante em várias

universidades estadunidenses, entre as quais as Universidades de Columbia e Princeton, a *New School for Social Research*, de Nova York, e a Universidade de Michigan. Publicou recentemente *Menos que nada. Hegel e a sombra do materialismo dialético* (São Paulo: Boitempo, 2013). (Nota da IHU On-Line)

Como exemplo concreto dessa dinâmica, quando preenchemos alguns formulários-padrão do governo (americano), eles nos perguntam com que “raça” ou “etnia” nós nos identificamos — uma coisa notoriamente difícil de determinar para algumas pessoas —, historicamente um funcionamento muito problemático de percentuais para alguns (isto é, os americanos indígenas, que não são mais classificados como tais se forem considerados afastados demais de seus ancestrais), ou a circunstância de ser completamente definido por um pequeno percentual para outros. Quando eu era pequeno, tais representações consistiam principalmente de apenas “branco”, “afro-americano”, “asiático” e “outro”. Ao longo dos anos, essas categorias limitadas foram consideradas inadequadas (ou “injustas”) e foram ampliadas para incluir muitos outros agrupamentos. Estamos vendo essa ampliação contínua em nome de uma representação mais igual surgindo em todo o globo agora e incluindo certas coisas que anteriormente eram “inconcebíveis”, como o gênero (p. ex., a categoria oficial “terceiro gênero” da Austrália). É dessas ampliações que estou falando quando digo que uma forma canônica está sendo anulada em meio a clamores por mais justiça e em meio a um reconhecimento de que nossas categorias atuais são passíveis de serem anuladas a partir de dentro, mas esse é apenas um pequeno exemplo conveniente entre outros. Identidade nacional, reformas da imigração e muitos outros assuntos ainda circulam na periferia dessa mesma dinâmica fundamental.

Divisões canônicas

Eu deveria acrescentar, também, que a chave para reconhecer a anulação de uma dada forma “canônica” a partir de dentro é um mecanismo ativo de autorreflexividade ou autoconsciência (relacionada de muitas formas com as raízes da “confissão” e coisas semelhantes). Assim como S. Paulo¹¹ foi capaz de “dividir as divisões”

11 Paulo de Tarso (3-66 d.C.): nascido em Tarso, na Cilícia, hoje Turquia, era originariamente chamado de Saulo. Entretanto, é mais conhecido como São Paulo, o Apóstolo. É considerado por muitos cristãos como o mais importante discípulo de

do universo judaico da antiguidade, levando-as da divisão de judeu *versus* gentio para uma reflexão interna mais profunda sobre como o próprio judeu estava dividido interiormente em Carne e Espírito, assim nós também somos capazes, se aplicarmos mecanismos de autorreflexão semelhantes, de perceber as limitações de nossas próprias divisões categóricas (canônicas). Refletir durante tempo suficiente sobre o que significa ser (ou representar-se como) um “homem” — como apenas um exemplo entre muitos — pode levar rapidamente a percepções profundas sobre como quaisquer descritores que procuremos usar para definir tal coisa podem também ser contestados, questionados e reposicionados em outras formas.

IHU On-Line - Como essas ideias se inter-relacionam e quais são os pontos de ruptura nas obras de Benjamin¹², Derrida e Agamben?

Colby Dickinson - Tenho estado interessado na adoção de méto-

Jesus e, depois de Jesus, a figura mais importante no desenvolvimento do cristianismo nascente. Paulo de Tarso é um apóstolo diferente dos demais. Primeiro porque, ao contrário dos outros, Paulo não conheceu Jesus pessoalmente. Era um homem culto, frequentou uma escola em Jerusalém, fez carreira no Templo (era fariseu), onde foi sacerdote. Educado em duas culturas (grega e judaica), Paulo fez muito pela difusão do cristianismo entre os gentios e é considerado uma das principais fontes da doutrina da Igreja. As suas Epístolas formam uma seção fundamental do Novo Testamento. Afirma-se que foi ele quem verdadeiramente transformou o cristianismo numa nova religião, e não mais numa seita do judaísmo. Sobre Paulo de Tarso, a **IHU On-Line** 175, de 10-04-2006, dedicou o tema de capa *Paulo de Tarso e a contemporaneidade*, disponível em <http://bit.ly/ihuon175>; edição 32 dos **Cadernos IHU Em Formação**, *Paulo de Tarso desafia a Igreja de hoje a um novo sentido de realidade*, disponível em <http://bit.ly/ihuem32>; edição 55 dos **Cadernos Teologia Pública**, *São Paulo contra as mulheres? - Afirmação e declínio da mulher cristã no século I*, disponível em <http://bit.ly/ihuteo55>. (Nota da **IHU On-Line**)

12 Walter Benjamin (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. Sobre Benjamin, confira a entrevista **Walter Benjamin e o império do instante**, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à **IHU On-Line** nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da **IHU On-Line**)

dos hermenêuticos por parte de Ricoeur¹³, especialmente na medida em que eles parecem, às vezes, oferecer à teologia a única forma de entender como ela precisa se formular em meio a uma série de tensões (políticas) entre normas canônicas e sua anulação messiânica, e especialmente na medida em que tal tensão está no cerne tanto das escrituras judaicas quanto das cristãs. Penso que o próprio Ricoeur aponta para tal compreensão em muitos lugares de sua obra, particularmente em sua exposição das tensões dentro da atitude farisaica em *A simbólica do mal*, bem como em seu livro *Memória, história, esquecimento*, onde somos lembrados de versões canônicas da história e das distorções delas, mas também de seus esforços para produzir uma visão mais acurada da história.

Muitas vezes, interpreto Derrida como sendo realmente bem mais hermenêutico do que ele muitas vezes reconheceu, e acho que foi muitas vezes interpretado equivocadamente neste ponto; ele está bem mais próximo de Ricoeur do que muitos talvez suspeitem. Também de sua parte, a obra mais recente de Agamben intitulada *O Reino e a Glória* (São Paulo: Boitempo editorial, 2011) parece oferecer uma tensão hermenêutica que tem mais afinidade com Ricoeur do que talvez tenha sido percebido primeiramente em sua obra, que muitas vezes pode

13 Paul Ricoeur (1913-2005): filósofo francês. Sobre ele, conferir o artigo intitulado *Imaginar a paz ou sonhá-la?*, publicado na edição 49 da **IHU On-Line**, de 24-02-2003, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon49>, e uma entrevista na edição 50 que pode ser acessada em <http://bit.ly/ihuon50>. A edição 142, de 23-05-2005, publicou a editoria *Memória sobre Ricoeur*, em função de seu falecimento. Confira o material em <http://bit.ly/ihuon142>. A formação de Ricoeur se dá em contato com as ideias do existencialismo, do personalismo e da fenomenologia. Suas obras importantes são: *A filosofia da vontade* (primeira parte: *O voluntário e o involuntário*, 1950; segunda parte: *Finitude e culpa*, 1960, em dois volumes: *O homem falível e A simbólica do mal*). De 1969 é *O conflito das interpretações*. Em 1975 apareceu *A metáfora viva*. O sentido do trabalho filosófico de Ricoeur deve ser visto em uma teoria da pessoa humana; conceito — o de pessoa — reconquistado no termo de longa peregrinação dentro das produções simbólicas do homem e depois das destruições provocadas pelos mestres da “escola da suspeita”. (Nota da **IHU On-Line**)

ter parecido favorecer demais apenas aquelas tendências “antinomianas” das quais já falei. Sua afirmação aí de que uma comunidade genuína pode possivelmente ser encontrada mantendo-se uma tensão entre a *lei*, por um lado, e a Igreja (ou forças messiânicas), por outro, é realmente surpreendente e algo que parece ilustrar muito bem alguns dos aspectos hermenêuticos mais sutis que Ricoeur destaca, embora reste muito mais a ser dito sobre essa conexão.

Em meu próprio trabalho, até agora tentei — mas de fato só preliminarmente — visionar como poderia ser uma “hermenêutica teológica radical”, seguindo a obra de Ricoeur de muitas formas como guia. Não tenho certeza se minha versão da hermenêutica ainda acaba sendo uma hermenêutica no final ou se ela é “radical” demais (tendo, nesse sentido, talvez demais em comum com o uso da palavra “radical” no livro *Radical Political Theology* de Clayton Crockett¹⁴), mas gosto de pensar que alguma forma de hermenêutica sempre está atuante em minhas leituras de contextos e autores contemporâneos.

IHU On-Line - Nessa lógica, qual é a contribuição de Jan Assmann¹⁵, Gershom Scholem, Jacob Taubes e Paul Ricoeur no estudo dos conceitos de messianismo e formas canônicas?

Colby Dickinson - De muitas formas — e neste ponto poder-se-ia consultar a obra de Jan Assmann para aprofundar esse assunto —, pode-se dizer que qualquer representação canônica exerce algum grau de violência em sua inscrição do que poderíamos chamar de seus “sujeitos canônicos” — as pessoas cujas identidades são formadas em relação a uma dada cultura canônica. Até mesmo a entrada na língua, para todas e todos nós, representa uma certa experiência de sermos limitados em nossas expres-

sões. Só temos um certo léxico específico para usar na descrição de nossas experiências e não temos condições, na maior parte, de expressar um sentimento para além do uso dessas palavras. Assim, passamos por violência ao nos identificarmos com uma forma canônica específica e ao permitirmos que certas representações nos identifiquem. Por exemplo, eu sou classificado corretamente como um “católico branco, americano, do sexo masculino, heterossexual, etc.”, embora também esteja bem consciente de que esses termos não relatam adequadamente muito do que eu sou e de que, às vezes, fico preso por esses descritores de maneiras com as quais não me sinto à vontade e contra as quais me rebelo. Faço o possível, na verdade, para interrogar esses termos na medida em que eles se aplicam a mim e contestar o que essas palavras significam quando elas parecem *não* se aplicar a mim tanto quanto *efetivamente* se aplicam a mim.

Pressupostos “antinomianos”

Essa oscilação entre aceitar uma dada norma canônica como inevitável e como o sacrifício necessário para um senso compartilhado de inteligibilidade cultural (ou língua) e buscar anular alguns dos aspectos mais restritivos ou violentos de um dado sistema cultural-linguístico é, ela própria, uma tensão inevitável e necessária. Por mais que tentemos, não conseguimos eliminá-la, embora talvez consigamos formar uma forma “pura” de crítica que nos permita reconceber a tensão. Penso que é isso que motivou o trabalho de Agamben, por exemplo, desde o início: tentar identificar como poderia ser essa crítica e como poderíamos nos envolver nela diariamente. Isso certamente é, em minha opinião, o que continua a animar certos pressupostos “antinomianos” em relação a como deveríamos abordar uma norma ou estrutura canônica dada.

IHU On-Line - De que forma podemos compreender a “violência” do Canon?

Colby Dickinson - Gastamos muito tempo tentando diferenciar entre as várias religiões e escrituras existentes hoje em dia, bem como as interpretações variadas dessas tradições

que continuam a proliferar ao longo do tempo, mas não estou realmente convencido de que a maior parte dessa discussão nos ajude muito. O critério-padrão usado para classificar essas tradições religiosas é, muitas vezes, um critério muito vazio: qual delas é *verdadeira*? Eu preferiria que começássemos a abordar as várias religiões do mundo — o que sempre significa abordar cada linha interpretativa particular de uma dada tradição religiosa, e que talvez possam, ou não, ser agrupadas sob um único nome (as “judaicidades” de Derrida é um termo que me ocorre nesse sentido) — perguntando a respeito da proximidade delas para com a violência, outra medida da “verdade”. E o que a proximidade delas para com a violência — bem como o fato de admitirem ou negarem essa proximidade — nos diz sobre sua existência contínua? Em outras palavras: são certas tradições religiosas (mesmo dentro de uma dada “religião”) capazes de se desconstruir e confessar que estão dispostas a se envolver em ações violentas para certos fins circunscritos? Esses fins são justificáveis, em última análise? E elas são transparentes (autorreflexivamente conscientes) a ponto de até reconhecer sua relação com violências específicas, existentes?

Minha proposta é que talvez um diálogo como esse nos ajude a discernir uma série de coisas em relação à religião em geral, começando por nossos desejos de rotular uma dada tradição escriturística ou litúrgica como “canônica”, de dar *mais*, e não menos, definição de nossos vínculos comunitários (quem está dentro, quem está fora, inclusão/exclusão) e de encenar representações violentas quando não temos condições de consolidar nossa comunidade como tal. Essencialmente, essa crítica provém diretamente do trabalho de René Girard¹⁶ sobre o

¹⁶ René Girard (1923): filósofo e antropólogo francês. Partiu para os Estados Unidos para dar aulas de francês. De suas obras, destacamos *La Violence et le Sacré* (A violência e o sagrado), *Des Choses Cachées depuis la Fondation du Monde* (Das coisas escondidas desde a fundação do mundo), *Le Bouc Émissaire et le Sacerdote* (O Bode expiatório), 1982. Todos esses livros foram publicados pela Editora Bernard Grasset de Paris. Ganhou o Grande Prêmio de Filosofia da Academia Francesa, em 1996, e o Prêmio Médicis, em 1990. O

¹⁴ Clayton Crockett: professor associado da University of Central Arkansas e diretor do programa de Estudos Religiosos. É autor de *Deleuze Beyond Badiou: Ontology, Multiplicity, and Event*. (Nota da IHU On-Line)

¹⁵ Jan Assmann (1938): egiptólogo e teórico da cultura alemã, professor de Egiptologia da Universidade de Heidelberg e de Ciência da Cultura da Universidade de Konstanz, ambas na Alemanha. (Nota da IHU On-Line)

bode expiatório, e a pergunta tem de ser feita mais diretamente: que grupos religiosos estão dispostos a fazer outros de bode expiatório, de modo que sua própria gente se sinta mais segura, mais unida, mais leal entre si, justamente através do sacrifício de outra pessoa ou outro grupo de pessoas? O vigoroso retrato feito por Girard dessa dinâmica dentro de muitas religiões e narrativas mitológicas diz que tais histórias aparentemente “sagradas” são, na realidade, pouco mais do que esforços ideológicos para formar o senso de coesão de um grupo e são aquilo que outras escrituras talvez de fato rejeitem (particularmente os cânones judaico e cristão, mas também outras, como certas escrituras hinduístas, entre outras).

Salto no escuro

Uma das coisas que eu gostaria de explorar mais do que Girard o faz é a maneira pela qual sua teoria poderia nos ajudar a perceber como até mesmo nossa busca de definições, representações, certeza e coisas semelhantes pode ser vista, às vezes, como formada a partir de dentro dessa busca de coesão grupal e segurança. Creio, com efeito, que nossas deduções muito “lógicas” podem, com frequência, ser uma resposta à percepção de uma ameaça e um momento de imposição violenta a uma situação que deveria permanecer isenta de sobredeterminação. Estou pensando nesse sentido especificamente em como as pessoas, hoje em dia, muitas vezes tentam “definir” sua fé, e o fazem com uma mentalidade que está tentando ter “certeza” a respeito dela. John Henry Newman¹⁷,

seu livro mais conhecido em português é *A violência e o sagrado* (São Paulo: Perspectiva, 1973). Sobre o tema desejo e violência, confira a edição 298 da revista *IHU On-Line*, de 22-06-2009, disponível em <http://bit.ly/ihuon298>. Leia também a edição especial 393 da *IHU On-Line*, de 21-05-2012, sobre o pensamento de Girard, intitulada *O bode expiatório, o desejo e a violência*, disponível em <http://bit.ly/ihuon393>. (Nota da *IHU On-Line*)
17 John Henry Newman (1801-1890): bispo anglicano inglês, convertido ao catolicismo, foi posteriormente nomeado cardeal pelo Papa Leão XIII, em 1879. Estudou no *Trinity College* de Oxford e no *Oriel College*. Depois de sua conversão ao catolicismo, abriu e dirigiu em Birmingham um oratório de São Felipe Néri e foi reitor da Universidade Católica da

de sua parte, salientou certa vez que a fé tem múltiplas camadas e que se chega a ela através de uma série complexa de probabilidades (p. ex., nosso contexto, situação familiar, experiências anteriores, argumentos racionais, entre outros) que convergem para levar uma pessoa à fé. A fé não é um simples “salto” para o escuro nesse sentido, embora possa implicar muitos pequenos saltos que estamos dispostos a dar por razões muito específicas em pontos muito específicos ao longo do caminho, ainda que esses fatores também possam verdadeiramente permanecer desconhecidos para nós para sempre. Tentar reduzir essa complexidade a uma “certeza” específica significa, em última análise, fazer alguma outra coisa de bode expiatório para produzir tal estado. Ou seja, a fim de me dizer que eu tenho uma fé configurada *assim* e *assado*, preciso esquecer *isso* ou *aquilo*, preciso deixar de me envolver com a fé de meu vizinho budista, etc. Mas essa redução da complexidade da fé é muito comum atualmente e solapa muitas interpretações possíveis da religião que, muitas vezes, ficam completamente despercebidas.

Sagrado e violência

Acabo de concluir a leitura do vasto tomo intitulado *Menos que nada* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013), de Žižek, e fiquei bastante contente em ver que, em sua conclusão, há uma espécie de alternância entre as teorias de Girard e a obra de Agamben, justamente no tocante a essa questão da violência e do sagrado na medida em que ela tange a ideologia. O que Žižek sustenta é, mais ou menos, que a ideologia, seja em suas formas econômicas ou políticas, é configurada por uma certa relação entre o “sagrado” e a violência, e que pode ter pouco ou nada a ver com as reivindicações efetivas do cristianismo — um aspecto que ele sublinha de um modo que me lembra a forma como Vattimo¹⁸ se apropria de Girard.

Irlanda, em 1854. (Nota da *IHU On-Line*)
18 Gianni Vattimo (1936): filósofo italiano, internacionalmente conhecido pelo conceito de “pensamento fraco”. Concedeu diversas entrevistas à *IHU On-Line*. A primeira delas foi publicada na 88ª edição, de 15-12-2003, disponível em <http://bit.ly/ihuon88>. A segunda na 128ª

O que ele afirma, com efeito, é que o cristianismo é singular na medida em que aponta para sua própria profanação, sua própria distância em relação a Deus — algo que, no fim das contas, forma o ponto zero para uma nova forma de pensamento sobre o sagrado. Assim, ele repreende Agamben levemente por sugerir que a profanação seja o único objetivo aqui, pois tal “profanação absoluta” parece terrivelmente próxima de outra forma de revitalização do sagrado para além das noções falsas de sacralidade formadas por meio de práticas de fazer de outrem um bode expiatório. Sugerir, de modo geral, a mesma coisa no final de meu livro *Agamben and Theology* e, em outras publicações, escrevi sobre como essa interpretação compartilha a tese básica de Girard referente à violência e ao sagrado.

IHU On-Line - E que relações podem ser estabelecidas entre a violência e o sagrado? Esse binômio é atual para compreendermos o fenômeno religioso? Por quê?

Colby Dickinson - Tem havido bastante interesse em tentar verificar

edição, de 20-12-2004, em <http://bit.ly/ihuon128>. A terceira na edição 161, de 24-10-2005, quando conversou pessoalmente com a *IHU On-Line* no dia 18 de outubro daquele ano, às vésperas de proferir sua conferência no evento *Metamorfoses da cultura contemporânea*. Esse material está disponível em <http://bit.ly/ihuon161>. Também contribuiu na *IHU On-Line* nº 187, de 03-07-2006, com a entrevista *O nazismo e o “erro” filosófico de Heidegger*, disponível em <http://bit.ly/ihuon187>. Concedeu, também, as entrevistas *Liberdade. Uma herança do cristianismo*, publicada na edição número 287, de 30-03-2009, disponível em <http://bit.ly/ihuon287> e *Morte de Deus e fim da metafísica: a luta contra os absolutos*, na edição 354, de 20-12-2010, em <http://bit.ly/ihuon354>. Publicamos ainda um artigo de sua autoria na edição 53, de 31-03-2003, disponível em <http://bit.ly/jhjSLK>, e outro no número 80, de 20-10-2003, disponível em <http://bit.ly/ITzC18>. A editoria *Livro da Semana*, na edição 149, de 01-08-2005, abordou a obra *The future of religion*, escrita por Vattimo, Richard Rorty e Santiago Zabala, disponível em <http://bit.ly/1dq6HEG>. De sua produção intelectual, destacamos *Más allá de la interpretación* (Barcelona: Paidós, 1995); *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna* (São Paulo: Martins Fontes, 1996), *Introdução a Heidegger* (Lisboa: Instituto Piaget, 1998) e *Diálogo con Nietzsche: Ensayos 1961-2000* (Barcelona: Paidós, 2002). (Nota da *IHU On-Line*)

como, exatamente, poderia ser uma “teologia da imanência” na atualidade, e fico fascinado com o número de teólogos que, de tempos em tempos, se envolvem na tentativa de montar algo assim. Partindo do trabalho sobre a imanência de filósofos como Deleuze ou Agamben, por exemplo, seria possível procurar estabelecer um elo entre essas ontologias e as exigências de uma compreensão mais imanente do divino feitas dentro de certas teologias contextuais (p. ex., M. Daly¹⁹, G. Jantzen²⁰). Aquilo de que muitas vezes se fala menos, penso eu, é como essas conclamações a uma teologia da imanência são, com frequência, realmente contestações políticas de associações masculinas tradicionais da transcendência com estruturas hierárquicas e dizem pouco, se é que dizem, sobre a natureza do divino — se, afinal, se pudesse dizer qualquer coisa a respeito do divino a partir de uma posição teológica (enquanto filosoficamente especulativa).

Penso, entretanto, que qualquer discurso sobre uma “teologia da imanência”, visto do interior de um contexto teológico tradicional, já é uma ideia assustadora para muitas pessoas. Maurice Blondel²¹, que pessoalmente propôs, certa vez, um “método da imanência” como forma de se envolver com o que está à nossa frente e de enxergar suas limitações em si mesmo, remetendo-nos, assim, para o que é “transcendente” em relação a nós, foi, ele próprio, acusado de negar a transcendência de Deus, e acho que há muitas pessoas dentro da igreja atualmente que hesitam até mesmo em invocar uma expressão como “teologia da imanência”.

Colapso

Nesse sentido, fico muito intrigado com os vários filósofos “orientados pelo objeto” que tentam levar ao colapso a (enganosa) distinção tradicional entre o sujeito e seu objeto. Os esforços de Bruno Latour²² para desmontar esse dualismo sujeito-objeto, em minha opinião, sinalizam algo assim como o colapso da divisão-padrão entre transcendente e imanente, bem como uma abertura para um repensar completo da separação transcendência/imanência, embora muito trabalho ainda tenha de ser feito nesse tocante. O novo livro de Latour sobre linguagem religiosa, *Rejoicing: Or the Torments of Religious Speech* (Cambridge: Polity Press, 2013), é útil nesse sentido, assim como o é o novo livro de Adam Miller²³ sobre Latour, que é um passo na direção certa, penso eu, e gostaria de ver muito mais pesquisa sendo realizada nessas áreas.

IHU On-Line - A partir das ideias de Rene Girard e de Agamben, podemos dizer que a lógica sacrificial invadiu outras esferas da sociedade, como a economia, por exemplo. Como você percebe essas relações e quais são suas consequências?

Colby Dickinson - Acho que esse momento em que vivemos agora — presos entre essas tensões de uma cultura crescentemente secularizada e um certo retorno da religião — é uma faca de dois gumes. Há muitas grandes oportunidades a serem aproveitadas para redescrever o papel valioso que a religião desempenha e continuará a desempenhar na vida das pessoas no futuro, mas também

há, penso eu, uma cautela profundamente prática que deveríamos ter no sentido de que muitas pessoas vão utilizar esse espaço para fazer lobby em favor de mais poder político e reafirmar os vários fundamentalismos que já nos afligem. É por isso, mais uma vez, que acho que devemos começar examinando seriamente nossas próprias “confissões”, as raízes da consciência autorreflexiva que estão em nós e nos conclamam a tornar-nos mais conscientes dos rótulos injustos que aplicamos a nós e aos outros. Sem tal mecanismo de autorreflexividade, continuaremos perdidos.

Dessa maneira, penso que simplesmente aceitar a aparente cisão entre o sagrado e o secular muitas vezes significa deixar de perceber a verdadeira dinâmica à qual devemos prestar atenção: que o profano já está preso dentro do sagrado e vice-versa. Até mesmo essa mais fundamental divisão cultural para algumas pessoas pode, e deveria, ser dividida. Muitos muros podem ser derrubados se nos dermos conta de que nossa experiência de Deus deve, por sua própria natureza, ser, às vezes, uma experiência da ausência de Deus. Há uma longa tradição nesse caso, desde Paulo, passando por João da Cruz²⁴, até Thomas Merton²⁵ e muitos outros, que sabe

²⁴ João de Yepes ou São João da Cruz (1542-1591): ingressou na Ordem dos Carmelitas aos 21 anos de idade, em 1563, quando recebe o nome de Frei João de São Matias, em Medina del Campo. Em setembro de 1567 encontra-se com Santa Teresa de Jesus, que lhe fala sobre o projeto de estender a Reforma da Ordem Carmelita também aos padres. Aceitou o desafio e trocou o nome para João da Cruz. No dia 28 de novembro de 1568, juntamente com Frei Antônio de Jesús Heredia, inicia a Reforma. No dia 25 de janeiro de 1675 foi beatificado por Clemente X. Foi canonizado em 27 de dezembro de 1726 e declarado Doutor da Igreja em 1926 por Pio XI. Em 1952 foi proclamado “Patrono dos Poetas Espanhóis”. Sua festa é comemorada no dia 14 de dezembro. (Nota da IHU On-Line)

²⁵ Thomas Merton (1915-1968): monge católico cisterciense trapista, pioneiro no ecumenismo no diálogo com o budismo e tradições do Oriente. O livro *Merton na intimidade - Sua Vida em Seus Diários* (Rio de Janeiro: Fies, 2001), é uma seleção extraída dos vários volumes do diário de Thomas Merton, autor de livros famosos como *A Montanha dos Sete Patamares* (São Paulo: Itatiaia, 1998) e *Novas sementes de contemplação* (Rio de Janeiro: Fies, 1999). O livro foi editado por Patrick Hart, também monge e cola-

¹⁹ Mary Daly (1928-2010): filósofa feminista e teóloga. (Nota da IHU On-Line)

²⁰ Grace Jantzen [Grace Marion Jantzen] (1948-2006): filósofa feminista e teóloga. (Nota da IHU On-Line)

²¹ Maurice Blondel (1861-1949): filósofo francês. Mestre de conferências na Universidade de Lille, 1895-1896. Professor em 1897 na Universidade de Aix-en-Provence, permanecendo no posto até sua enfermidade em 1927. Conhecido por sua filosofia da ação, que partia de um intuícionismo inicial, irrompendo para um espiritualismo metafísico antipositivista, com aparência neoplatônica e tomista, eclética e misticista, com algumas moderações, e que o aproximam ao existencialismo cristão. (Nota da IHU On-Line)

²² Bruno Latour (1947): filósofo francês, é um dos fundadores dos chamados Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT). É reconhecido, entre outros trabalhos, por sua contribuição teórica — ao lado de outros autores como Michel Callon e John Law — no desenvolvimento da ANT - Actor Network Theory (Teoria ator-rede) que, ao analisar a atividade científica, considera tanto os atores humanos como os não humanos, estes últimos devido à sua vinculação ao princípio de simetria generalizada. (Nota da IHU On-Line)

²³ Adam S. Miller: professor de Filosofia no Collin College, no Texas. É autor de *Speculative Grace: Bruno Latour and Object-Oriented Theology* (New York: Fordham University Press, 2013). (Nota da IHU On-Line)

como falar dessas coisas, embora esse seja um diálogo que muita gente abandonou atualmente. Acho que há muitas oportunidades singulares que são subsequentemente perdidas quando concluímos que não nos resta nada a dizer uns aos outros, quando a verdade é que resta tanta coisa a ser dita.

IHU On-Line - O que há por trás de uma “teologia da imanência” em nossos dias?

Colby Dickinson - Como já mencionei, estamos nos perguntando continuamente como devemos mudar as estruturas religiosas e políticas existentes, que é uma questão especialmente difícil quando as estruturas de que estamos falando implicam uma *política* profundamente arraigada dentro dessas estruturas religiosas. Olho o que o papa Francisco²⁶ está fazendo agora e observo uma série de teólogos do momento nos Estados Unidos. O que ele irá mudar, e como isso será visto pelas pessoas que ele

pastoreia? Seus comentários recentes sobre o clericalismo como mentalidade estreita foram esclarecedores nesse sentido, pois ele percebe seu próprio desejo de ser “anticlerical” quando confrontado com as estruturas (e suas fantasias ideológicas correspondentes) do clericalismo. Mas também se deveria observar cuidadosamente que ele começou essa entrevista específica com a admissão (*confissão*) de que é um pecador, e de que é somente a partir desse reconhecimento que ele pode seguir em frente.

Eu apostaria que a crítica de Girard a respeito de nosso falso fundamento comunitário compartilha da crítica do papa acerca das identificações autorreferenciais feitas a fim de que nos sintamos mais seguros e mais parte de uma comunidade unida, mas, em última análise, enganadora. E suspeito que sua disposição de formar seu senso de comunidade de um modo diferente esteja menos inclinada, então, a definir aqueles membros que precisam ser excluídos dela (isto é, a obsessão que muitas pessoas têm tido dentro da Igreja Católica com os homossexuais, os que buscaram abortos, casais divorciados, etc.). O que o papa parece querer enfatizar é que o cristianismo tem uma mensagem mais profunda do que muita gente supôs que contivesse, uma mensagem que explode nossa percepção muito mundana de como se forma a comunidade, e que essa mensagem precisa ser enfatizada repetidamente. Acho

que ele está genuinamente lembrando algo que não é inteiramente desconhecido do que os “retornos à religião” da filosofia contemporânea têm demonstrado: há uma necessidade central de derrubar alguns muros de divisão e de fazer isso a partir de dentro desses muros, trabalhando com a tradição a fim de vê-la se tornar mais justa no presente momento. Penso que o papa está tocando em algumas possibilidades nesse sentido, embora somente o tempo vá dizer se ele está verdadeiramente comprometido em dar início a esses processos. De momento, em minha opinião, parece que ele está verdadeiramente tentando fazer exatamente isso. Seguindo as percepções de Žižek, talvez a aparência do que o papa está fazendo seja realmente tudo o que importa no fim das contas: o que *vemos* o papa fazer é de fato o que ele *está* fazendo, e essa é a imagem que irá reconfigurar a Igreja, e talvez o mundo.

Leia mais...

>>Colby Dickinson já concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**, junto de Adam Kotsko. Confira:

- *Agamben e a estreita relação entre filosofia e teologia*. Edição 427, de 16-09-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon160913>

borador de Merton. Na matéria de capa da edição 133 da **IHU On-Line**, de 21-03-2005, publicamos um artigo de Ernesto Cardenal, discípulo de Merton, que fala sobre sua relação com o monge. (Nota da **IHU On-Line**)

26 Papa Francisco (1936): argentino, filho de imigrantes italianos, Jorge Mario Bergoglio é o atual chefe de estado do Vaticano e Papa da Igreja Católica, sucedendo o Papa Bento XVI. É o primeiro papa nascido no continente americano, o primeiro não europeu no papado em mais de 1200 anos e o primeiro jesuíta a assumir o cargo. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Especialistas debatem o questionário do Sínodo dos Bispos sobre a Família

Entrevistas especiais com Alfredo Culleton, Castor Ruiz, Inácio Pinzetta e Mary Hunt.

POR PATRÍCIA FACHIN E MÁRCIA JUNGES

Como a Igreja deve dialogar com a sociedade moderna, em que o conceito de família já não corresponde mais à difusão de ensinamentos da Bíblia e da doutrina cristã? Na tentativa de compreender as transformações da modernidade e realçar a sua função pastoral, o Vaticano propõe que católicos do mundo todo respondam a um questionário de 38 questões agrupadas em oito conjuntos de assuntos em preparação para o Sínodo Extraordinário dos Bispos sobre a Família em 2014. O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou as questões – estão disponíveis no endereço <http://bit.ly/ihu141113>

Para avaliar o questionário, a **IHU On-Line** entrevistou, por e-mail, os professores Alfredo Culleton, Castor Ruiz e Inácio Pinzetta, da Unisinos. A teóloga e feminista Mary Hunt também contribui para o debate.

Alfredo Culleton é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos e presidente da *Société Internationale Pour l'étude de La Philosophie Médiévale* - SIEPM. É pós-doutor pelo *Medieval Institute - University of Notre Dame*, Estados Unidos, doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Castor Bartolomé Ruiz é professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos. É graduado em Filosofia

pela Universidade de Comillas, na Espanha, é mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutor em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas.

Inácio Pinzetta é graduado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica, graduado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo, mestre em Teologia pelo *Pontificum Institutum Biblicum*, mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutor em Filosofia pela mesma instituição.

Mary Hunt é teóloga, cofundadora e co-diretora da *Women's Alliance for Theology, Ethics and Ritual* – WATER, em Silver Spring, Maryland, nos Estados Unidos. Católica ativa no movimento feminino da Igreja, ela faz palestras e escreve sobre teologia e ética, com atenção especial para questões da libertação. Graduada em Filosofia pela Universidade de Maquette, realizou mestrado na *Jesuit School of Theology at Berkeley*. Recebeu o título de Doutora em Teologia pela União Teológica em Berkeley, Califórnia. É autora do artigo publicado na edição 66 dos **Cadernos Teologia Pública**, intitulada *Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno*, disponível em <http://bit.ly/ihuteo66>

Confira as entrevistas.

IHU On-Line - O que significa esse questionário em seu conjunto?

Alfredo Culleton - É a tentativa de ouvir as dioceses de uma maneira mais direta, através da opinião dos

fiéis, no sentido de melhor preparar o Sínodo Extraordinário convocado para outubro de 2014. O tema do Sínodo demonstra uma preocupação com aquilo que foi a base das igrejas

cristãs desde a sua origem, mas muito especialmente a partir da modernidade, quando o conceito de família se converte em monocelular, composto de pai, mãe e filhos. Na antiguidade e

na chamada Idade Média, família não era isso.

Castor Ruiz - O questionário já indica uma mudança de metodologia na forma de elaboração dos documentos oficiais da Igreja. Até agora, habitualmente, os documentos eram feitos por especialistas, quase sempre teólogos de confiança dos dicastérios¹ Vaticanos. Este questionário modifica o procedimento de forma significativa. Embora seja preciso esperar os resultados para podermos avaliar o impacto histórico desta iniciativa, ao consultar as comunidades eclesiais e o povo em seu conjunto, se aplica o princípio teológico, muito esquecido por sinal, de que o povo também é um sujeito criador de teologia. Só com o tempo poderemos comprovar se a escuta da opinião das comunidades eclesiais é real ou simplesmente estratégica. Pode ser que nos encontremos perante uma iniciativa realmente inovadora no modo de pensar a teologia e na forma de decidir dentro da Igreja. Em qualquer caso, escutar se mostra um procedimento muito mais evangélico do que meramente impor.

Há que situar a problemática da família, refletida no questionário, no contexto conturbado dos dois últimos séculos. Já na segunda metade do século XIX, se debatiam duas posições extremas. De um lado, uma posição que considerava a família uma instituição reprodutora dos interesses das classes dominantes, cuja função social era alienar os indivíduos no denso processo de subjetivação dentro da ordem estabelecida. Para estas visões, a família era um mero artifício político da dominação de classes que deveria desaparecer para realizar uma emancipação social e individual. Outro extremo defendia a família como instituição natural e divina que desde sempre existiu tal qual a conhecemos na sua essência, com pequenas variáveis acidentais. Para esta posição, a família tem um formato natural muito

bem definido e, de alguma forma, inamovível por seu caráter natural. Entre suas características estaria a indissolubilidade do casal, em muitos casos até se afirmava a natural chefia do homem e a obediência natural da mulher e dos filhos, a discriminação de mães solteiras e dos seus filhos, etc.

Atualmente, o contexto da problemática mudou, em certo sentido. O discurso político sobre a família como correia de transmissão da classe dominante perdeu impulso. Em seu lugar se instaurou um pluralismo prático dos tipos de família, e até um relativismo histórico sobre como entender a família. O multiculturalismo real provocou um pluralismo efetivo das formas de organizar e entender a família. Nas sociedades plurais e multiculturais, por exemplo, o Estado não mais pode impor um modelo único de família. Entre outros aspectos, assistimos, nas últimas décadas, à fragilização dos vínculos humanos e afetivos em todas as áreas, especificamente os vínculos familiares. O padrão tradicional do casamento para toda a vida parece que cedeu espaço para outro padrão: o da fragilidade e volatilidade dos vínculos afetivos. Este fato histórico está muito além das ideologias sobre a família, ele emerge como um efeito dos novos modos de subjetivação e seus dispositivos de poder que produzem sujeitos maleáveis aos apelos das modas e com vontades frágeis para compromissos mais definitivos. A análise da problemática da família, hoje, deveria levar em conta os novos dispositivos de subjetivação, que afetam diretamente o modo como os sujeitos vivem seus afetos e compromissos, e menos à questão jurídica ou ideológica sobre os tipos de família.

Inácio Pinzetta - O documento que o Vaticano enviou às Igrejas particulares em vista à III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos Sobre a Família assinala uma problemática que não é nova e que já motivou a elaboração de diversos documentos por parte da Igreja e que se mostraram bastante ineficazes, ou seja, não provocaram a resposta de-

sejada. Esse documento justifica, no seu início, a necessidade de um novo Sínodo referente à questão familiar, dizendo que existem problemáticas há poucos anos inéditas e que estão inseridas em numerosas situações novas. Isto quer dizer que os documentos produzidos nas últimas décadas, ainda que parte significativa deles (veja-se, por exemplo, os do Vaticano II) seja de boa qualidade, está distante das situações atuais. As 38 perguntas estão a demonstrar o interesse em conhecer melhor a situação atual das famílias e sua relação (comunhão) com a Igreja e principalmente com os valores evangélicos.

Mary Hunt - O aspecto mais interessante do questionário é que ele está circulando abertamente. A Conferência Norte-Americana dos Bispos Católicos – USCCB tentou ocultar o questionário dizendo que iria seguir os “procedimentos usuais”, o que significa que não iriam consultar ninguém para além de seus próprios círculos. Mas quando os bispos austríacos, bem como os bispos ingleses e galeses, disponibilizaram a pesquisa para o turbilhão de vozes progressistas nos Estados Unidos, tornou-se impossível para os bispos americanos ignorarem a convocação. Assim, algumas dioceses estão pedindo respostas. Mais importante: um conjunto de 15 grupos católicos progressistas desenvolveu uma versão do questionário que está circulando amplamente. O foco na família é uma espécie de guarda-chuva, que permite lidar com muitos assuntos sobre os quais há um profundo conflito entre os católicos. Quer sejam o divórcio e a segunda união, quer sejam os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo ou quaisquer outros temas sobre os quais a igreja “kyriárquica” (dominante) tem tido uma posição perniciosa, esta é a hora de fazer com que muitas vozes sejam ouvidas. Assim, embora aqueles que estão no poder possam ainda rejeitar os apelos para que haja políticas mais humanas e inclusivas, não podem mais dizer que eles não foram avisados sobre como as pessoas se sentem.

¹ **Dicastério:** nome para os departamentos do governo da Igreja Católica que compõem a Cúria Romana. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - O que mais chamou a sua atenção entre as perguntas propostas?

Alfredo Culleton - Chama a atenção o composto de dogmática que busca reproduzir e estatísticas que busca levantar nas perguntas. Frases em latim, conceitos de alta complexidade como lei natural, referências a documentos do magistério eclesial são elementos muito distantes do comum dos fiéis na América Latina, por exemplo. As perguntas parecem ter sido formuladas por teólogos para teólogos. Não evidenciam flexibilidade a respeito do conceito de família que o mundo contemporâneo está vivendo. As perguntas revelam um conservadorismo extremo, desconsiderando os últimos 50 anos de história da humanidade. O mundo parece ter-se desviado, e não mudado, a Igreja parece querer saber como resgatar o mundo que se perdeu, e não oferecer palavras de Vida.

Castor Ruiz - Como comentei anteriormente, o questionário por si mesmo já é um instrumento muito inovador. Deveria valorizar-se o questionário por si mesmo, enquanto método de consulta e descentralizador de poder. A novidade está no método, mais do que no conteúdo. O método da consulta, embora não seja, ainda, uma forma de democracia participativa na Igreja, indica que há vários caminhos para a efetiva participação das comunidades e do povo de Deus nas decisões da Igreja. Quando se abre o espaço para participação, não se podem prever todos os efeitos. Entre eles, é provável que os cristãos comecem a se sentir mais protagonistas e responsáveis pelo futuro da Igreja.

Chama atenção a insistência em entender a família a partir do direito natural. Pensar a família como um ato jurídico, um contrato, é empobrecer as potencialidades dos vínculos afetivos que a originam e que a devem manter. Talvez essa preocupação retrate uma reminiscência do pensamento que entende que o jurídico é o instrumento político que resta para preservar os

laços familiares. Algo que se mostra cada vez menos consistente. Por sua vez, o conceito de natural aplicado à família ou ao matrimônio também é problemático, porque se pretende universalizar, impositivamente, uma realidade que se mostra plural. Talvez tivesse sido mais pertinente abordar a problemática da família a partir da perspectiva da condição humana.

Inácio Pinzetta - Pessoalmente, aprecio muito mais uma boa pergunta do que uma boa resposta. Não é tão simples, nem tão fácil elaborar uma boa e significativa questão. A pergunta orienta o diálogo. O grupo de pessoas que elaborou esse questionário, com certeza, sabia que estava se endereçando para culturas e situações bastante diferentes, por isso optou por perguntas bastante amplas, dando muitas possibilidades de respostas. Penso que ninguém pode se queixar de que se deixaram de lado alguns temas importantes referentes à família, mesmo porque, na última questão, é possível agregar questões, respostas, sugestões.

Mary Hunt - Eu fiquei ofendida com o fato de que as crianças deveriam ser categorizadas a partir da relação ou do *status* marital de seus pais. Isso é simplesmente inaceitável. Todas as crianças pertencem à comunidade humana. As vidas de seus pais não mudam isso. Do mesmo modo, o destaque dado às relações entre as pessoas do mesmo sexo é ambíguo. Todas as relações podem ser veículos de uma rica positividade afetiva. É apenas a recusa prolongada do Vaticano em reconhecer esse valor positivo que cria a necessidade de tais questões.

IHU On-Line - Que críticas e observações fariam a respeito das questões?

Alfredo Culleton - Um Sínodo sério, se realmente quer ouvir as igrejas do mundo, exige uma preparação exaustiva em termos metodológicos e teóricos. O questionário é altamente tendencioso; se é uma pesquisa de opinião, poderia ser feito através

de agências de pesquisa. A pergunta deveria ser devolvida ao Vaticano na seguinte formulação: a Igreja quer ouvir os fiéis para mudar ou para ajustar as suas estratégias centralizadoras de poder? A pergunta já foi formulada de tempos em tempos na história da Igreja desde o Antigo Testamento e, mais recentemente, no Vaticano II², em Medellín e em Puebla: O leigo, o povo de Deus, é auxiliar ao projeto da Igreja Institucional ou é o sujeito e objeto da Salvação e a Instituição Igreja o seu melhor promotor e servidor?

Castor Ruiz - É lícito a um coletivo como a Igreja Católica propor uma visão a respeito do matrimônio e da família, tendo como referência os valores do Evangelho. Ainda, se poderia dizer que é pertinente que se ofereça, para todos, a proposta evangélica como ideal de vida e também de convivência no matrimônio e na família. É importante, no mundo plural em que vivemos, que a proposta dos valores evangélicos seja apresentada. Neste

² **Concílio Vaticano II:** convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 8-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano I. **O Instituto Humanitas Unisinos** - IHU promoveu, de 11 de agosto a 11-11-2005, o ciclo de estudos *Concílio Vaticano II - marcos, trajetórias e perspectivas*. Confira a edição 157 da **IHU On-Line**, de 26-09-2005, intitulada *Há lugar para a Igreja na sociedade contemporânea? Gaudium et Spes: 40 anos*, disponível em <http://bit.ly/mT6cyj>. Ainda sobre o tema, a **IHU On-Line** produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-6-2009, disponível em <http://bit.ly/o2e8cX>, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/REokjn>, e a edição 425, de 01-07-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo*, está disponível em <http://bit.ly/1cUUZfC>. (Nota da **IHU On-Line**)

contexto, a Igreja pode ajudar a criar consciência crítica a respeito da vulnerabilidade dos sujeitos e dos vínculos afetivos da família normatizados por dispositivos de poder que fazem do relativismo moral uma técnica de sujeição aos modos de consumo, que consomem os próprios sujeitos.

Contudo, não se pode impor esse ideal de vida, família e matrimônio a todos como se fosse uma lei natural obrigatória que deverão observar até por imposição prescritiva do Estado. Há que levar em conta que o Evangelho não tem um conteúdo moral doutrinário sobre a família. Ele sempre se apresenta como uma mensagem interpeladora para criar estilos de vida, formas de existência com referência aos valores das Bem-aventuranças e no estilo de vida de Jesus. Isso parece muito pouco para os moralistas, mas mostra que Jesus não quis, explicitamente, criar um código normativo de comportamentos e que sua mensagem não pode ser reduzida a definições morais estritas. O modo ético de viver será uma decisão do estilo de vida histórico que cada sujeito e cada família deverá recriar ao longo dos tempos. Isso não impede que a Igreja e os cristãos em seu conjunto repensem o sentido da família e proponham o ideal evangélico da mesma. Lembrando que o princípio de Jesus foi sempre o respeito e a dignificação da pessoa em seu contexto histórico.

O foco das questões talvez não deva se empenhar em defender um status jurídico naturalista, mas deve insistir em ajudar as pessoas a criar e preservar os valores afetivos desse espaço, fundamental para a existência humana, num contexto de subjetividades fragilizadas e formatadas pelos dispositivos de poder do consumo e da produção. A volatilidade dos vínculos familiares reflete a inconsistência do sujeito moderno. Os valores do Evangelho têm muito a oferecer para pensarmos formas de vida e estilos de existência não padronizados que ajudem os sujeitos a criar um espaço da convivência familiar denso

como resultado de um estilo de vida consistente.

Inácio Pinzetta - As pessoas que compõem o Sínodo são bem informadas, estudiosas, conhecedoras da realidade. Tiveram e têm muitas e especiais oportunidades de dialogar com as pessoas, de ouvi-las, de conhecer questões muito pessoais, de foro íntimo, mas carecem da experiência pessoal de constituir uma família. Não tenho nenhuma dúvida de que os bispos que compõem esse Sínodo são pessoas lidas, de muito diálogo, que conhecem como poucos a situação das famílias de hoje, seus problemas, suas angústias, seus valores, suas expectativas. No entanto, todos sabem, isto não basta. É preciso a prática, a experiência de uma relação amorosa de sucesso ou turbulência, um sonho realizado ou frustrado, o desejo e a vontade de uma nova chance; o sonho de constituir uma família com pessoa de mesmo sexo e ter (ou adotar) filhos. Ou seja, são muitos os retratos que podemos formar de uma família. E ninguém pode experimentar tudo. Daí que, penso, esse documento, e principalmente o seu questionário, poderia e deveria ser mais ousado e mais inovador nas suas questões, a saber, perguntar sobre expectativas, sobre o que poderia ser feito hoje para se viver uma vida boa e feliz em família. A qualidade e a importância do Sínodo vão depender muito, portanto, desse trabalho de base, ou seja, da escolha das pessoas com as quais se vai dialogar (de propor o diálogo e o questionário), isto é, de pessoas interessadas e imbricadas com essa temática, que tenham a ver com o assunto, que sejam críticas e misericordiosas, posto que o amor, a exemplo de Jesus, abraça a todos. A todos!

Mary Hunt - Nenhuma pesquisa é perfeita. E esta não é uma exceção. Mas grupos progressistas têm modificado algumas das ocorrências de linguagem mais ofensiva, a fim de que se centre no que é importante, que é a participação das vozes dos leigos no diálogo eclesial. Ninguém espera que

a Igreja mude suas políticas por conta de uma pesquisa. De fato, a repercussão contrária aos bispos, por terem sido levados, contra suas vontades, a incluir as vozes dos leigos, bem mostra que aquela mudança não ocorre. Ainda, a aparente mudança pode ser erroneamente tomada por uma mudança real. Os êxitos das relações públicas do Vaticano não necessariamente significam mudanças estruturais e doutrinárias, que são fundamentais para recuperar a Igreja Católica Romana. Mas permanece o importante fato de que esse instrumento irá garantir que os altos membros da Igreja nunca poderão dizer novamente que eles não entendem o *sensus fidelium* (senso ou consciência dos fiéis). Que eles continuem a optar por ignorá-lo, só irá desgastar ainda mais suas reivindicações de autoridade e acelerar a chegada do dia em que uma Igreja democrática e participativa irá surgir.

Leia mais...

- *Sínodo Extraordinário sobre a Família: a busca de uma resposta a partir da ética do discurso*. Entrevista com Sérgio Coutinho, publicada no sítio do IHU em 20-11-2013, disponível em <http://bit.ly/ihu201113>;
- *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo*. Edição 425, de 01-07-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon425>;
- *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*. Edição 401, de 03-09-2012, disponível em <http://bit.ly/ihuon401>;
- *Para onde vai a Igreja, hoje?* Edição 320, de 21-21-2009, disponível em <http://bit.ly/ihuon320>;
- *Os rumos da Igreja na América Latina a partir de Aparecida. Uma análise do Documento Final da V Conferência*. Edição 224, de 20-06-2007, disponível em <http://bit.ly/ihuon224>.

Conjuntura da Semana

Prisões dos dirigentes do PT. Uma leitura crítica a partir da esquerda

POR CESAR SANSON

A análise da Conjuntura da Semana é uma (re)leitura das Notícias do Dia publicadas diariamente no sítio do IHU. A análise é elaborada, em fina sintonia com o Instituto Humanitas Unisinos – IHU, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT com sede em Curitiba-PR e por Cesar Sanson, professor na Universida-

de Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Publicamos na revista uma síntese do texto mais amplo divulgado nas Notícias do Dia, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU. O texto na íntegra pode ser conferido no link <http://bit.ly/ConjunturaPT>.

Eis o texto.

As prisões de dirigentes do PT resultantes do desfecho da Ação Penal 470, popularmente conhecida como ‘mensalão’, tomou conta do debate nacional nas últimas semanas. Para muitos se confirmou a tese de conspiração contra o PT. Tese, segundo esses, reforçada pelo fato de que até hoje o ‘mensalão do PSDB’ – esquema de desvio de recursos públicos para a campanha de Eduardo Azeredo em 1998 – não foi julgado.

Para setores da esquerda, a ação do ‘mensalão’ caracteriza-se como “julgamento político” – e até mesmo como um “julgamento de exceção”. José Dirceu e José Genoíno se consideraram presos políticos. Segundo essa análise, se colocou em marcha uma orquestração capitaneada pela grande imprensa com ativo papel de Joaquim Barbosa, presidente do STF, para desmoralizar o PT.

O debate em torno do ‘mensalão’ assumiu ares extremados de passionalidade e ideologização. Um tema “quente” e que dificulta uma análise mais serena. Porém, assim como é

ingenuidade pensar que o julgamento no STF tenha se orientado apenas pela técnica, ou seja, pensar que não haja posições políticas no interior do STF ou que a grande mídia não tenha insuflado o debate em torno do tema, também é ingenuidade pensar que o que aconteceu foi acidental e ocasional.

A Ação Penal 470, o ‘mensalão’, é resultante de uma prática que se tornou corriqueira na política nacional adotada por todos os partidos – ou quase todos – que se passou a chamar de “caixa 2”. É preciso reconhecer que, mesmo os partidos de esquerda, particularmente o PT, aceitaram, assimilaram e incorporaram as regras do jogo do poder. O que sucedeu com o ‘mensalão’ e suas derivações é regra corrente na estruturação, financiamento e mobilização pela disputa do poder.

Politizar o debate das prisões de José Dirceu, José Genoíno e outros como sendo vítimas de uma grande conspiração é, na verdade, despolitizador. Reduzir o debate ao tema da

conspiração é falsear o tamanho do que aconteceu. A politização correta pela esquerda é se perguntar por que se chegou aonde se chegou.

A ideia de que o ‘mensalão’ não passa de uma conspiração da direita é simplista e encobre os erros da esquerda. É evidente e inegável o uso político do julgamento do ‘mensalão’ – recurso constitutivo ao pesado jogo político. Porém, o que está em jogo é recolocar em debate a radical crítica – que a esquerda sempre fez – ao *modus operandi* secular de apropriação do público para a consecução de interesses privados – no caso, dinheiro público usado por agrupamentos políticos em troca de sustentação e apoio aos seus interesses.

Ética. Entre os meios e os fins

Uma das leituras do acontecimento do ‘mensalão’ não assumida publicamente, mas aceita nos círculos internos do mundo da política, é que ele foi necessário para garantir governabilidade e realizar os avanços que o Brasil precisava. A história do Brasil

moderno pagando propina ao Brasil arcaico para se viabilizar. Nessa concepção, trata-se de um mal menor em função de um bem maior – a ideia de que os fins justificam os meios.

O ‘mensalão’ do PT teria sido um mal necessário para avançar uma agenda de reformas sociais no Brasil, diferentemente do ‘mensalão’ do PSDB ou mesmo da compra de votos no congresso operada pelo PSDB para garantir o mecanismo da reeleição de FHC que foi feita para preservar os interesses da continuidade da agenda do mercado. Ou seja, ter-se-ia aqui um atenuante ao “nosso” mensalão. O “nosso” foi em função do social, o “deles” em função do mercado.

Emerge aqui uma questão: A instauração de políticas sociais, o Bolsa Família, a política de cotas, a mobilidade social dos mais pobres para cima fornecem um “salvo conduto” aos erros de seus dirigentes? Tudo pode ser justificado ou atenuado porque o PT, no governo, passou a adotar políticas sociais antes inexistentes?

Essa concepção esconde a recorrente ideia aceita no mundo da política de que a ética dos fins justifica os meios. Esse raciocínio foi visto, por exemplo, na aliança entre o PT e o Maluf por ocasião das últimas eleições municipais e foi brandido por respeitado intelectual, Emir Sader. À época, disse: “O fundamental é derrotar a ‘tucanalha’ em São Paulo”, justificando a aliança com Maluf. De acordo com essa argumentação, vale tudo para derrotar o outro, inclusive aceitar em seu palanque quem sempre defendeu ideias radicalmente opostas e, mais grave, praticou atos ilícitos no poder.

Muitos consideram que, em função de objetivos considerados maiores, os fins justificam os meios. Essa postura acaba dando sustentação à tese daqueles que admitem e até mesmo consideram normal que no mundo da política é aceitável uma ‘zona cinzenta de amoralidade’. Entre os que sustentam essa tese, está o filósofo José Arthur Giannotti¹. Segun-

do ele, “na medida em que a política, entre muitas coisas, consiste numa luta entre amigos e inimigos, ela pressupõe a manipulação do outro, desde logo suporta, portanto, certa dose de amoralidade”.

Giannotti diz que a política, assim como “qualquer jogo competitivo, sempre requer um espaço de tolerância para certas faltas”. Segundo ele, é “preciso diferenciar o juízo moral na esfera pública do juízo moral na intimidade, pois são diferentes suas zonas de indefinição. No primeiro caso, o juízo moral se torna inevitavelmente arma política para acuar o adversário e enaltecer o aliado, de tal modo que a investigação da verdade fica determinada por essa luta visando à vitória de um sobre o outro”.

O ‘caráter complexo da ética’. Uma chave de leitura

Uma contribuição para problematizar o tema do ‘mensalão’ e o que tem acontecido nestas últimas semanas é olhá-lo a partir do método da complexidade sugerido por Edgar Morin², que propugna que nada está isolado – todas as ações reverberam e apresentam consequências. Ainda mais sofisticado, Morin fala no princípio do ‘caráter complexo da ética’ que se manifesta naquilo que chama de ‘ecologia da ação’.

Diz Morin: “Desde o momento em que um indivíduo empreende uma ação, qualquer que seja ela, esta começa a escapar de suas intenções.

Ela entra num universo de interações e finalmente o meio ambiente aposa-se dela num sentido que pode se tornar contrário ao da intenção inicial. Com frequência a ação retorna em bumerangue sobre nossa cabeça”, escreve ele no livro Introdução ao pensamento complexo (Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 80-1).

Morin alerta que “uma ação não depende somente da vontade daquele que a pratica, depende também dos contextos em que ela se insere, das condições sociais, biológicas, culturais, políticas que podem ajudar o sentido daquilo que é a nossa intenção. Dessa forma, as ações podem ser praticadas para se realizar um fim específico, mas podem provocar efeitos contrários aos fins que pretendíamos”.

O que o pensador francês sugere é que “boas intenções” ou mesmo ações feitas em nome do suposto “bem comum” podem resultar no oposto ao desejado. Diz Morin: “Penso no período em que vivi durante a guerra, ou no pós-guerra, na minha relação com o comunismo, quando conheci pessoas ou militantes que achavam que trabalhavam para o bem da humanidade sem perceber que trabalhavam, ao contrário, pela sua escravidão. Isso, contudo, pode estender-se a todas as atividades. Quantas pessoas não acreditam trabalhar para o bem, sem perceber que na realidade de estão sendo manipuladas”?

Aqui entra a ação de José Dirceu, Genoíno e tantos outros que aceitaram o jogo ‘mensalão’ na convicção de que se tratava de um mal menor e mesmo necessário para o avanço das reformas no Brasil. Não se deram conta, como diz Morin, que “boas intenções” ou mesmo ações feitas em nome do suposto “bem comum” podem resultar no oposto ao desejado.

A atitude de quem se nomeia de esquerda é ter coragem de olhar de frente a amplitude e o significado dessas prisões. Validar o discurso de que não se pode criticar os dirigentes do PT pelos equívocos que cometeram porque isso significa jogar “água no moinho da direita” é recusar a essência do que significa ser esquerda.

² Edgar Morin (1921): sociólogo francês, autor da célebre obra O Método. Os seis livros da série foram tema do Ciclo de Estudos sobre “O Método”, promovido pelo IHU em parceria com a Livraria Cultura de Porto Alegre em 2004. Embora seja estudioso da complexidade crescente do conhecimento científico e suas interações com as questões humanas, sociais e políticas, se recusa a ser enquadrado na sociologia e prefere abarcar um campo de conhecimentos mais vasto: filosofia, economia, política, ecologia e até biologia, pois, para ele, não há pensamento que corresponda à nova era planetária. Além de O Método, é autor de, entre outros, A Religação dos Saberes. O desafio do século XXI (Bertrand do Brasil, 2001). Confira a edição especial sobre esse pensador, intitulada Edgar Morin e o pensamento complexo, de 10-09-2012, disponível em <http://bit.ly/OBYvRy>. (Nota da IHU On-Line)

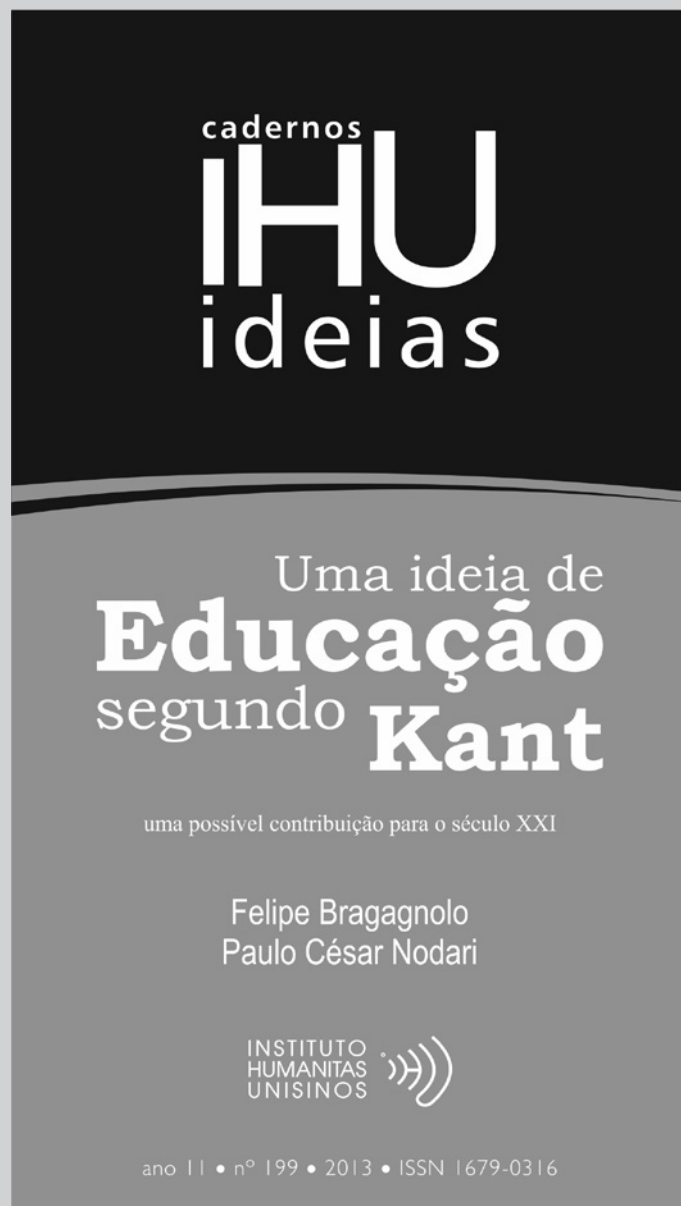
¹ - Boletim Cepat Informa nº 105, ano 10 - Janeiro 2004.

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Publicações em destaque



CADERNOS IHU Ideias

Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI

A 199ª edição dos **Cadernos IHU ideias** apresenta uma reflexão de autoria de Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari, que buscam articular o pensamento de Immanuel Kant, filósofo alemão do século XVIII, com a contemporaneidade, compreendendo os caminhos propostos pelo pensador para a educação do ser humano. Bragagnolo é filósofo formado pela Universidade de Caxias do Sul - UCS e mestrando na UFSM. Nodari é professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UCS, sendo doutor em Filosofia pela PUCRS.

Para atingir tal propósito, a publicação foi dividida em duas grandes etapas: *Teoria da educação* e *Introdução à doutrina da educação: Pedagogia*. Analisa-se, também, como o caminho proposto por Kant dialoga com o nosso contexto, ou seja, como esse modelo de educação nos fornece argumentos para repensarmos a nossa maneira de educar. A obra que sustenta essa análise, entre outras, é principalmente *Sobre a pedagogia* (Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Unimep. 2002), escrita por Kant originalmente em 1803.

Esta e outras edições dos **Cadernos IHU ideias** podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br.

Informações pelo telefone 55 (51) 3590 8247.

A partir do dia 20 de dezembro de 2013, o arquivo em PDF estará disponível em <http://bit.ly/ihuideia>.

Leia mais...

- *Sociedade pós-metafísica*. Entrevista com Paulo César Nodari na Edição 309 da **Revista IHU On-Line**, de 17-08-2009, disponível em <http://bit.ly/1gxW2pl>;
- *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau*. **Cadernos IHU Ideias** edição 179ª, disponível em <http://bit.ly/18xISte>;
- *Um caminho de educação para a paz segundo Locke*. **Cadernos IHU Ideias** edição 177ª, disponível em <http://bit.ly/1hsVRic>.

Siga nossas Redes Sociais

Facebook



Pesquise pessoas, locais e coisas

Página inicial 20+ Publicar

Instituto Humanitas Unisinos

14.517 curtiram • 3.350 falando sobre isso

Mídia/Notícias/Publicação
Instituto Humanitas Unisinos - IHU, São Leopoldo/RS
Visite nosso site: <http://www.ihu.unisinos.br/>
Para entrar em contato, envie e-mail para:
Sobre - Sugerir uma edição

Fotos Opções "Curtir" Eventos Promoções

Twitter



IHU @ihu 3 h
"Advogado é custo, engenheiro é produtividade", diz Dilma Rousseff em Nova York bit.ly/19GKVX9
Expandir

IHU @ihu 3 h
Sementes Nativas, Garantia de Futuro: Carta de Mandrituba bit.ly/16EwS1h
Expandir

IHU @ihu 3 h
O fascínio discreto de Pôncio Pilatos. Artigo de Giorgio Agamben bit.ly/1h7ZFkF
Com a imagem correta. pic.twitter.com/G0cZJc2y8B
Ver foto

IHU @ihu 3 h
Qual código de ética é lecionado na faculdade de administração de Harvard? bit.ly/16EwNdK
Expandir

Blog



INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

Ativistas do Greenpeace estão presos na Rússia

Dois ativistas do Greenpeace estão neste momento presos nos gulets, na Rússia, por terem feito um protesto pacífico contra a exploração de petróleo no Ártico. A Justiça do país determinou que eles fiquem sob custódia por dois meses, até que a investigação sobre pirataria seja concluída. Enquanto isso, há uma série de cerca de 25 ativistas - incluindo a brasileira Ana Paula Marini - que participaram de ação estão dando depoimentos numa corte russa, e podem ter a mesma destino. Ajude-nos a fazer pressão nas embaixadas russas para que liberem nossos grupos. Envie um e-mail para o embaixador russo!

Instagram



_ihu
Instituto Humanitas Unisinos

29 posts 70 followers 33 following



bit.ly/ihuon



twitter.com/_ihu



instagram.com/_ihu



unisinos.br/blogs/ihu



Oceanos. Ecossistemas sob ameaça

Edição 409 – Ano – XII – 19-11-2012

Disponível em <http://bit.ly/ihuon409>

Vastos, enigmáticos, vigorosos, repletos de vida. Mais do que povoar o imaginário das pessoas ao longo dos séculos, os oceanos são fundamentais para a vida marinha e para o equilíbrio do clima do planeta. Para debater essa temática, a revista **IHU On-Line** entrevistou especialistas sobre a situação desses ecossistemas, seus principais problemas e o que pode ser feito para preservá-los. São eles: Nathalie Rey, Luís Valdés, Jorge Pablo Castello, Lauro Calliari, Grasiela Leães Lopes Pinho, Rosimeire Araújo Gonzalez e José Muelbert.

Caatinga: um bioma exclusivamente brasileiro... e o mais frágil

Edição 389 – Ano – XII – 23-04-2012

Disponível em <http://bit.ly/ihuon389>

A Caatinga, que de acordo com pesquisadores é o único bioma exclusivamente brasileiro, é também o mais frágil. Nesta edição da revista **IHU On-Line**, diversos pesquisadores e militantes contribuem com um olhar sobre a biodiversidade pouco conhecida e explorada deste bioma. Colaboram para o debate: Haroldo Schistek, João Arthur Seyffarth, Marcos Antonio Drumond, Rejane Magalhães de Mendonça Pimentel, Rodrigo Castro, Maria Tereza Bezerra Farias Sales, Ulysses Paulino de Albuquerque e Lúcia Helena Piedade Kiill.



Água: Bem público universal

Edição 22 – Ano II – 17-06-2002

Disponível em <http://bit.ly/ihuon22>

No ano de 2003 a Unisinos sediou o primeiro Simpósio Internacional Água: Bem público universal. Um ano antes, no entanto, a revista **IHU On-Line** já levantava as discussões iniciais sobre o tema. Além de informar sobre o evento do ano seguinte, a edição elencava alguns dos participantes confirmados, como o prof. José Ivo Follmann, então diretor do Centro de Ciências Humanas da Unisinos, o coordenador do Projeto Camaquã, Henrique Carlos Fensterseifer. A revista também traz a tradução de artigos e entrevistas que trazem o acesso à água como tema de discussão.

Nos dias 25 a 27 de junho p.p., realizou-se o Simpósio Nacional Bem Comum e Sustentabilidade. Por uma ética na economia e na política do Brasil. Dentro da programação do evento, no dia 27 de junho, será lançado o livro *Um Copo de Água*, na oportunidade far-se-á o anúncio da realização do Simpósio Internacional Água: Bem Público Universal, de 20 a 23 de maio de 2003. No dia 28 de junho, reunir-se-á um conjunto de entidades, sob a coordenação do Instituto Humanitas Unisinos para uma primeira discussão e elaboração do projeto. Já estão confirmadas a presença das seguintes entidades: Unisinos, CPT, Caritas, URSID, CEPAT, entre outras. Vários professores e professoras, especialmente dos Centros 2 e 6, já foram consultados e convidados para sugestões e encaminhamentos.

A UNISINOS já participa, representada pelo Prof. Dr. José Ivo Follmann, diretor do Centro de Ciências Humanas, do projeto da Universidade do Bem Comum, que tem como discussão prioritária a questão da água como bem público universal.

No IHU, temos já debates sobre o direito e a pesquisa sobre o Aquifero Guarani. Nos dias 4 a 7 de novembro próximo realizará-se, sob a inspiração de José Lutzenberger, uma semana de debates sobre o ambiente, onde a água será um dos temas. Neste evento serão apresentadas as propostas de pesquisa referentes à água do Rio Camaquã. Trata-se do Projeto Camaquã coordenado pelo prof. Henrique Carlos Fensterseifer.

A seguir traduzimos do jornal italiano *Il Corriere della Sera* e publicamos, um artigo e uma entrevista, respectivamente dos dias 13 de junho de 2002 e 11 de junho.

Água: 30 mil morrem por dia por sua falta!

“Um bilhão e meio de pessoas não possuem água potável. Uma tragédia que mata

XV Simpósio Internacional IHU.

Alimento e Nutrição no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

As civilizações e a rica diversidade cultural entre os povos atestam a centralidade do alimento e da nutrição para a realização das pessoas, das famílias e das nações. Alimento e nutrição são exigências inegociáveis da nossa vida no planeta, e, portanto, um direito humano básico e determinante para tudo o mais.

Para aprofundar essas questões sobre a realidade brasileira, o **Instituto Humanitas Unisinos - IHU** e o Instituto Harpia Harpyia propõem a reali-

zação do XV Simpósio Internacional IHU: *Alimento e Nutrição no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio*, de 5 a 8 de maio de 2014, com o objetivo principal de debater e indicar perspectivas para o direito ao alimento e à nutrição nas dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas, a partir do contexto brasileiro.

Para acessar a programação completa, acesse o link <http://bit.ly/XVSIIHU>.

Twitter - Instituto Humanitas Unisinos



Acompanhe em tempo real as principais notícias publicadas no IHU On-Line. Com uma forte presença nas redes sociais, o IHU busca apontar novas questões e respostas para os grandes desafios de nossa época. No Twitter, em atualizações frequentes e pontuais, o IHU divulga novidades sobre economia, meio ambiente, filosofia, teologia e sociedade. Acesse www.twitter.com/_ihu.

50 anos do Golpe de 64.

Impactos, (des)caminhos, processos

O evento *50 anos do Golpe de 64. Impactos, (des)caminhos, processos* pretende promover debates transdisciplinares sobre o golpe civil-militar perpetrado contra o estado democrático brasileiro, compreendendo relevantes aspectos do contexto histórico que levaram ao mesmo, bem como seus impactos no Brasil e no cenário latino-americano, contribuindo para que a comunidade acadêmica e a sociedade em geral possam refletir sobre a construção sócio-histórica do país. Nesta pers-



pectiva, torna-se relevante compreender que o golpe civil-militar de 1964 não foi levado a cabo apenas por forças militares. Ele contou com a participação relevante de classes oligárquicas, podendo ser classificado como um golpe de classe com o uso da força militar. O evento será realizado de 13 de março a 24 de abril de 2014. Para acessar a programação completa, acesse o link <http://bit.ly/Golpe50Anos>.

twitter.com/ihu



bit.ly/ihuon